



Reserva Extrativista do Baixo Juruá

FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO **EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

DESAFIOS, AVANÇOS E LIÇÕES APRENDIDAS NO
PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)

FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO
**EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**

DESAFIOS, AVANÇOS E LIÇÕES APRENDIDAS NO
PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente

MICHEL TEMER

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Ministro

EDSON DUARTE

SECRETARIA EXECUTIVA

Secretário-Executivo

ROMEU MENDES DO CARMO

SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE

Secretário Substituto

FERNANDO ANTÔNIO LYRIO SILVA

DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Diretor

JOÃO PAULO SOTERO DE VASCONCELOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE
DEPARTAMENTO DE ÁREAS PROTEGIDAS
PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO
**EM UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO**

DESAFIOS, AVANÇOS E LIÇÕES APRENDIDAS NO
PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)

Brasília, DF
MMA
2018

© 2018 Ministério do Meio Ambiente – MMA Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em: <http://www.mma.gov.br/publicacoes-mma>

CORPO TÉCNICO

Facilitação e Relatoria

Ailton Dias (Coordenação)

Daltro Paiva

André Segura Tomasi

Luciene Pohl

Franciara Silva

Organização da Oficina de Sistematização

Marco Bueno (UCP/ARPA)

Rejane Andrade (Consultora)

Renata Gatti (UCP/ARPA)

Revisão de Textos

Chica Picanço (Ekletica Design e Publicações)

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Alessandra Arantes (Ekletica Design e Publicações)

CRÉDITO DAS FOTOGRAFIAS

Capa

Acervo da Reserva Extrativista do Baixo Juruá

Contracapa

Resex Rio Unini (Josângela Jesus)

Resex Riozinho da Liberdade (Julia Vilela)

Ministério do Meio Ambiente Comitê Editorial
SEDE Esplanada dos Ministérios, Bloco B
70.068-900 - Brasília, DF

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação - CIP

B823f Brasil. Ministério do Meio Ambiente.

Fortalecimento comunitário em unidade de conservação : desafios, avanços e lições aprendidas no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) [recurso eletrônico] / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade, Programa Áreas Protegidas da Amazônia. – Brasília, DF: MMA, 2018.

133 p. : il. color. ; gráficos.

ISBN: 978-85-7738-410-5 (*on line*)

Modo de acesso: World Wide Web: <http://www.mma.gov.br/publicacoes/>

1.Unidade de conservação. 2.Área protegida. 3.Recursos naturais. 4.Comunidade participativa. 5.Capacitação de comunidades locais. I.Secretaria de Biodiversidade. II.Programa Áreas Protegidas da Amazônia. III.Título.

CDU: 502.13(1-751.3)

Biblioteca do Ministério do Meio Ambiente

Maria Ivana CRB 1 1556

PARTICIPANTES COAUTORES DA SISTEMATIZAÇÃO

Adevane da Silva Araújo

Aldeci Maia

Ana Luiza Figueiredo

Andreia Leme da Silva

Antonio F. De Oliveira

Antonio Fernandes

Antonio Lisboa

Antonio Marcos Faria

Beatriz Lisboa

Bruno de Campos Souza

Cláudio José Lima Costa

Cristiane Figueiredo

Cristiano Gonçalves

Daniel da Costa

Dorilene Fragoso

Eloisa Neves

Flávia Souza

Flávio de S. Mascarenhas

Francisca Dionéia Ferreira

Gerson Guaita

Gilmar José de Souza

Helio Hara

Isis Freitas

Ivanildo Monteiro

Jair Marques

João Freire

José Souza

Joedson Quintino

Josué Costa da Silva

Julia da Silva Vilela

Juliana C. Arantes

Júlio Teixeira Garcia

Lourdes Iarema

Luis Carlos A. Mendes

Maria Renilda Santana da Costa

Maria Zuleide da S. Viricato

Mariana M. Leitão

Marizilda Cruppe

Mauro Braga Costa Pereira

Miqueias Santos de Souza

Mirian de Oliveira

Moisés Paeaia

Moisés Puaia

Pablo de Ávila Saldo

Pablo Pacheco

Paulo Javaé

Paulo R. Silvestro

Raoni Japianu Merine

Rosi Batista da Silva

Shirlene Marinho Pereira

Sineia B. do Vale

Tiago Juruá Ranzi

Viceli Siqueira da Costa

LISTA DE SIGLAS

AMORU	Associação de Moradores do Rio Unini
APADRIT	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASAREAL	Associação da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade
ASMAMJ	Associação de Mulheres Extrativistas da Região do Médio Juruá
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CASA	Fundo Socioambiental Casa
CERR	Centrais Elétricas de Roraima
CIR	Conselho Indígena de Roraima
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
ESEC	Estação Ecológica
FAS	Fundação Amazônia Sustentável
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GEF	Global Environmental Fund
GPS	Global Position System
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas
IDSM	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
KfW	Banco Alemão de Desenvolvimento
M&A	Monitoramento e Avaliação

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PARNA	Parque Nacional
PAS	Plano de Ação Sustentável
PEC	Parque Estadual do Chandless
PNGATI	Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
PNJu	Parque Nacional do Juruena
POA	Plano Operacional Anual
PPI	Plano de Ação dos Povos Indígenas
PROBUC	Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso dos Recursos Naturais em Unidade de Conservação do Estado do Amazonas
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA-AM	Secretaria de Meio Ambiente do Amazonas
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação de Programa
UEAP	Universidade Estadual do Amapá
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UnB	Universidade de Brasília
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

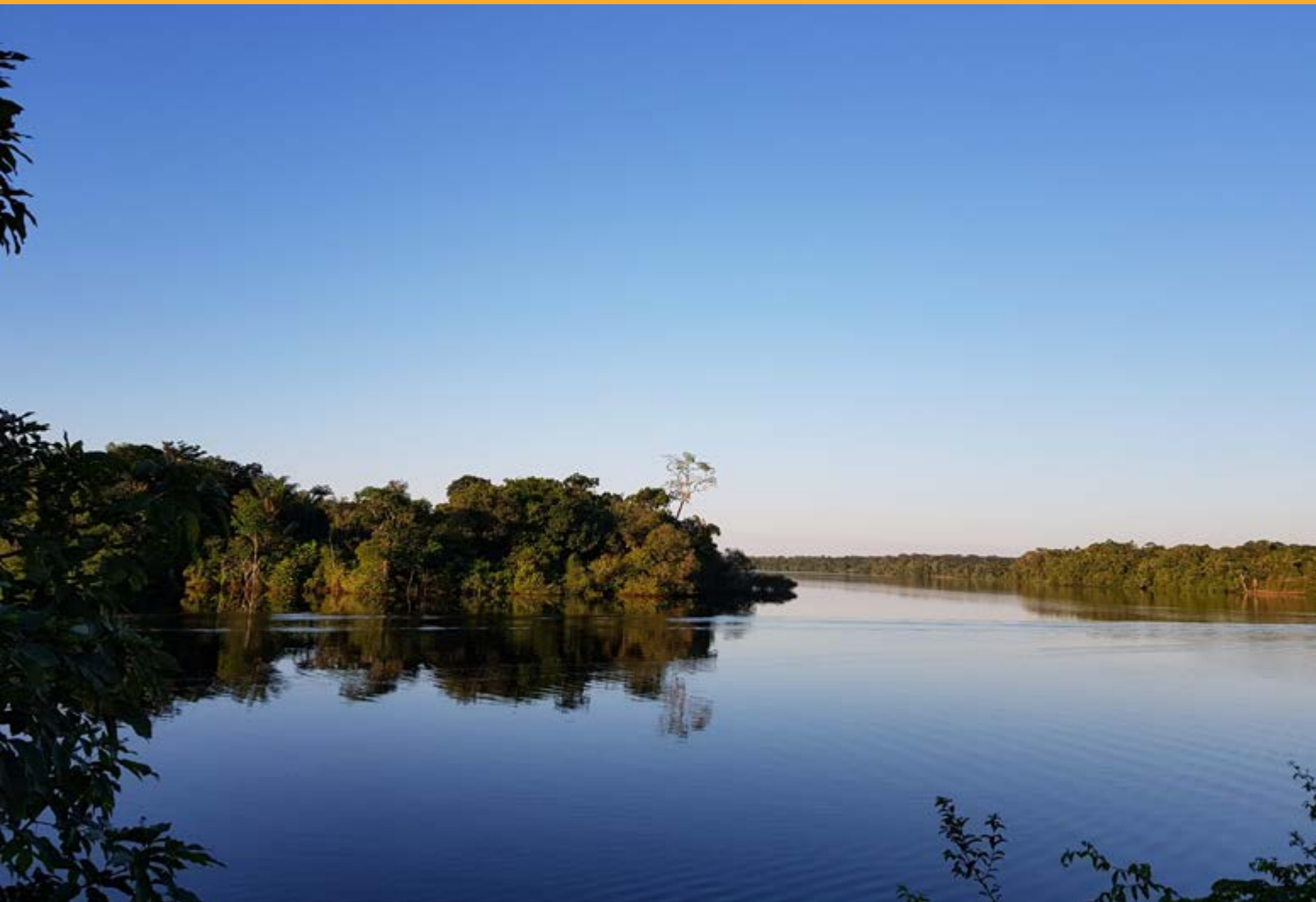


RDS Rio Madeira.
Fonte: Marco Bueno

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	12
1 A SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO SUBCOMPONENTE 3.2 DO ARPA.....	16
2 RESULTADOS E LIÇÕES APRENDIDAS.....	21
3 GESTÃO INTEGRADA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS.....	22
3.1 A troca de saberes e fazeres entre indígenas e extrativistas do Médio Xingu.....	23
3.2 Vigilância indígena dos territórios Karajá e Javaé do entorno do Parque Estadual do Cantão, TO.....	31
3.3 A proteção conjunta entre o Parque Estadual Chandless e as Terras Indígenas do entorno.....	34
3.4 A implementação de atividades sustentáveis nas Terras Indígenas do Boqueirão, Aningal e Mangueira, entorno da Estação Ecológica de Maracá.....	38
3.5 A gestão territorial do mosaico da Rebio Gurupi e Terras Indígenas no Maranhão.....	43
3.6 Lições aprendidas.....	47
4 CONSERVAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS.....	50
4.1 A conservação de quelônios na Resex do Rio Ituxí, AM.....	51
4.2 O manejo do pirarucu na Resex do Unini, AM.....	54
4.3 O monitoramento de quelônios na RDS do Rio Madeira, AM.....	57
4.4 A pesquisa de recursos pesqueiros no norte do Amapá, AP.....	59
4.5 Lições aprendidas.....	62
5 FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA.....	68
5.1 O fortalecimento comunitário na Resex do Médio Juruá.....	69
5.2 A vigilância e organização comunitária na Resex do Baixo Juruá.....	72
5.3 O fortalecimento comunitário na RDS do Juma, AM.....	74
5.4 A capacitação de comunidades locais para a ampliação dos benefícios da visitação no Parque Nacional do Viruá.....	76
5.5 A organização comunitária na Resex Riozinho da Liberdade, AC.....	78
5.6 A conservação dos recursos naturais na Resex Maracanã, PA.....	81
5.7 Lições aprendidas.....	83

6 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.....	92
6.1 A cadeia produtiva do cacau nativo na Resex Chico Mendes, AC.....	93
6.2 Melhoria da infraestrutura produtiva na RDS Uatumã, AM.....	95
6.3 Agroecologia na RDS Igapó-Açu, AM.....	96
6.4 Desenvolvimento de atividades sustentáveis com comunitários e ribeirinhos do Parque Nacional do Juruena.....	98
6.5 Lições aprendidas.....	100
7 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS.....	106
7.1 Jovens protagonistas do Rio Unini, AM.....	107
7.2 Jovens protagonistas na RDS do Rio Negro, AM.....	109
7.3 Formação de lideranças na Resex do Cazumbá-Iracema, AC.....	112
7.4 Lições aprendidas.....	115
8. RECOMENDAÇÕES.....	125
ANEXO A - Manifesto pela ampliação das ações elegíveis no marco referencial gestão participativa do ARPA	131



RDS Rio Negro.
Fonte: Marco Bueno

APRESENTAÇÃO

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) é uma iniciativa de longo prazo (2002-2039) do governo brasileiro que visa a conservação de 600 mil km² em Unidades de Conservação no bioma Amazônia através da criação, consolidação e sustentabilidade financeira permanente de Unidades de Conservação (UC).

O ARPA tem por objetivos: a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade no bioma Amazônia, dos ecossistemas e paisagens a ela associados, incluindo a interação de comunidades humanas com todos estes elementos e contribuindo para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa; e a manutenção de serviços ambientais nestas regiões.

O ARPA está sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e sempre foi viabilizado por meio de financiamentos internacionais (GEF/Banco Mundial, Governo da Alemanha/KfW, Fundo Amazônia/BNDES e WWF-USA e Brasil) e nacionais, além de contrapartidas da União e dos governos estaduais.

Um dos princípios fundamentais do ARPA é a gestão descentralizada e participativa. Baseado neste princípio, desde a sua fase I o ARPA apoia comunidades locais usuárias e beneficiárias das Unidades de Conservação, desenvolvendo e implementando estratégias de fortalecimento do uso sustentável dos recursos naturais por estas comunidades.

A segunda fase de implementação do ARPA (2010-2017) esteve estruturada em 4 componentes de investimento:

- Criação de Unidades de Conservação;
- Consolidação de Unidades de Conservação;
- Sustentabilidade Financeira; e
- Monitoramento, Coordenação, Gerenciamento e Comunicação.

No âmbito do componente 'consolidação de Unidades de Conservação', foi desenhado o "Subcomponente 2.3 - Integração das comunidades", que pretende contribuir diretamente para o desenvolvimento local sustentável.

O objetivo do Subcomponente 2.3 é “promover a articulação e o fortalecimento de organizações comunitárias e comunidades humanas beneficiárias ou usuárias de Unidades de Conservação apoiadas pelo ARPA, visando à utilização sustentável de recursos naturais”.

Este objetivo pressupõe a construção de parcerias e a atuação colaborativa envolvendo diferentes órgãos da administração pública nos níveis federal e estadual e também a participação das organizações representativas das comunidades beneficiárias.

Neste sentido foram financiadas duas categorias de projetos em Unidades de Conservação beneficiárias pelo ARPA e suas respectivas comunidades: os **Planos de Ação Sustentável (PAS)**, direcionados para comunidades não-indígenas e os **Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI)**, especificamente dirigidos para o apoio às ações envolvendo Terras Indígenas.

A carteira de projetos já apoiados somam 30 iniciativas. Esta publicação se concentra em 23 projetos apoiados até 2016, sendo 18 PAS e 5 PPI (Mapa 01). Em 2016 foram apoiados mais 7 projetos que se encontram na fase inicial de implementação. O primeiro edital para recebimento de propostas de projetos foi lançado em 2013 e culminou com a seleção e apoio a 12 PAS e 2 PPI, com um orçamento total de R\$ 2.550.965,00. Um segundo edital foi lançado em 2014, onde foram selecionados mais 6 PAS e 3 PPI, com um investimento de R\$ 1.707.904,05.

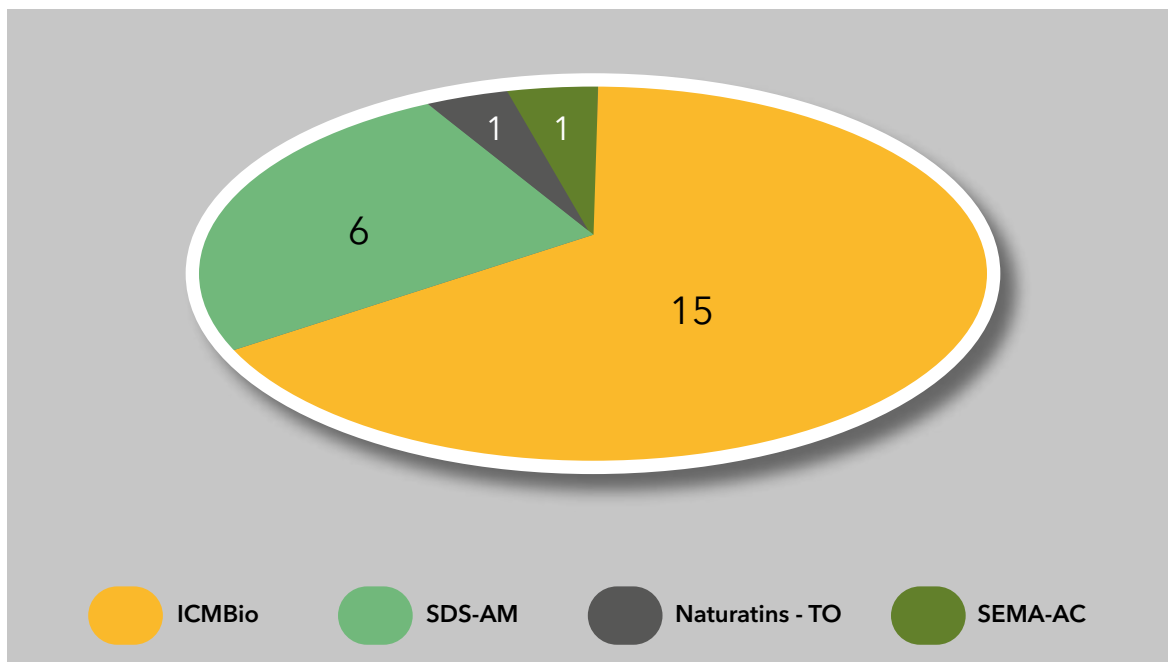
Os critérios de seleção dos projetos foram os seguintes:

- Clareza e pertinência dos objetivos, métodos de trabalho e resultados do projeto e a adequação do orçamento apresentado;
- Contribuição da proposta para resolução de conflitos entre a Unidade de Conservação e os moradores locais;
- Contribuição da proposta para a melhoria da qualidade de vida das populações locais;
- Contribuição da proposta para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade de Conservação e do seu entorno;
- Sinergia da proposta com o plano de manejo da Unidade de Conservação;
- Caráter inovador da proposta.

Conforme demonstra o gráfico a seguir, os projetos tiveram como proponentes o ICMBio e também as secretarias estaduais de meio ambiente do Amazonas, Acre e Tocantins.

Os gráficos a seguir apresentam as categorias e quantidades de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e de Proteção Integral beneficiadas pelos projetos do Componente 2.3.

Figura 1- Unidades de Conservação por Área.



Fonte: IEB

Figura 2 - Projetos em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.



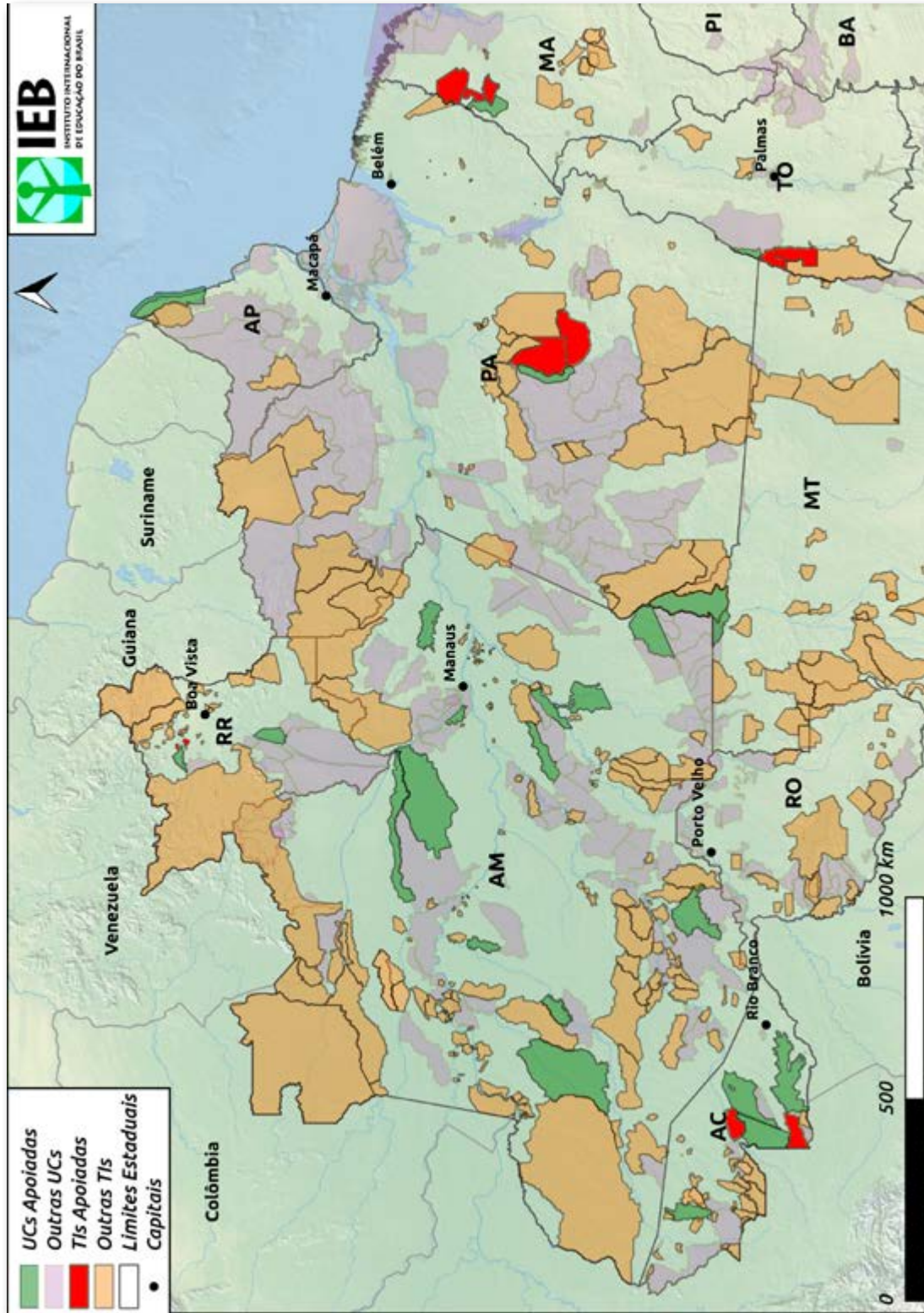
Fonte: IEB

Figura 3 - Projetos em Unidades de Conservação de Proteção Integral.



Fonte: IEB

Figura 4 - Distribuição dos projetos pelos diferentes Estados que compõem o Bioma Amazônia.



Fonte: IEB

1 A SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO SUBCOMPONENTE 2.3 DO ARPA

O monitoramento da carteira de projetos realizada pela UCP/ARPA revelou uma enorme riqueza de experiências e lições aprendidas nos PAS e PPI. Os projetos evidenciaram uma diversidade de temas públicos, metodologias e atores envolvidos, ao passo que as iniciativas procuravam responder aos principais desafios para a consolidação das unidades e uso sustentável dos recursos naturais por parte das populações beneficiárias.

Em face dessa riqueza de experiências, práticas e resultados, que muitas vezes extrapolavam os próprios objetivos específicos dos projetos, a UCP decidiu realizar a sistematização da experiência do subcomponente 2.3. Para isso foi contratada uma consultoria especializada que assumiu a facilitação de todo o processo de sistematização incluindo a preparação desta publicação.

A sistematização de experiências é uma ferramenta político pedagógica que tem como objetivo resgatar e registrar um conjunto de aprendizados obtidos por pessoas e organizações ao longo de um ciclo de intervenção ou de implementação de projetos, programas e políticas públicas.

No caso do Subcomponente 2.3, reconhece-se que os atores envolvidos na implementação dos projetos apoiados são detentores de uma grande riqueza de informações, saberes, conteúdos e propostas que escapam aos procedimentos formais de Monitoramento e Avaliação (M&A) ou mesmo de gestão da carteira de projetos.

A sistematização difere do M&A ao se concentrar na produção do conhecimento a partir dos processos vividos pelas pessoas durante a implementação de projetos, programas ou outras iniciativas similares. O conhecimento, neste caso, é refletido, produzido e registrado pelos próprios participantes (atores) e não por atores externos à experiência. Neste sentido a sistematização implica em um trabalho consistente de resgate, ordenamento e análise crítica dos processos vividos pelos diferentes grupos ou indivíduos que participam do mesmo.

Uma das preocupações centrais deste processo é dar visibilidade e difundir o conhecimento que está sedimentado na memória das pessoas que viveram a experiência. Este exercício pode gerar novas ideias, propostas e percepções capazes de enriquecer a continuidade dos processos ou mesmo qualificar e melhorar novas estratégias ou iniciativas que o grupo venha a implementar.

Por meio da ampla participação das pessoas se busca a geração de conhecimentos a partir de uma reflexão crítica feita pelo grupo sobre determinados temas considerados relevantes no âmbito da experiência. Esta abordagem de sistematização tem origem nos trabalhos de educação popular desenvolvidos por diversos grupos e organizações em vários países da América Latina e tendo o educador Oscar Jara Holiday como uma das principais referências¹.

Partindo deste marco conceitual, o trabalho de sistematização da experiência do subcomponente 2.3 do ARPA trilhou o seguinte percurso:

Análise documental - numa primeira etapa dos trabalhos a equipe de facilitadores analisou um conjunto de documentos fornecidos pela UCP/ARPA, que incluíam:

- Os 23 projetos apoiados em dois editais (2014 e 2015) do programa;
- Relatórios de monitoramento dos projetos produzidos pelos gestores a partir de visitas às Unidades de Conservação apoiadas;
- Relatórios de progresso elaborados pelos gestores dos projetos.

Nesta fase também foram fundamentais as reuniões da equipe facilitadora com a equipe gestora da UCP/ARPA e sua consultoria.

1. Ver: HOLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. Tradução: Maria Viviana V. Rezende. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. 214p.

Elaboração de um documento síntese - a partir da análise documental foi produzido um documento contendo uma síntese dos principais resultados dos projetos. Estes foram organizados em cinco grupos temáticos de acordo com os objetivos dos projetos:

- Gestão integrada de Unidades de Conservação e Terras Indígenas;
- Conservação e Manejo de Recursos Naturais;
- Fortalecimento da organização comunitária;
- Produção agroecológica;
- Formação e capacitação.

Este agrupamento temático dos projetos foi então validado junto à UCP/ARPA, servindo de subsídio para a etapa seguinte da sistematização.

Realização de uma oficina de sistematização de experiências - para envolver diferentes beneficiários/as na reflexão e análise da experiência a UCP/ARPA organizou uma oficina em Manaus-AM entre os dias 10 e 12 de julho de 2016. O evento reuniu um grupo de cerca de 70 pessoas entre gestores de Unidades de Conservação, lideranças comunitárias, membros e consultores da UCP/ARPA, facilitadores e convidados externos.

A oficina foi concebida para favorecer a ampla participação das pessoas por meio da alternância entre momentos de plenária geral e trabalhos de grupos. Em suma, a dinâmica do evento consistiu na realização de:

- Uma plenária inicial para alinhamento geral sobre o trabalho e metodologia;
- Cinco grupos de trabalho temáticos operando simultaneamente com o auxílio de facilitadores;
- Uma plenária final para a apresentação dos trabalhos de cada grupo, debate e avaliação final.

As discussões e debates foram realizados segundo uma lógica de produção coletiva do conhecimento e conduzidas pelo próprio grupo com o apoio de facilitadores externos.

Visando tirar o máximo proveito da oportunidade de reunir um grupo expressivo de gestores e lideranças, foram concebidas algumas atividades complementares que enriqueceram a oficina e favoreceram a integração entre os participantes. Nesse sentido, foram montadas duas exposições permanentes: uma de pôsteres elaborados pelos gestores dos projetos e outra de fotos que ilustraram as atividades realizadas em cada Unidade de Conservação com o apoio do ARPA.

Ao final dos dois primeiros dias de oficina foram realizadas sessões de “cinema ambiental” em que foram exibidos vídeos documentários de curta duração abordando questões relativas às Unidades de Conservação e aos projetos apoiados pelo ARPA. Por fim, uma quarta atividade complementar foi a realização de “rodas de conversas” no período noturno e onde os participantes puderam falar de seu trabalho de uma maneira informal e em ambiente externo.

Esta publicação representa uma síntese de um rico processo de análise participativa e pluralista sobre os desafios, avanços e lições aprendidas no processo de implementação do subcomponente 2.3 do ARPA entre os anos de 2013 e 2015. Ela se destina a alimentar a reflexão permanente sobre o conjunto de práticas que compõem o trabalho de gestão participativa de Unidades de Conservação na Amazônia.

Foi elaborada de forma coletiva, como uma contribuição técnico-política e pedagógica ancorada no conhecimento das condições concretas de cada Unidade de Conservação, sendo as lideranças locais e os gestores os principais detentores deste saber.



2 RESULTADOS E LIÇÕES APRENDIDAS

3 GESTÃO INTEGRADA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS²

2 Grupo formado por Mauro Braga (ICMBio/Resex Rio Xingu), Paulo Javaé (Ilha do Bananal-TO), Moises Nunes Pacaya (Parque Estadual Chandless), Sineia Bezerra do Vale (Conselho Indígena de Roraima), Maria Zuleide da Silva Viriato (Comunidade Indígena Boqueirão), Bruno de Campos Souza (ICMBio/ESEC Maraca), Eloisa Mendonça (ICMBio/Rebio Gurupi), Raoni (ICMBio/Parna Araguaia), Gino Machado (Naturatins). Facilitação: Luiciene Pohl.

A integração dos processos de gestão de Unidades de Conservação e Terras Indígenas representa um campo extremamente promissor para a proteção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos. Esta integração pressupõe a construção e fortalecimento de parcerias envolvendo diferentes órgãos gestores e organizações dos grupos sociais que habitam o interior e entorno das áreas protegidas. Isso também exige uma valorização e fortalecimento das relações entre indígenas e não indígenas visando a defesa de seus modos de vida e a proteção dos seus espaços territoriais. Para tal, é necessária uma maior qualificação dos gestores para lidar com a diversidade sociocultural e as demandas específicas de cada grupo social.

3.1 A TROCA DE SABERES E FAZERES ENTRE INDÍGENAS E EXTRATIVISTAS DO MÉDIO XINGU

O projeto “Promovendo a gestão territorial sustentável e conservação da biodiversidade a partir da troca de saberes e fazeres entre indígenas e extrativistas da região do Médio Xingu, Altamira - PA” teve por objetivo promover a gestão territorial sustentável e a conservação da biodiversidade através da troca e valorização dos saberes e fazeres tradicionais indígenas e ribeirinhos da região do Médio Xingu.

A iniciativa pretendeu:

- Fortalecer o vínculo entre extrativistas e indígenas e entre comunidades e gestores;
- Favorecer o aumento da biodiversidade local e a conservação *in situ* de espécies raras e endêmicas;
- Promover usos sustentáveis da biodiversidade;
- Identificar e registrar informações sobre o uso da biodiversidade no cotidiano de comunidades do médio Xingu;
- Fomentar a revalorização dos hábitos alimentares tradicionais e promover a diversificação de nutrientes na dieta das famílias;
- Capacitar jovens agentes em gestão territorial e conservação da biodiversidade.

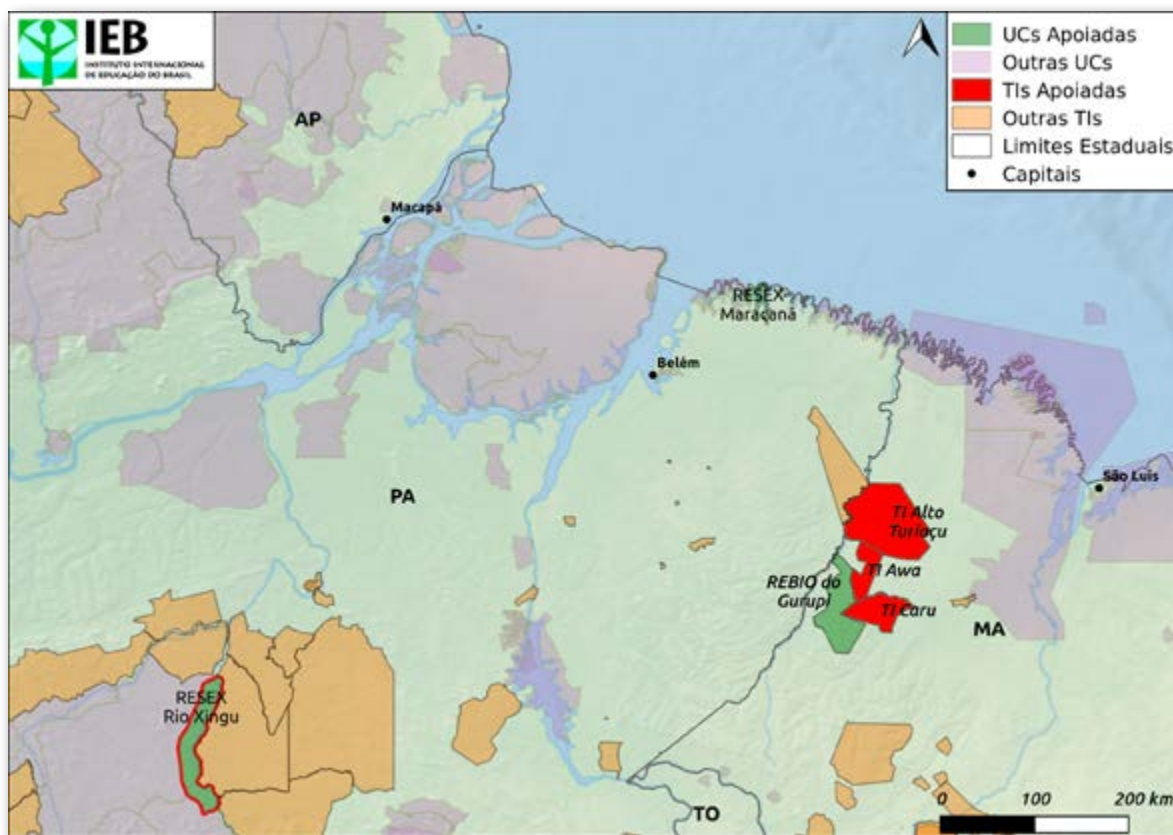
Nas as atividades executadas destaca-se a realização da “Pesquisa participante” para:

- Divulgar o PPI no dia a dia das comunidades;
- Sensibilizar e mobilizar as famílias para a participação;
- Construir um banco de dados para os órgãos gestores;
- Promover e valorizar uma reflexão junto às comunidades sobre gestão territorial e conservação, práticas e técnicas tradicionais de uso da biodiversidade.

Esta ação resultou na organização de uma feira do Médio Xingu com grande diversidade e participação de mais de 10 povos indígenas e não indígenas. Há perspectivas de continuidade da feira.

Uma das estratégias adotadas para cumprir os objetivos propostos foi de fomentar um processo de "Formação de agentes: o áudio e vídeo como ferramenta de sensibilização e mobilização da juventude". Por meio desta ação, 09 jovens foram capacitados como agentes da gestão territorial e conservação da biodiversidade. Como indicador tem-se um maior interesse desses jovens nas questões referentes à gestão territorial e conservação e maior envolvimento e troca entre esses jovens e a equipe do projeto, gestores e outras comunidades referentes à gestão territorial e conservação.

Figura 5 - Localização do Plano de Ação "Promovendo a gestão territorial sustentável e conservação da biodiversidade a partir da troca de saberes e fazeres entre indígenas e extrativistas da região do Médio Xingu, Altamira - PA".



Fonte: IEB

As oficinas ocorreram durante 3 momentos principais: a) Aldeia Paratitim e casa do Zezão na Resex (filmes que contam a história do milho, entrevistas com mais velhos e com Zezão), b) Morro Grande (Identidade e acesso a direitos, principalmente educação), c) Aldeia Paranopiona (Identidade, reflexões sobre o futuro).

Foram produzidos 07 vídeos a partir das imagens feitas pelos jovens extrativistas e indígenas. Este material se mostrou uma ferramenta muito importante para incentivá-los a participar do projeto, proporcionar a reflexão sobre os assuntos e também uma forma de comunicar com as comunidades os resultados de cada etapa do projeto, já que outras formas de registro nem sempre são acessíveis a todos (informações escritas, por exemplo). Como resultado, registra-se o fortalecimento da comunicação decorrente do material audiovisual produzido.

A atividade "Encontros de vizinhança: trocas e criação de vínculo" pretendia fortalecer o vínculo entre extrativistas e indígenas e entre comunidades e gestores. Tinha ainda o objetivo de contribuir para o aumento da biodiversidade local e conservação *in situ* além de promover o seu uso de forma sustentável e, com isso, voltar a ter uma valorização de hábitos alimentares tradicionais. Tais ações ocorreram na Aldeia Paratitim e comunidade Volta da Pedra, por meio de uma festa, na qual os extrativistas foram convidados e a aldeia se apropriou de forma que planejou e executou a festa. Na ocasião, houve até uma discussão sobre a realização de outra festa, bem como foi possível perceber uma maior valorização dos hábitos alimentares tradicionais.

Os encontros de vizinhanças também promoveram outras reflexões e entendimentos como entre as Comunidades Pedra Preta e Baliza e os indígenas da aldeia Djuruãtí. Nesse evento houve uma reflexão sobre o uso do território de forma compartilhada e o entendimento de que existem conceitos diferentes de territórios por grupos que também são diferenciados. Além disso, a compreensão de ameaças comuns externas, como os pescadores de Altamira, também foi fruto desse processo.

Nas comunidades Humaitá, Bela Vista, Bom Jardim e Aldeia Apyterewa, criou-se um espaço dedicado aos jovens dessas comunidades, que não participavam de outros espaços do projeto. Foi possível ainda, ter uma discussão sobre identidade e estereótipos.

Os Encontros de mulheres aconteceram em grupos de vizinhanças (Baliza, Morro Grande e Gabiroto), principalmente com o incentivo das oficinas de produção de repelente. Houve a abertura de um espaço de mulheres, que garantiu a sua participação e troca de saberes e de geração de renda. A internalização da prática de reflexão/ação/reflexão por parte dos grupos é outro resultado positivo do projeto.

No Encontro da Juventude do Xingu (Morro do Félix, casa do Seu Edmilson e Dona Elisa), cerca de 50 jovens de várias comunidades da Resex e 07 indígenas Parakanã estiveram juntos no que se chamou “Juventude do Xingu na luta por Direitos, Identidade e Território”. Esse momento de troca entre gerações e vizinhos foi compartilhado por meio de histórias do Seu Edmilson, com narrativas sobre o contato e a luta pela Resex, histórias dos Parakanã de antes do contato, por meio do relato do professor Xené. Com a construção de conhecimentos e reflexões coletivas foi possível uma maior aproximação entre extrativistas e os Parakanã. Em outra ocasião houve a Oficina de instrumentos musicais e de Rap.

Já no intercâmbio entre a juventude do Xingu, os Parakanã e os Wajãpi, a discussão estava focada na educação diferenciada, nos direitos comuns entre povos diferentes, nas estratégias de relacionar-se num território compartilhado. Houve a participação de jovens extrativistas e indígenas e uma troca de saberes e fazeres, histórias e pinturas.

Assim, para “fortalecer o vínculo entre extrativistas e indígenas e entre comunidades e gestores” ocorreu que os indígenas passaram a ter o ICMBio como referência, uma vez que entenderam melhor as funções do órgão. O projeto possibilitou ainda que as comunidades indígenas ampliassem sua compreensão sobre o que é a Reserva Extrativista, seu histórico e processo de criação.

Do mesmo modo, os extrativistas aproximaram-se dos indígenas no sentido de compreendê-los como parceiros de direitos. Ou seja, foi fortalecido um entendimento sobre os direitos e leis que amparam povos tradicionais e indígenas, já que, apesar da proximidade física, faltava a compreensão de similaridades que envolvem os vizinhos.

O diálogo entre os dois públicos sobre a gestão territorial foi facilitado e fortalecido, como exemplo é possível citar o encontro de vizinhança (da juventude), promovido em novembro de 2014, em que jovens extrativistas e indígenas dialogaram mais concretamente sobre a proteção da única área de reprodução de tartarugas na região no Médio Xingu. Esta conversa aproximou os comunitários/as da ação coletiva de proteção de tartarugas. Portanto, sugere-se que o ICMBio possa continuar apoiando e fortalecendo a ação comunitária coletiva de cuidado e gestão do Território.

Na atividade sobre os “Quintais agroflorestais: indicadores de manejo e experimentação da biodiversidade” os objetivos foram: ter a biodiversidade local aumentada; os usos sustentáveis da biodiversidade promovidos; os hábitos alimentares tradicionais revalorizados; e a diversificação de nutrientes na dieta das famílias promovida.

O objetivo de favorecer o aumento da biodiversidade local e a conservação *in situ* de espécies raras e endêmicas pôde ser alcançado por meio dos encontros de vizinhança. É que o ambiente de tais encontros sempre foi de valorização dos conhecimentos e modo de vida local, o que facilitou que homens e mulheres extrativistas e indígenas expusessem seus conhecimentos e se interessassem em trocar espécies e variedades endêmicas. É possível citar, por exemplo, as atividades de recuperação das sementes crioulas e tradicionais na Resex Rio Xingu e da parceria inédita entre ICMBio e “Embrapa arroz e feijão e Embrapa sorgo e milho”.

Com a utilização do banco virtual de germoplasma das duas unidades, foram pesquisadas variedades crioulas e tradicionais coletadas na região sudoeste do Pará e selecionadas. O passo seguinte envolveu um intenso diálogo com os gestores dos referidos bancos de germoplasma para, posteriormente, ocorrer a seleção direta por parte de agricultores e agricultoras da Resex Rio Xingu, visando a identificação de variedades que estes agricultores já haviam experimentado nos seus cultivos. Para a recuperação do milho crioulo, foram trazidas sementes da Resex Riozinho do Anfrísio, onde há intensa produção, domesticação e melhoramento a partir de práticas e conhecimentos locais de espécies crioulas e tradicionais.



“O resultado foi que mais de 10 famílias, localizadas ao longo do Beiradão do Rio Xingu, estão produzindo sementes de milho crioulo. Outras duas têm produção de arroz crioulo. As sementes de arroz, definitivas, estão em fase de envio pela Embrapa. Também foram recuperadas sementes de milho tradicional junto aos Parakanã de Apyterewa e Paranopiona”.
(Mauro Braga, gestor da Resex Rio Xingu).

O trabalho possibilitou ainda a investigação e uma vivência indigenista onde houve relatos dos anciãos sobre as sementes de milho e outras, a partir da identificação das variedades. Percebeu-se que o milho Araweté possuía história também entre os Parakanã. Estes resultados foram tão exitosos que em 2015 a roça de milho da aldeia Apyterewa superou as expectativas, servindo de alimento para toda a aldeia e ainda há sementes usadas para alimentação de animais.

Com vistas a promover usos sustentáveis da biodiversidade foi possível gerar um maior interesse dos mais jovens em relação ao tema. Quinze eventos de formação junto à juventude da Resex e indígenas das etnias Araweté e Parakanã foram realizados. Nestas formações foi enfatizado os usos do território, seu cuidado e gestão, os saberes referentes ao uso e manejo sustentável da biodiversidade, todos tomados como temas norteadores.

Já para identificar e registrar informações sobre o uso da biodiversidade no cotidiano de comunidades do médio Xingu, houve a sistematização por meio de registros fotográficos, descrição em relatórios e registro em documentários, nos quais participaram os jovens indígenas e extrativistas. O projeto produziu 07 filmes, sendo 02 deles (Araweté - Paraxim: "a semente tradicional de awaty" e "visita à roça de Maria") destinados exclusivamente a este olhar. O primeiro registra as histórias contadas por anciãos sobre o milho tradicional Araweté e o segundo registra a diversidade e o saber contido na roça mais diversificada da Resex Rio Xingu, segundo diagnóstico dos agroecossistemas de 2013, a roça de D. Maria Rosa da Luz.

Em relação à revalorização dos hábitos alimentares tradicionais foi com a convivência com as famílias extrativistas que se identificou que tais costumes ali são tradicionais, seja por determinantes de condição como a distância dos mercados e fatura de alimentos da mata, roça e rio, ou por questões de gosto e costume. A "tradicionalidade" pode ser visibilizada por meio do que o ecossistema oferece e também por meio da convivência com ele. A geração do saber vem com o que se designa por sabor, já que "sem saber não há sabor". Os saberes acerca do manejo da biodiversidade, o cuidado e a defesa do Território, se dão pelo saber e assim se tem a garantia do sabor.

Sobre a necessidade de promover a diversificação de nutrientes na dieta das famílias, o projeto permitiu acompanhar a implantação de hortas nas escolas e em unidades de produção familiares da Resex Rio Xingu. As hortas, por sua vez, contribuíram para a diversificação de nutrientes na dieta alimentar existente nas escolas e nas famílias. Esta atividade deve ter continuidade, pois trata-se de uma oportunidade para o ICMBio trabalhar educação ambiental nas escolas da Resex.

No que se refere a atividade de capacitar jovens agentes em gestão territorial e conservação da biodiversidade, o número de pessoas capacitadas superou o esperado, sendo que do total, participaram mais de 100 jovens, entre extrativistas e indígenas. Desse modo, as formações foram tão exitosas que surgiu o grupo "Juventude do Xingu". E ainda, houve o fortalecimento da relação de amizade entre jovens indígenas e extrativistas.

Atualmente, é perceptível a interação e inserção da juventude nos espaços políticos de gestão da Unidade de Conservação. O exemplo deste impacto pode ser visto por meio da importante participação dos jovens na Associação dos Moradores do Médio Xingu (AMOMEX), no conselho gestor da Unidade de Conservação, na participação de indígenas nos conselhos, entre outras representações.

Entre os êxitos do projeto, portanto, é possível citar que a equipe conseguiu envolver diversos sujeitos das comunidades extrativistas e indígenas, que foram se formando no processo e se apropriando dos espaços promovidos. Os jovens são o segmento que melhor aproveitou tais resultados. Também foram formados grupos de mães e ouvidos e envolvidos os anciãos das comunidades que são detentores dos saberes, fazeres, sementes e conhecimentos dos territórios.

Além do Arranjo institucional que foi favorecido pelas atividades, destacam-se a importância de ter uma consultoria principal do projeto, de ter como colaboradores eventuais aquelas pessoas mais próximas da realidade do território, como extrativistas de outras Resex, pessoas ligadas a movimentos populares, indigenistas independentes, entre outros. Importante ainda foi ter envolvido os gestores de outras Unidades de Conservação em diversas atividades do projeto, pois o aprendizado foi mais institucionalizado e as lições aprendidas compartilhadas.

Como ponto negativo é preciso destacar que houve limitação quanto à utilização das bolsas para trabalhar com os jovens, por ausência dessa rubrica. A resistência com esse tipo de atividade dentro do próprio ICMBio, que diz respeito ao fortalecimento comunitário, contratação de consultores/colaboradores que são extrativistas/moradores das Resex e indígenas, e de valorização do conhecimento tradicional, também é uma limitação, pois causa certo engessamento institucional relativo ao tema e atividades voltadas à gestão integrada.



Manifestação em defesa do rio Xingu.
Fonte: IEB

Entre as oportunidades surgidas com o projeto destaca-se o fortalecimento da organização social, de acordo com as relações e matriz cultural pré-existentes nas comunidades. Ou seja, enfatizou-se a organização por parentesco/compadrio, vizinhança, geração - juventude - gênero, etc., para promover os grupos de mulheres, as vizinhanças por microrregião e seu diálogo com as aldeias também vizinhas. Assim, os compadres e as comadres, os parentes, os jovens, todos que, a seu modo, refletem a forma pela qual as comunidades já se organizam no território. Vale, portanto, observá-las e respeitá-las.

Sobre a agrobiodiversidade destaca-se que, além da importante parcela bem conservada existente entre as comunidades do Xingu e do Médio Xingu com suas variedades de mandioca, milho, banana, urucum, pimenta, jerimum e outras tantas que precisam ter sua conservação *in situ* valorizada e estimulada, foi possível despertar maior interesse entre alguns agricultores.

Eles demandam, ultimamente, um selo especial, via ICMBio, que ateste a origem do produto (de Resex) e sua qualidade agroecológica (não uso de agrotóxicos na produção). Importante recomendação para que ICMBio encontre formas de valorizar tal produção e um lugar diferenciado para a sua comercialização na região.

Sabe-se da importância em envolver as Unidades de Conservação nos mercados regionais com produtos sustentáveis, aproximando as economias e contribuindo para outros modos de pensar relativos à conservação das florestas. Esses aspectos foram fortalecidos por meio da realização da I Feira dos povos do Médio Xingu na cidade de Altamira, uma parceria do ICMBio e Funai, muito importante para a consolidação das Unidades de Conservação e áreas protegidas da região.

“Na relação entre o ICMBio e os indígenas é importante salientar que o PPI foi apropriado por eles como uma nova maneira de estabelecer trabalhos junto à suas comunidades. Isso abre precedentes para o contínuo diálogo, desde que se considere o respeito à diversidade indígena, seus modos de vida e visão de mundo e, conseqüentemente, as relações que tais populações estabelecem com os Territórios. A aproximação das UCs com as TIs no Médio Xingu é assunto pungente, para isso o contínuo diálogo entre Funai e ICMBio é fundamental”. (Mauro Braga, gestor da Resex Rio Xingu).

Entre as dificuldades e desafios enfrentados estão, por exemplo, o uso de adubos químicos incentivados por parceiros das comunidades extrativistas e adoção de sementes não tradicionais em ações do Plano Básico Ambiental nas aldeias. Há também outros conflitos que foram identificados: os identitários como a evasão de jovens para a cidade, ações da Norte Energia que causam desarticulação da organização tradicional das comunidades indígenas, mudança nos hábitos alimentares e até mesmo conflitos. A sobrecarga de atividades de parceiros das comunidades indígenas e extrativistas também é outro agravante na região.

3.2 VIGILÂNCIA INDÍGENA DOS TERRITÓRIOS KARAJÁ E JAVAÉ DO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DO CANTÃO, TO

O Projeto “Vigilância Indígena dos Territórios Karajá e Javaé do entorno do Parque Estadual do Cantão” foi executado, entre novembro de 2013 e junho de 2016, pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), Parque Estadual do Cantão, ICMBio, Parque Nacional do Araguaia, FUNAI e comunidades indígenas Inãwebohona e Utaria Wyhyna/Iródo Irãna.

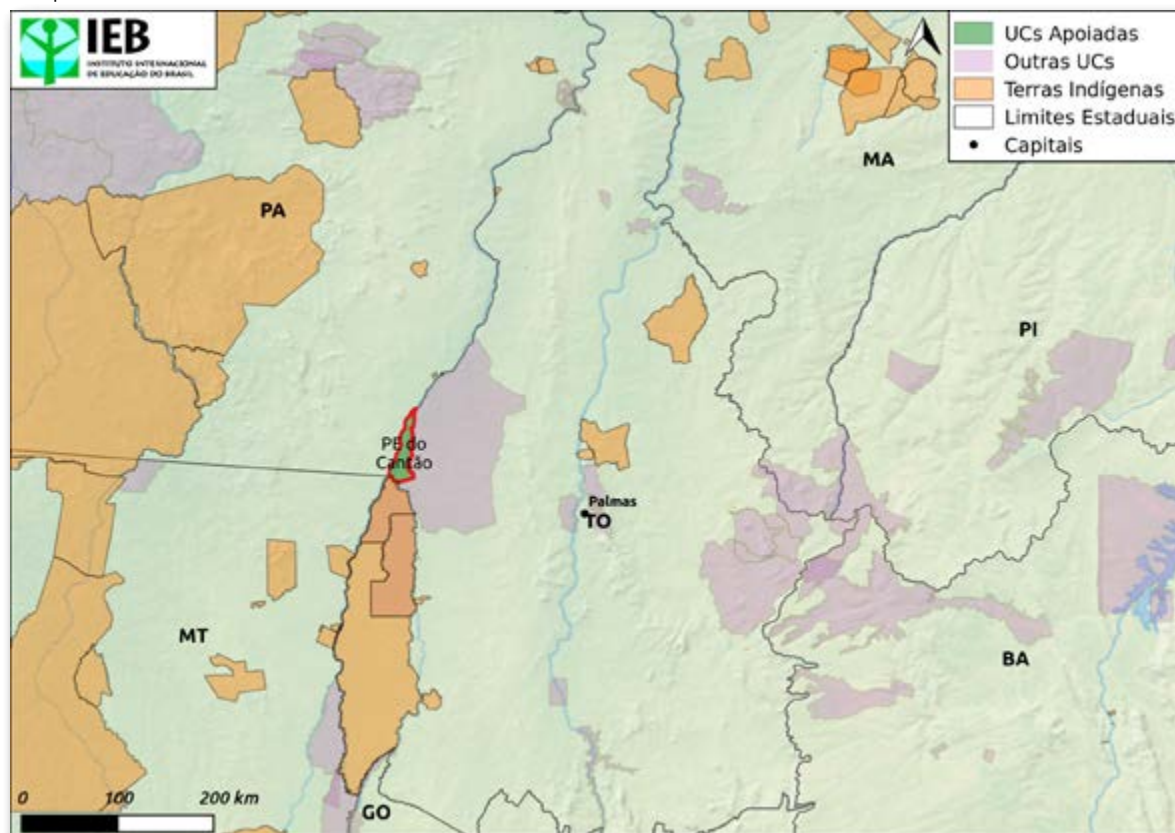
O objetivo do projeto foi proteger os estoques pesqueiros através da consolidação da parceria já existente entre instituições do governo federal e estadual, incluindo as comunidades indígenas do entorno do Parque.

Outros objetivos previstos foram:

- Eliminar a pesca furtiva no interior do Parque;
- Criar uma relação amistosa com as comunidades;
- Supervisionar e apoiar as comunidades a realizar atividades de vigilância;
- Fortalecer o processo de ordenamento pesqueiro das comunidades do entorno do Parque;
- Aperfeiçoar o trabalho integrado entre os órgãos que atuam na região.

O contexto do entorno do Parque Estadual do Cantão, no Tocantins, apresenta alguns conflitos que não foram resolvidos ao longo dos anos. Trata-se de uma área onde ocorre sobreposição com Terras Indígenas e há limites territoriais estabelecidos por rios e igarapés. Com isso, os estoques pesqueiros no entorno do parque e dentro das terras indígenas estão sob ameaça.

Figura 6 - Localização do Plano de Ação “Vigilância Indígena dos Territórios Karajá e Javaé do entorno do Parque Estadual do Cantão”.



Fonte: IEB

As instituições perceberam tal problema e, carregados com tal preocupação, resolveram realizar ações para que a diminuição do estoque pesqueiro, que acontece fortemente no entorno, não avance os limites do parque.



“Moro no extremo norte da ilha onde é uma área de dupla afetação, de responsabilidade do ICMBio e Funai. Lá são 3 aldeias e uma delas é dentro do parque. ATI Inãwébohona foi homologada com dupla afetação. Tem coisa que pode fazer e coisa que não pode. E a gente fica no meio da guerra de instituições”.
(Paulo Javaé, liderança indígena da Ilha do Bananal, Tocantins).

A partir desse contexto foi pensado que havia uma oportunidade para encontrar alternativas conjuntas para a região. Gestores estaduais e federais do Parque Estadual do Cantão e do parque do Araguaia, realizaram uma consulta aos povos indígenas para atuarem

e tentarem resolver o problema que atinge a todos. De forma consensual, houve uma discussão sobre a possibilidade de implementar um projeto com as comunidades indígenas, visando criar acordos e formas de ordenamento pesqueiro. Com isso foi percebido que havia a preocupação entre os indígenas para proteger lagos dentro das terras indígenas. A partir dessa situação o projeto foi pensado com a ideia inicial de enfatizar o ordenamento pesqueiro e formas de proteção territorial de predações externas.

Para eliminar a pesca predatória dentro e no entorno do Parque a estratégia adotada foi de promover o ordenamento pesqueiro mediante a implementação da vigilância no território indígena. Com isso, esperava-se garantir a sobrevivência das comunidades ribeirinhas e indígenas, bem como a conservação da biodiversidade.

Para alcançar o objetivo proposto, o projeto apoiou a realização da oficina “Capacitação de Agentes Ambientais Voluntários Indígenas” para que eles pudessem atuar no monitoramento e vigilância de terras indígenas e entorno do Parque Estadual do Cantão. A atividade ocorreu em 2013 e foram capacitadas 33 pessoas de 07 aldeias das etnias Javaé e Karajá. Os indígenas receberam noções básicas de monitoramento e vigilância do território indígena.

Outra capacitação foi sobre gestão de conflitos e criação de diálogos relativos a acordos de pesca. Quinze indígenas participaram. Nessa oportunidade, foi possível identificar conflitos entre as próprias comunidades e destas com as instituições. Como resultado principal houve avanço na construção de diálogos sobre a criação dos acordos de pesca entre comunidades indígenas Javaé e Karajá. Estes acordos não foram delineados precisamente, mas se chegou a alguns pactos.

“A gente tem, entre outras atividades, a criação de gado e a pesca. O peixe também é vendido por nós. São as alternativas que tem na região. Tem a situação de fiscalização e há criminalização, já teve muito conflito. Durante um tempo tinha entrada desordenada de pessoas para pescar. Eles do ICMBio tinham que impedir, e nós moramos no entorno e dentro do parque, isso criava um impasse. Por isso a gente precisava de apoio dos órgãos e acabou que teve esse problema de não conseguir continuar a conversa sobre vigilância indígena e nem adquirir os equipamentos, por conta da burocracia. As aldeias aceitaram começar esse trabalho de proteção. E o projeto podia ajudar a começar a melhorar essa conversa, a organizar o turismo, proteção e a própria vigilância na região”. (Paulo Javaé, liderança indígena da Ilha do Bananal, Tocantins).

Entre os aprendizados do projeto é possível perceber que a forma ideal é proporcionar que cada aldeia possa construir seu acordo.

Outra questão que deve ser considerada ao elaborar propostas que envolvam comunidades é trabalhar para não criar expectativas que não podem ser cumpridas, a exemplo da proposta de aquisição de equipamentos que poderiam empoderá-las nas ações de vigilância.

Com a lentidão do processo burocrático, não houve tal aquisição prevista no projeto. Ao não adquirir tais equipamentos, as atividades centrais, de vigilância territorial, acabaram sendo inviabilizadas. A ação não pode ser executada e isso gerou frustrações. Porém, a realização de ações de vigilância, demonstrou que o tema é mobilizador para as comunidades da região.

Os indígenas também afirmam que é necessário regularizar o turismo. Por outro lado, a questão da manutenção de equipamentos, que deve ser contrapartida das associações, poderia onerá-las, já que muitas delas não têm condições para arcar com esses custos.

Entre os resultados é possível destacar que houve um aumento da mobilização para fins de vigilância, o que inclui aumento do número de denúncias para fiscalização. Mas o turismo ilegal não diminuiu e os acordos de pesca não foram concluídos, mesmo com a elaboração de TAC intermediário de ordenamento de pesca.

3.3 A PROTEÇÃO CONJUNTA ENTRE O PARQUE ESTADUAL CHANDLESS E AS TERRAS INDÍGENAS DO ENTORNO

O projeto “Proteção conjunta entre o Parque Estadual Chandless e as Terras Indígenas do Entorno” (Alto Rio Purus e Mamoadate) foi executado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, em parceria com a FUNAI, no período de agosto de 2014 a dezembro de 2016. O projeto tem por objetivo fortalecer a gestão do Parque Estadual Chandless, além de delinear estratégias em parceria com outras instituições e povos indígenas do entorno para a conservação da sociobiodiversidade da região.

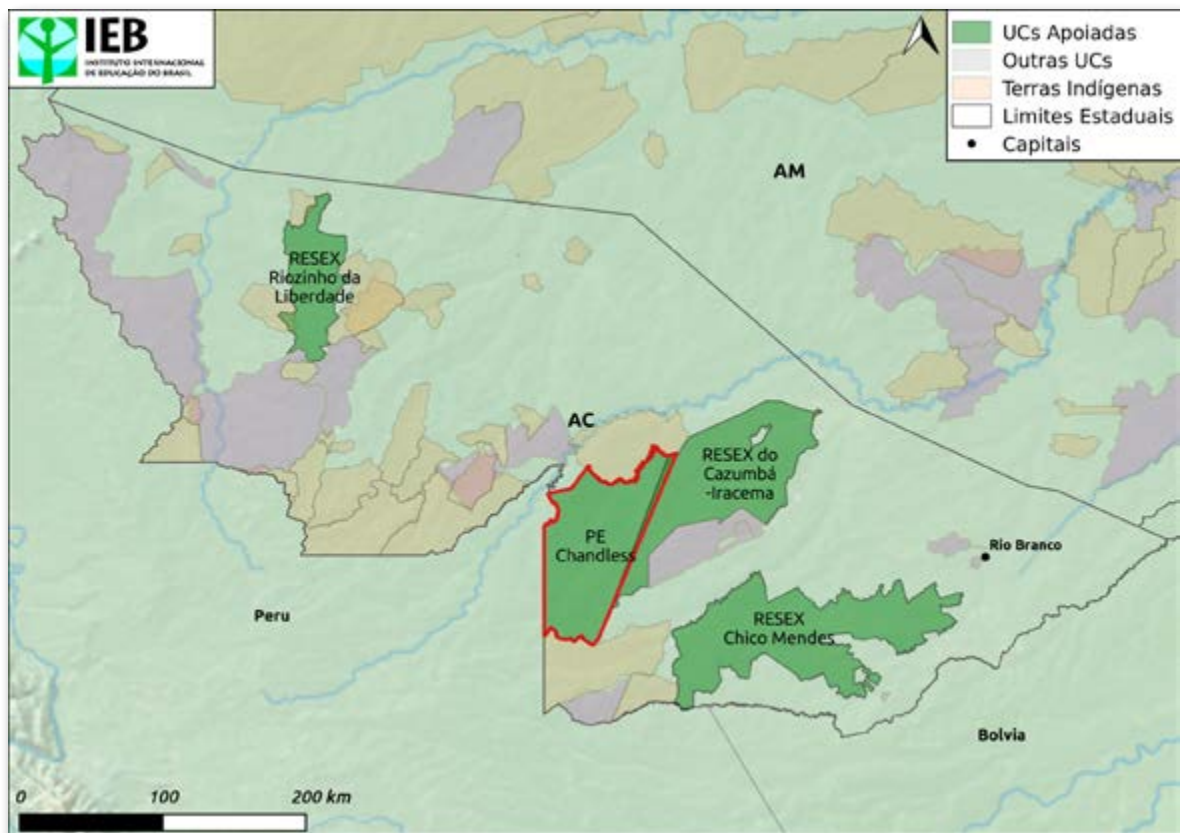
As atividades vinculadas ao projeto tiveram por objetivos específicos:

- Iniciar o diálogo sobre a permissão do acesso aos recursos naturais aos povos indígenas e comunidades não indígenas em áreas de importância social, econômica e cultural, por meio de estabelecimento de acordos comuns;
- Minimizar conflitos socioambientais entre gestão, moradores do Parque Estadual Chandless e povos indígenas do entorno;

- Promover a participação de indígenas e comunidade não indígena na gestão da Unidade de Conservação;
- Realizar atividades conjuntas de qualificação de informações referentes aos povos indígenas isolados na região de intersecção do Parque com a TI Mamoadate.

Localizado no estado do Acre, entre os municípios de Manoel Urbano (69%), Santa Rosa do Purus (24%) e Sena Madureira (7%), o Parque Estadual Chandless foi criado em 2004 com 695303 ha.

Figura 7- Localização do Plano de Ação "Proteção conjunta entre o Parque Estadual Chandless e as Terras Indígenas do Entorno".



Fonte: IEB

Existem 11 famílias residentes dentro do PEC e o seu entorno faz limite com a TI Alto Purus (povos Huni kui e Madija) ao norte, TI Mamoadate (povos Manchineri e Jaminawa) no sul, a oeste o Parque Nacional Alto Purus (Peru) e leste com a Resex do Cazumbá-Iracema.

As discussões sobre gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas é tema constantemente fortalecido no âmbito do governo do Estado, na sociedade civil e com os próprios indígenas. Nas duas Terras Indígenas ocorrem ações para implementar seus planos de gestão e, entre seus temas, está o olhar e agir com e para o entorno.

A estratégia central foi a boa mobilização dos moradores da região para que fossem discutidos temas como: a gestão do Parque e da TI, o papel das populações locais na proteção e o uso dos recursos naturais locais e possibilidades de ações conjuntas. Foram realizadas três oficinas: uma com indígenas na TI, outra com moradores no PEC, e a última com moradores e indígenas na sede do PEC, onde foi possível perceber a necessidade de tal mobilização.

Como fruto dessas atividades os acessos às áreas de uso dos indígenas e moradores nas duas áreas foi problematizado e gerado um indicativo de acordo de uso que foi validado em reunião ao final de 2016. Os mapeamentos das áreas de uso, o reforço dos direitos originários e as necessidades de monitoramento e quantificação dos recursos extraídos também foram temas debatidos.

Além disso, discutiu-se o interesse e a importância do conselho gestor da Unidade de Conservação contar com representantes dos moradores do PEC e indígenas, o que é uma forma do Estado se aproximar mais de quem, de fato, faz a gestão desses espaços. Como fruto desse debate, houve a indicação de nomes e a participação dos mesmos na reunião do conselho, ocorrida após as oficinas.

Há a indicação de que os novos conselheiros participarão de ações de capacitação e intercâmbios de experiências em outras áreas para criar maior familiaridade com esse novo papel e as potencialidades de inserção nesse espaço de controle social.

Na conversa com os moradores, foi possível entender que era preciso ouvir mais sobre as visões que eles têm acerca da existência do parque, com ênfase nos eixos da saúde, educação, uso dos recursos naturais, produção agrícola e história das famílias.



“ O projeto tem partes que são ótimas. Teve um tempo que a gente ficou na dúvida sobre o que ia acontecer, mas sempre teve esperança de se beneficiar. O projeto melhorou uma parte, quando foi feito o levantamento, pois a gente tinha ficado esquecido por um tempo e achou que ia ter que sair e não ter direito a nada. Ficou sem saber como ia ficar nossos direitos, para onde o povo ia. Em 2004, tivemos a notícia do parque, e em 2011, a gente voltou a ser procurado. (Moises Nunes Pacaya, morador do Parque Estadual Chandless).

Entre as ações na TI Mamoadate foi realizada uma discussão para sensibilizar os indígenas Manchineri e Jaminawa sobre a existência do PEC, mesmo que eles não utilizem diretamente a Unidade de Conservação. Também é necessário discutir a situação dos indígenas em isolamento voluntário que usam e transitam pela região de interseção entre as duas áreas.

Como desdobramento da oficina, foi realizada uma expedição para qualificação participativa de áreas utilizadas por comunidades indígenas isoladas nessas zonas. O fruto dessa ação, gerou a qualificação e constatação da existência de 13 tapiris nas cabeceiras de um dos afluentes do rio Chandless.

As ações do projeto também implicaram em arranjos institucionais, tais como as parcerias construídas com as associações indígenas das TIs, com a FUNAI (Coordenação Regional Alto Purus, Coordenação Técnica Local de Santa Rosa do Purus e a Coordenação Etnoambiental Rio Envira), a Comissão Pró-índio do Acre, a Federação Nações Indígenas de Madre de Dios, indígenas Yne de Monte Salgado- Peru e a Secretaria de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre. Todas foram fundamentais para a execução das ações do plano e também para o prosseguimento de estratégias iniciadas com esse componente do programa ARPA.

Entre os pontos importantes destacam-se as oportunidades de estabelecer relações com moradores do entorno e de dentro do parque, que anteriormente não foram construídas. Foi possível ainda, desenvolver ações inovadoras no modelo de gestão, a partir da parceria com a FUNAI, em favor do monitoramento de trânsito de indígenas em isolamento voluntário na área sul do PEC, que faz interface com a TI Mamoadate.



Momento de integração durante a oficina Projetos Comunitários, em Manaus, AM - 2016.
Fonte: IEB

Destaca-se ainda a possibilidade de apoiar de forma direta algumas necessidades no âmbito da educação, moradia e produção sustentável, priorizados pelos moradores da Unidade de Conservação, a partir das ações elencadas nas reuniões e o empoderamento de indígenas Madijá no processo de discussões relativas aos interesses da TI, muitas vezes negligenciados nas discussões externas. Estas ações foram pontos de extrema relevância no contexto das ações executadas.

Entre os desafios e dificuldades enfrentadas, foi identificado que há necessidade de aproximar os indígenas Huni Kui, que moram na área norte da TI Alto Purus, com as discussões acerca do PEC. Embora eles não tenham relações estreitas com as áreas do parque, compartilham a TI com outros que tem, os Madijá. Dada a peculiaridade dessa TI, a mais populosa do Acre, com cerca de 50 aldeias, permanece o desafio logístico e estrutural para conduzir encontros com aproximadamente 200 pessoas, o que deverá ser tratado como um dos próximos passos da estratégia de atuação.

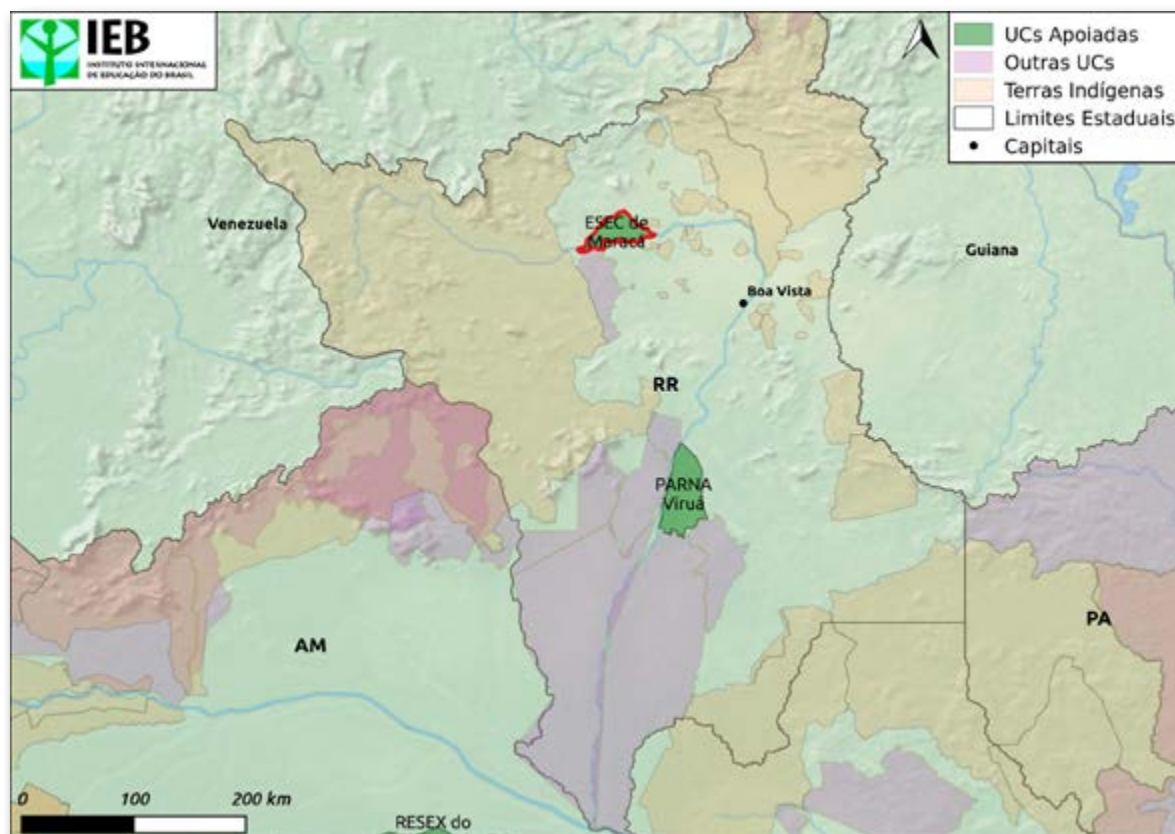
Com isso, constatou-se que não se pode perder de vista a necessidade de continuar o estreitamento das relações, independente do projeto. Assim, será possível que ações conjuntas façam parte da rotina do processo de gestão da Unidade de Conservação.

3.4 A IMPLEMENTAÇÃO DE ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS NAS TERRAS INDÍGENAS DO BOQUEIRÃO, ANINGAL E MANGUEIRA, ENTORNO DA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE MARACÁ

A Estação Ecológica de Maracá, criada em 1981, é uma Unidade de Conservação federal de proteção integral, administrada pelo Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e localizada em Roraima no médio rio Uraricoera. A área protegida é de 103.976,48 hectares na transição dos ecossistemas de floresta e lavrado (savana), tendo em seu entorno terras indígenas, projetos de assentamentos e fazendas.

O Projeto “Implementação de atividades sustentáveis nas Terras Indígenas do Boqueirão, Aningal e Mangueira no entorno da Estação Ecológica de Maracá”, foi implementado pelas comunidades indígenas em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-ICMBio e com o Conselho Indígena de Roraima-CIR.

Figura 8 - Localização do Plano de Ação "Implementação de atividades sustentáveis nas Terras Indígenas do Boqueirão, Aningal e Mangueira no entorno da Estação Ecológica de Maracá".



Fonte: IEB

Os objetivos estabelecidos foram:

- Incentivar o uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas;
- Prevenir e iniciar a recuperação de danos ambientais;
- Apoiar a proteção territorial; e
- Fortalecer a governança e participação indígena, apoiando a capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental.

As terras indígenas envolvidas foram: Aningal com duas comunidades (Aningal e Vida Nova), no município de Amajari; Mangueira e Boqueirão, no município de Alto Alegre. O projeto contou com apoio técnico da Fundação Nacional do Índio-FUNAI e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA. As atividades aconteceram no entorno imediato da Estação Ecológica de Maracá, com indígenas que, em sua maioria, pertencem às etnias Macuxi, Wapixana e Saporá.

Os projetos iniciaram no final de 2014 e foram concluídos no final de 2016, nas quatro comunidades indígenas. Embora tenham problemas específicos, as comunidades possuem estrutura organizacional semelhante com diferenças internas relacionadas ao grau de envolvimento comunitário e a atuação das coordenações locais, resultando em ritmos diferentes a cada uma das comunidades no que diz respeito a execução das atividades.

Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação foram pensadas e realizadas para nortear cada fase da implementação das atividades sustentáveis que foram priorizadas nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das comunidades indígenas.

As comunidades indígenas Mangueira, Vida Nova e Aningal decidiram pela implantação de viveiros com sistema de irrigação para produção total de 33 mil mudas nativas que atenderão atividades de recuperação de áreas degradadas, incremento da produção de café, além de um aporte financeiro com a venda das mudas nativas na região. Já a comunidade do Boqueirão resolveu desenvolver a piscicultura de tambaqui (*Colossoma macropomum*) em dois lagos já existentes.



“A gente fez o planejamento junto com as comunidades e os desdobramentos às vezes são outros. A gente pode ver isso com a atividade de viveiros. Não foi pensado que poderia ter problema com fornecimento de energia quando se pensou nas atividades de viveiros. Na comunidade Aningal tinha uma bomba funcionando, mas precisou ser trocada, pois a energia era muito baixa para as demandas. Com a troca do motor bomba que veio com o projeto, agora tem água que atende tanto a escola como o viveiro. Com isso, até a escola acabou se envolvendo com o projeto e o planejamento de buscar as mudas. Os alunos também desenvolvem algumas atividades nos viveiros. Isso foi sendo trabalhado e as mudas servem como geração de renda. Se a comunidade

quiser, o projeto pode continuar, e não ser apenas com começo, meio e fim, como todos os projetos, mas pode ter continuidade “.

(Sinéia Bezerra do Vale, liderança do Conselho Indígena de Roraima).

Com o potencial de cada comunidade indígena, foi possível fortalecer essas iniciativas que contribuem para a sua sustentabilidade ambiental e econômica. O reconhecimento dos saberes tradicionais foi um fator importante em cada atividade desenvolvida nessas comunidades, dentro de suas especificidades.

No decorrer do processo, aconteceram alguns problemas. No que se refere as atividades da piscicultura na Comunidade Boqueirão, o fenômeno El Niño, em Roraima no período 2015/2016, foi o mais forte de todos os tempos. A estiagem reduziu bastante a metragem quadrada (lâmina d'água) dos dois tanques, deixando um deles em situação inapropriada para criação de peixes e outro necessitando da montagem de um aerador artesanal para incorporação de oxigênio na água.

Foi adquirida uma máquina forrageira que não estava prevista. Foi necessário ainda, confeccionar ração alternativa com produtos produzidos dentro da terra indígena, visando diminuir custos da produção. Neste sentido, foi realizada uma oficina para resolver esta situação e os indígenas já pensam, inclusive, na comercialização do pescado agregando valor, uma vez que o peixe só se alimenta de ração produzida localmente que é isenta de qualquer tipo de aditivo externo.

“ Com a ração que passou a ser produzida por meio da atividade de criação de peixes, foi o mesmo processo que ocorreu com a atividade dos viveiros. O trabalho com a produção de ração para os peixes não estava na meta. Não foi pensado que a comunidade podia ter uma ração alternativa, mas o consultor viu que tinha potencialidade na comunidade e a saída foi fazer a ração. Assim, o consultor capacitou os coordenadores de peixe e ensinou o pessoal a produzir a própria ração. A atividade se transformou em criar peixe de uma forma orgânica e com isso será possível até agregar valor quando o peixe for comercializado”, (Sinéia Bezerra do Vale, liderança do Conselho Indígena de Roraima).

No tocante ao viveiro irrigado da comunidade Vida Nova, a energia que abastece a localidade não era suficiente para fazer funcionar a bomba de irrigação, foi necessária a aquisição de um transformador de energia de 10 kva e um poste de concreto. O serviço de instalação do transformador ficou a cargo da comunidade com apoio das Centrais Elétricas de Roraima (CERR), sem mais custos para o projeto. A aquisição gerou benefícios para a produção no viveiro e também melhorou um problema antigo que era a distribuição de energia e a sua disponibilidade para a comunidade indígena.

O mesmo ocorreu no Viveiro Irrigado da Comunidade Aningal, local onde foi preciso adquirir uma bomba à diesel de 10 cv., pois a distância do igarapé até o local do viveiro chega a 400 metros, o que inviabilizava o funcionamento da bomba elétrica adquirida pelo PPI.

No planejamento para o viveiro irrigado da comunidade Mangueira, aconteceu que mudas de café estavam sendo produzidas para venda junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entretanto, as mudas deixaram de compor o leque de produtos que poderiam ser comprados pela Companhia, gerando desânimo e quase desistência da comunidade. Recentemente, houve mudança na coordenação local e atualmente busca-se outro mercado, além de fortalecer a atividade no cafezal comunitário, de resgatar o processo histórico de implantação do café e estimular o festejo tradicional do Café Orgânico da Mangueira.

Finalmente, é preciso destacar que a parceria com o Conselho Indígena de Roraima foi fundamental para o desenvolvimento dos projetos, assim como a atuação do INPA, que apoiou tecnicamente os viveiros, e da FUNAI, em menor grau, que contribuiu com ações da piscicultura. Para o funcionamento dos viveiros, o projeto acabou ajudando na solução de problemas antigos, como o caso da energia elétrica insuficiente na comunidade Vida Nova e da falta de água para atender a escola na comunidade Aningal.



“Teve a parceira com a organização indígena CIR e também com ICMBio. O CIR nunca deixou de ser parceiro, da mesma forma com ICMBio. É uma coisa boa, pois eles estão envolvidos com a gente e a gente com eles, um ajuda o outro”. (Maria Zuleide da Silva Viriato, liderança da comunidade indígena Boqueirão).



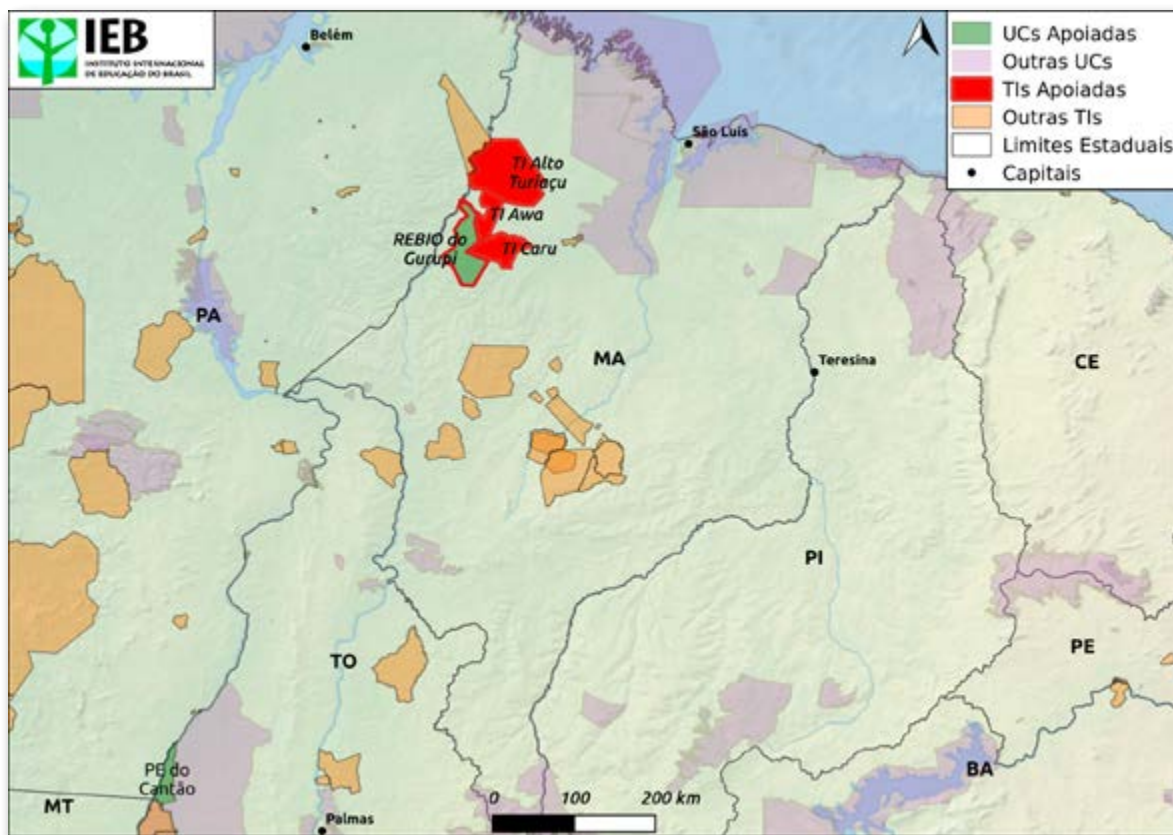
“O projeto foi uma oportunidade de estender a conservação além dos limites estabelecidos nas Unidades de Conservação, embora já se saiba que as Terras Indígenas são áreas protegidas que já conservam. No entanto, a parceria, a interface entre as áreas protegidas traz benefícios para as duas, assim como para outras áreas. A integração com o entorno nunca tinha sido o principal foco das atividades da UC, mas o seu efeito acabou sendo mais integrador que uma reunião de conselho, por exemplo”. (Bruno de Campos Souza, gestor da ESEC Maracá).

3.5 A GESTÃO TERRITORIAL DO MOSAICO DA REBIO GURUPI E TERRAS INDÍGENAS NO MARANHÃO

O projeto “Gestão Territorial do Mosaico REBIO Gurupi e Terras Indígenas” teve por objetivo fortalecer a proteção do mosaico formado pela REBIO e as TIs Awá, Caru e Alto Turiapu, por meio de ações de fiscalização, pesquisas e integração com indígenas. O período de execução do projeto foi de setembro de 2014 a dezembro de 2016. A equipe foi composta por uma parceria entre diversas instituições tais como FUNAI, INPE, Museu Emilio Goeldi (MPEG), ICMBio, UFSCAR, UnB e UNIFESP.

O mosaico de áreas protegidas formado pelas Terras Indígenas e pela Unidade de Conservação sofre grandes impactos desde os anos 1970, com as fronteiras de ocupação abertas pela instalação das rodovias BR-316 (Belém-PA- Maceió- AL), BR-010 (Bélem-Brasília) e BR-222 (Marabá-PA-Fortaleza-CE). Nos anos 1980 a região também passou a sofrer os impactos da Estrada de Ferro Carajás e de novas migrações de trabalhadores e colonos.

Figura 9 - Localização do Plano de Ação “Gestão Territorial do Mosaico REBIO Gurupi e Terras Indígenas”.



Fonte: IEB

É no contexto da implantação dessas grandes obras que se travou a luta pelo reconhecimento dos direitos territoriais dos indígenas Kaapor, Tembé e Guajajara e também o contato com alguns grupos dos Awa Guajá. Ao longo das últimas décadas, a TI Awa vem sendo sistematicamente devastada, ameaçando particularmente os grupos que permanecem em isolamento voluntário. A região, tem um histórico de grande desmatamento com a presença de serrarias e de madeireiros que atuam de forma ilegal no roubo de madeira nas áreas protegidas pelo mosaico. Grande parte das cidades da região está estruturada com forte influência do setor madeireiro e pecuarista. Os conflitos frequentes envolvem grande parte da população dessas cidades que chegam a interditar rodovias federais em retaliação às ações de fiscalização dos policiais e de agentes públicos contra o roubo de madeira.

A violência nessa região também está associada ao trabalho escravo e a disputa por terras. As notícias sobre encontros entre indígenas e madeireiros, e também de lideranças indígenas e comunitárias assassinadas na região, são frequentes nos noticiários nacionais.

Os principais avanços propiciados pelo comitê pesquisa-ação foram obtidos a partir de vários momentos de encontros da equipe, parceiros, pesquisadores e indígenas, sejam em reuniões ou em campo. Isso resultou no desenvolvimento das ações previstas, e também em adequações e ajustes necessários, sendo esse comprometimento uma sinalização de fortalecimento do mosaico.

No que se refere ao comitê de fiscalização do mosaico proposto no projeto, houve várias reuniões que resultaram em ações conjuntas entre o ICMBio, IBAMA, e Polícia Federal no combate ao desmatamento na área do mosaico. Ações baseadas em serviços de inteligência conseguiram resultados mais efetivos em relação a desestruturação da rede criminosa de roubo de madeira.

Essa articulação interinstitucional para a proteção do mosaico também conta com a parceria da polícia militar e do importante trabalho realizado pelos Guardiões da Floresta. Grupos de indígenas Kaapor, Guajajara e Awá que fazem vigilância de seus territórios e são importantes atores para ações estratégicas de fiscalização do mosaico.



“O componente da Pesquisa permitiu que fossem realizadas ações de formação de um Comitê Pesquisa-Ação do Mosaico, identificação de biodiversidade e áreas de interesse dos Awá para recuperação ambiental e ainda elaborar um Mapa de Uso e identificação de espécies vulneráveis para conservação. Algumas dessas atividades previstas não foram concluídas. Mas entre os resultados é possível apresentar uma lista de espécies de plantas de interesse para recuperação, identificadas pelos Awá como ipê, jatobá, massaranduba, pequiá, bacuri, bacaba e açai”. (Eloisa Mendonça, gestora da Rebio Gurupi).

No que diz respeito às ações de integração foram realizadas duas expedições à TI Awá e um seminário do mosaico, com a participação de indígenas Guajajara da TI Carú. Com isso foi possível perceber que a gestão territorial do mosaico e a proposta de realizar pesquisa como mecanismo de integração foram passos importantes para dar início a uma aproximação com os indígenas.

Ainda não foi possível promover os encontros com indígenas da TI Alto Turiaçu e a equipe gestora da REBIO Gurupi, mas isso é parte de um processo que ainda está em construção, uma vez que as ameaças são comuns na região e por isso é importante trabalhar juntos.

Os apoios dos parceiros também foram fundamentais, pois, muitos deles, contribuíram na articulação com os indígenas, o que ampliou a abrangência do projeto.

Uma das pautas presentes no trabalho foi considerar a recente desintrusão do território dos Awá, o que justificou a necessidade de identificar áreas prioritárias a partir do olhar indígena e da conservação da biodiversidade. Os Awá da Aldeia Juriti são indígenas de recente contato e foi identificado que suas atividades estão voltadas para o extrativismo e a caça. Constatou-se que eles precisam de áreas para andar por não terem práticas agrícolas consolidadas.

Com isso, produzir mudas ou construir viveiros como estratégia para a recuperação ambiental da área traria poucos resultados. Mas eles podem contribuir fazendo a coleta das sementes florestais de interesse para a recuperação. Outra questão importante, foi identificar que é preciso ter maior qualificação dos gestores da Unidade de Conservação para o trabalho com indígenas, pois sua cultura é diferente. Isso também aponta para a importância das parcerias.

O grupo de parceiros também elaborou um artigo sobre a Amazônia Maranhense e sua situação crítica quanto ao desmatamento e a baixa execução das políticas públicas indigenistas, sociais e ambientais na região.

Há vários autores envolvidos e o material deve ser apresentado ao Ministério Público Federal, bem como para os governos estadual e federal. A sua elaboração está sob a responsabilidade de pesquisadores da UFMA, UEMA e de outros parceiros igualmente importantes. Trata-se de um instrumento com base técnica e científica e sua repercussão pode contribuir para melhorar a proteção do mosaico.

“A situação para a região é muito crítica e cada um, isoladamente, não se sustenta sozinho a longo prazo. Por um lado, a biodiversidade protegida pela REBIO Gurupi precisa das áreas de florestas das terras indígenas para a viabilidade de suas populações. Por outro, os indígenas precisam da área da REBIO Gurupi como área de reservatório da biodiversidade que está associada aos seus modos de vida e costumes. Temos que trabalhar juntos. Outro aprendizado foi perceber a importância das experiências de fortalecimento das comunidades indígenas e vizinhos, pois isso reforça a gestão do mosaico como um todo”.
(Eloisa Mendonça, gestora da Rebio Gurupi).

3.6 LIÇÕES APRENDIDAS

Gestão integrada

No PPI, nas Resex do Rio Xingu, uma das lições mais importantes esteve foi o potencial da gestão integrada do território, que envolveu terras indígenas e unidades de conservação, considerando a complexidade e dinâmica daquele território. Houve um processo de condução integrada do território gerido por instituições e povos diferentes (ICMBio e FUNAI, indígenas e ribeirinhos). A estratégia adotada foi tornar evidente os aspectos positivos das relações entre os diferentes povos, abstraindo o que poderia ser motivo de conflitos. A Resex adotou tais ações como parte do seu planejamento, ao mesmo tempo em que o projeto também se adaptou à realidade da região.

O maior aprendizado foi buscar olhar e entender o território a partir de quem faz a sua gestão na prática, no dia a dia. Uma prática importante é o fortalecimento das boas relações, tirando o foco do conflito. Os acordos formais em detrimento de acordos pré-existentz implicam, muitas vezes, em repensar qual é o papel do Estado nos dias de hoje. Ações do Estado podem, muitas vezes, trazer desunião quando tendem a intensificar conflitos ao invés de resolvê-los. Cada microrregião tem suas regras que não são estáticas e que podem estar carregadas de simbolismo. Portanto, todas precisam ser respeitadas.

Outra experiência marcante, além do fortalecimento de vínculos entre os indígenas e extrativistas, é a imprescindível aproximação da FUNAI e ICMBio para que a gestão territorial sustentável do território do Médio Xingu possa ser solidificada.

Uma vez que o reconhecimento do território através das Resex é uma conquista, não é possível desconsiderar que a institucionalização da gestão territorial, que é muito complexa, possa ser implementada por meio de um entendimento mais amplo da realidade e de ações realizadas a partir do contexto sociocultural das comunidades.

Protagonismo indígena na proteção territorial

No Parque Estadual do Cantão, uma das lições aprendidas está relacionada ao foco na proteção, que teve grande aceitação junto às comunidades porque o tema envolve a todos. A questão do reconhecimento do protagonismo indígena também foi uma importante lição que gestores locais aprenderam e entendem que outros gestores deveriam compreender esse processo. O tema do investimento na capacitação também se mostrou importante. Ao mesmo tempo, foi aprendido que elaborar um Projeto dependente da aquisição de determinados bens, sem garantia do cumprimento dos prazos, pode ser muito problemático, pois cria certas expectativas que não podem ser cumpridas.

Construção de espaços de diálogo

O PPI do Parque Estadual Chandless gerou como aprendizado que os processos da gestão da Unidade de Conservação devem ter como referência a forte demanda de promover rodas de conversa para maior interação com quem de fato vive na região. Essa relação deve ser estreitada, uma vez que, além do objeto de conservação *stricto sensu* da criação da Unidade de Conservação, se tem a oportunidade de aproximar o Estado e suas ações da vida dessas pessoas. Do ponto de vista da melhor gestão, é imprescindível entender o significado dessas áreas para quem de fato vive nela. Esta é a lição mais importante que o projeto possibilitou.

A estratégia de gestão integrada implica em aumentar a rede de parceiros, de forma a garantir uma presença constante na região. É preciso também construir mais espaços de diálogo para ampliar a compreensão do outro (instituições e comunidades), bem como garantir a governança, por meio da participação de representantes locais. Para isso, os projetos devem ter abertura e flexibilidade para promover a participação e garantir o protagonismo das comunidades nas tomadas de decisão. Outro aprendizado obtido é que a construção de acordos costuma levar mais tempo do que o projeto prevê. Assim, é preciso respeitar o tempo e a dinâmica das comunidades nesses processos.

Parcerias na implementação da PNGATI

Na ESEC Maracá se reconhece a importância das ações que ajudem na implementação da PNGATI e do plano de manejo da Unidade de Conservação. Por meio do fortalecimento das parcerias é possível ampliar os resultados do projeto, inclusive daqueles que não estavam previstos. Também na Rebio Gurupi o trabalho de parceria teve mais abrangência e qualidade.

“Em 35 anos de existência da ESEC Maracá a integração com o entorno só foi possível agora com o ARPA. Ao implementar ações nas TIs, buscar parceiros para tais ações que tiveram como ponto de partida os próprios planos de gestão elaborados pelos indígenas, o nosso trabalho foi de auxiliar para que atividades sustentáveis fossem desenvolvidas. E esse foi o desafio. Assim, tanto as ações do plano de manejo da UC, quanto as ações dos planos de vida das comunidades indígenas, foram executadas de tal forma que houve uma gestão de integração com entorno, por meio da realização de atividades sustentáveis, planejadas pelos indígenas e ações planejadas para a Unidade”.
(Bruno de Campos Souza, gestor da ESEC Maraca).

Quadro 1 - Contatos dos planos de ação sobre gestão integrada de Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

PLANO DE AÇÃO SUSTENTÁVEL	NOME DA UC	ÓRGÃO GESTOR	CONTATOS	ÁREA (KM2)	UF	MUNICÍPIOS
Promovendo a gestão territorial sustentável e conservação da biodiversidade, a partir da troca de saberes e fazeres entre indígenas e extrativistas do Médio Xingu, Altamira-PA.	Resex Rio Xingu	ICMBio	Rua Coronel José Porfírio, 3.455 São Sebastião - Altamira/PA CEP: 68.372-040 resexrioxingu@icmbio.gov.br Telefone: (93) 3515-0803	3.030,02	PA	Altamira/PA São Félix do Xingu/PA
Vigilância Indígena dos Territórios Karajá e Javáé do Entorno do Parque Estadual do Cantão.	PE Cantão	Naturatins	Zona Rural 122P/TO-080 Centro Administrativo do Cantão Zona Rural - Caseara/TO CEP: 77.680-000 pecantao@naturatins.to.gov.br Telefone: (63) 3379-1438 63) 3218-2660	1.004,13	TO	Caseara/TO Marianópolis do Tocantins/TO Pium/TO Santana do Araguaia/PA
Proteção conjunta e resolução de conflitos socioambientais entre Parque Estadual Chandless e as Terras Indígenas do entorno (Alto Rio Purus e Mamoadate).	PE Chandless	SEMA-AC	Rua Benjamin Constant, 856 Centro - Rio Branco/AC CEP: 69.900-062 Telefone: (68) 3224-3990	6.939,53	AC	Manoel Urbano/AC Santa Rosa do Purus/AC Sena Madureira/AC
Implementação de atividades sustentáveis nas Terras Indígenas Boqueirão, Mangueira e Aningal, priorizadas nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental.	ESEC Maracá	ICMBio	Rua Alfredo Cruz, 283 Centro - Boa Vista/RR CEP: 69.301-140 esecmaraca@icmbio.gov.br Telefone: (95) 3623-3250	1.035,36	RR	Alto Alegre/RR Amajari/RR
Gestão Territorial do Mosaico Reserva Biológica do Gurupi e Terras Indígenas.	Rebio do Gurupi	ICMBio	BR 222 KM 12, Pequiá Centro - Açailândia/MA CEP: 65.930-000 rebio.gurupi@icmbio.gov.br Telefone: (99) 3535-5332 (99) 3535-5568	2.711,80	MA	Bom Jardim/MA Centro Novo do Maranhão/MA Itinga do Maranhão/MA Paragominas/PA São João do Carú/MA

Fonte: IEB

4 CONSERVAÇÃO E MANEJO DE RECURSOS NATURAIS³

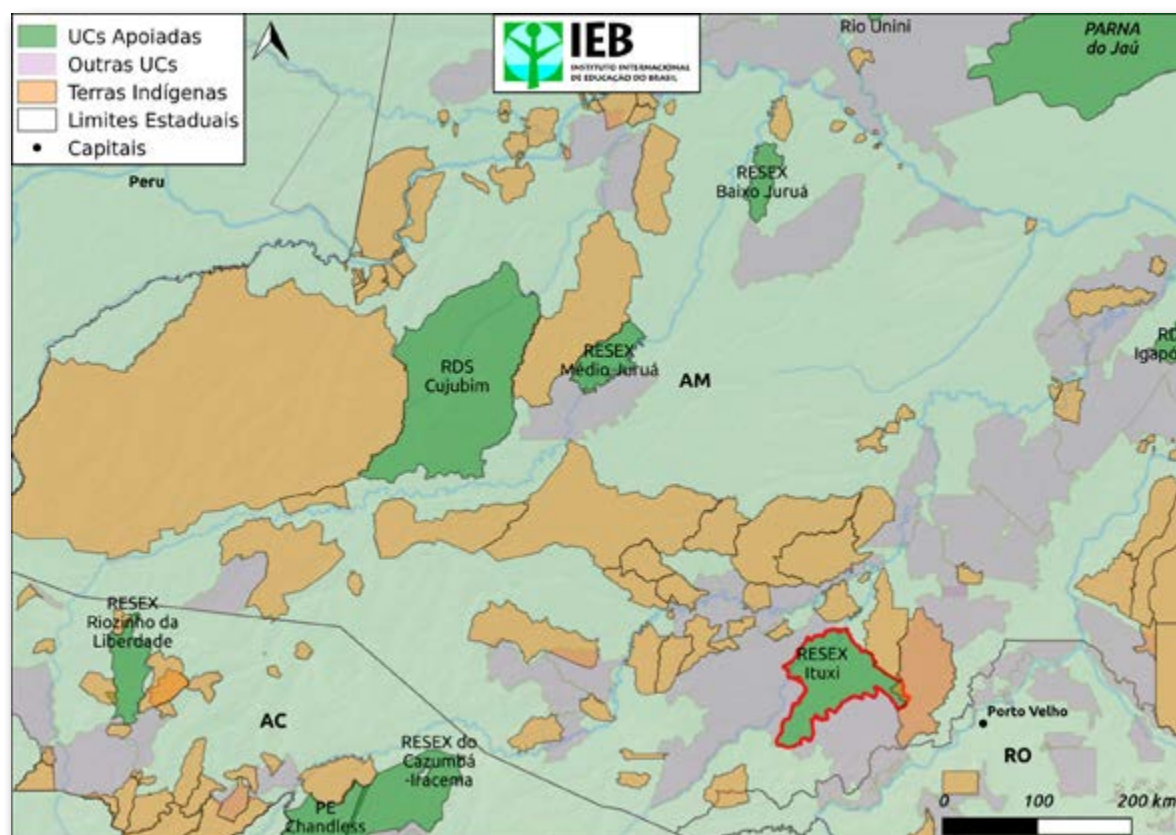
³ Grupo formado por Dorilene Fragoso e Ana Luiza Figueiredo (Resex Unini/ AM), Joedson Quintino (Resex Ituxi/AM), Miqueias Santos e Walter Vales Lemos (RDS Rio Madeira/ AM), Júlio Teixeira Garcia e Paulo R. Silvestro (PN Cabo Orange/AP).
Facilitação: André Tomasi (IEB).

O apoio ao manejo sustentável de recursos naturais é uma dimensão essencial do trabalho de gestão das Unidades de Conservação. Isso significa que gestores (as) e comunitários precisam trabalhar em parceria para reforçar a integração entre atividades de geração de renda para as famílias e a sustentabilidade ambiental da Unidade de Conservação. Nesse contexto, ganha importância a complementaridade entre os conhecimentos tradicionais das famílias que vivem na área da Unidade de Conservação e saberes técnico-científicos. Os projetos apoiados pelo ARPA são também geradores de novos saberes sobre o tema, na medida em que favorecem a capacitação e o intercâmbio de experiências.

4.1 A CONSERVAÇÃO DE QUELÔNIOS NA RESEX DO RIO ITUXI, AM

A preservação dos quelônios ganhou força com a criação da Resex Ituxi e com o envolvimento da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi (APADRIT), em torno desta atividade. Faz parte da conjuntura de lutas pela terra, iniciadas nos anos 1990 e que resultaram na criação da Unidade em meados de 2008.

Figura 10 - Localização do Plano de Ação "Conservação comunitária de quelônios na Resex Ituxi".



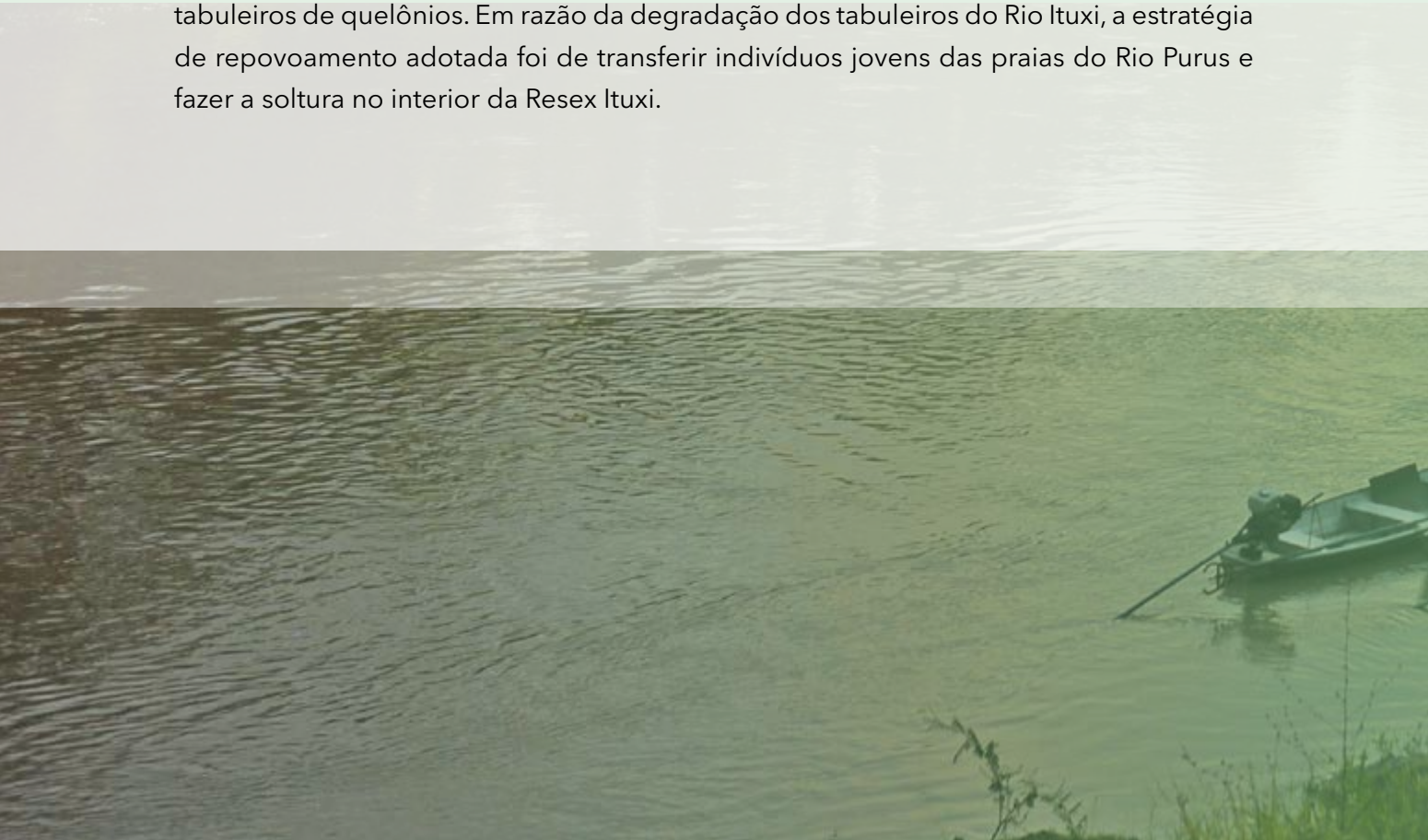
Fonte: IEB

Naquele mesmo ano, os moradores das comunidades Vila Vitória e Mangutiari iniciaram um projeto de conservação de quelônios denominado “Projeto Preservida”. Os primeiros tabuleiros começaram a ser protegidos na Vila Vitória (praia do Gregório). A ideia surgiu de uma troca de experiência entre moradores do Rio Ituxi com as comunidades do rio Purus que já realizavam ações em torno da conservação dos tabuleiros.

Neste contexto, o plano de ação do ARPA intitulado “Conservação comunitária de quelônios na Reserva Extrativista do Rio Ituxi” teve por objetivo apoiar essas comunidades no estabelecimento de atividades que contribuam para a preservação das espécies de quelônios que ocorrem na região. Ao mesmo tempo, o projeto pretende envolver as comunidades no processo de gestão e tomada de decisões, bem como fortalecer as instituições comunitárias para o manejo.

O projeto consistiu em proteger tabuleiros e ninhos de quelônios e, posteriormente, na soltura de filhotes. A percepção por moradores de outras comunidades de que o projeto provocou um aumento no número de desova e de animais avistados os levou a demandar apoio do ICMBIO para o estabelecimento de outros tabuleiros de desova em pontos distintos da Unidade de Conservação. Atualmente, a RESEX tem sete tabuleiros protegidos pelas comunidades Mangutiari, Vila Vitória, Praia Alta, rio Punicici, rio Siriquiqui e Cajajuriam.

Por meio do projeto, em 2014, foi realizado um intercâmbio entre lideranças da Resex Ituxi e as comunidades da Resex Médio Purus que já trabalhavam com a conservação dos tabuleiros de quelônios. Em razão da degradação dos tabuleiros do Rio Ituxi, a estratégia de repovoamento adotada foi de transferir indivíduos jovens das praias do Rio Purus e fazer a soltura no interior da Resex Ituxi.

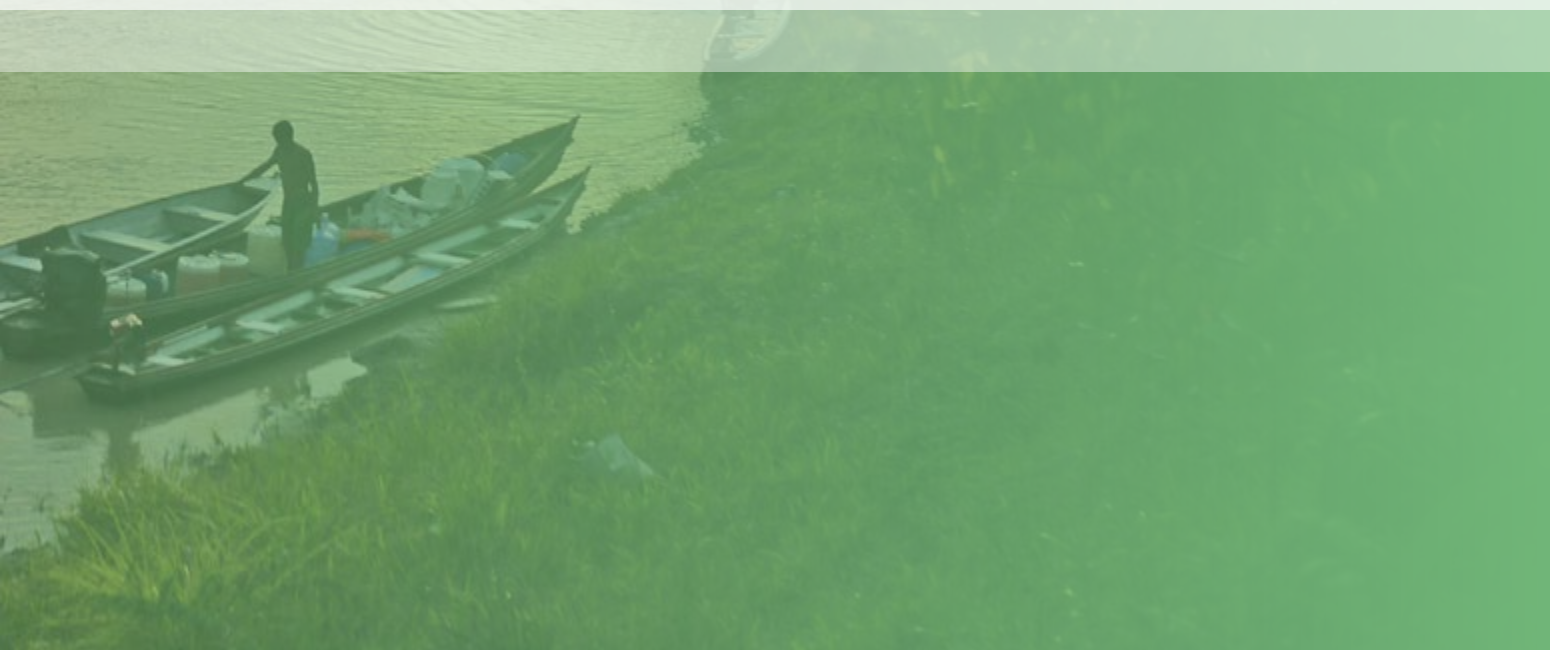


No total, foram resgatados 4.470 filhotes de tartaruga nas comunidades Nova Brasil e Bananal (RESEX Médio Purus) que foram soltos em lagos e rios da Resex Ituxi. Em 30% dos filhotes foi usada uma metodologia piloto de marcação com identificação no casco, para posterior acompanhamento e monitoramento. As atividades de soltura são acompanhadas por crianças de escolas da Unidade de Conservação e possuem um enfoque de educação ambiental.

A tartaruga da Amazônia, encontra-se em extinção na área da Resex. Em 2014, apenas cinco indivíduos foram observados desovando no interior da Unidade de Conservação. Por conta deste quadro, cerca de 9.000 tartarugas jovens foram soltas nos lagos e no Rio Ituxi ao longo do projeto. Existe a expectativa de que pelo menos uma parte desses indivíduos volte para desovar na Resex.

Uma oficina sobre “Manejo e conservação de quelônios” foi realizada em 2015 e permitiu a capacitação de 16 monitores das 7 comunidades onde existem tabuleiros (Praia Alta, Floresta, Morada Nova, Volta do Bucho, Cajajuriam e Cabeçudo). O público da oficina incluiu dois representantes da organização não-governamental Instituto Desenvolver, responsáveis pela mobilização prévia da oficina e por ministrar o conteúdo técnico-prático do curso, uma engenheira e um técnico de pesca do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas (IDAM), o gestor da Resex Ituxi do ICMBio e os comunitários.

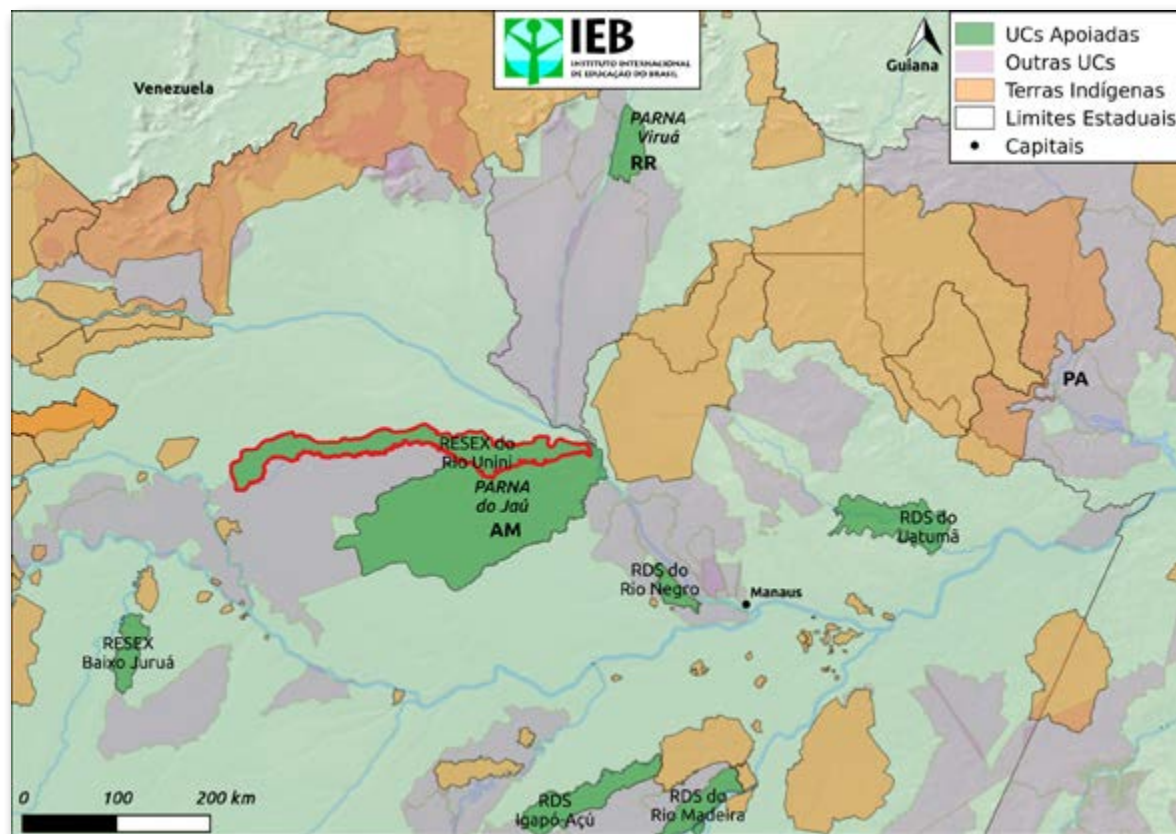
Também foi realizado o treinamento dos vigias de praias para o preenchimento de fichas com dados de monitoramento. Essas informações são enviadas ao IBAMA ou ficam com as lideranças das comunidades. O treinamento incluiu também atividades de manejo, como a transferência de ninhos para locais seguros, acompanhamento dos nascimentos, contagem dos filhotes, limpeza das covas, cuidados no berçário e soltura.



4.2 O MANEJO DO PIRARUCU NA RESEX DO UNINI, AM

O projeto “Manejo do Pirarucu – Alternativa de Renda e Estímulo à Organização Comunitária, Gestão Participativa e Uso Sustentável dos Recursos no Rio Unini” teve por objetivo qualificar comunitários e organizações locais para implementação do manejo do pirarucu na Resex do Unini. O manejo do pirarucu é uma alternativa de geração de renda que une o conhecimento tradicional ao conhecimento científico para a utilização sustentável dos recursos.

Figura 11 - Localização do Plano de Ação “Manejo do Pirarucu – Alternativa de Renda e Estímulo à Organização Comunitária, Gestão Participativa e Uso Sustentável dos Recursos no Rio Unini”.



Fonte: IEB

Por meio do projeto, foi elaborado um regimento interno pelos manejadores, que estabelece as regras para participação e realização da atividade. Este regimento foi elaborado ao longo das reuniões de avaliação e planejamento que contaram com a participação de aproximadamente 120 pescadores.

Foram oferecidas 6 (seis) oportunidades de intercâmbio entre os manejadores e pescadores da Resex Baixo Juruá, RDS Mamirauá, Instituto Mamirauá e Instituto Piagaçú Purus. Um grupo de 14 pescadores participaram de eventos de intercâmbio de experiências, seminários e cursos relacionados à temática do manejo de pirarucu. Os intercâmbios foram oportunidades essenciais para a qualificação e incentivo aos pescadores.

Em termos de geração de renda, 30 famílias de 7 comunidades foram beneficiadas com os recursos advindos da comercialização do pescado em 2013. Os recursos provenientes da pesca em 2015, foram poupados pelos pescadores a fim de acumular recursos para a compra de um barco e diminuir a dependência do aluguel de embarcações para a realização do manejo. Esta proposta beneficiará inúmeras famílias, na medida em que o barco poderá ser utilizado para escoar outros tipos de produção provenientes do Rio Unini. A decisão evidenciou o nível de organização e amadurecimento dos manejadores enquanto grupo que aposta nesta alternativa de renda.

Quadro 2 - Cursos de capacitação viabilizados pelo PAS.

CURSO	PARTICIPANTES
MONITORAMENTO DA PESCA E UTILIZAÇÃO DE GPS, EM PARCERIA COM A SEMA-AM	9 comunitários
NOÇÕES BÁSICAS DE COMPUTAÇÃO E NAVEGAÇÃO NA INTERNET (SEBRAE)	31 comunitários
FORMAÇÃO DE AGENTES AMBIENTAIS VOLUNTÁRIOS PELA SEMA/AM	36 pescadores
EDUCAÇÃO PARA O MANEJO DO PIRARUCU PELO IDMS MAMIRAUÁ	28 pescadores
CONTAGEM DE PIRARUCU EM LAGOS	4 pescadores
CERTIFICAÇÃO EM CONTAGEM DO PIRARUCU PELO IDMS E IPP	2 pescadores

Fonte: IEB



“A parte mais importante do projeto foi a formação para a contagem do pirarucu, onde aprendemos como seria o trabalho e a organização dentro da reserva. Os cursos realizados também foram um bom incentivo para trabalharmos de forma mais organizada”.
(Dorilene Angélico Frágoso, moradora e manejadora de pirarucu na Resex Rio Unini).

Os pescadores alcançaram uma conquista importante para o rio Unini: se organizaram para realizar a vigilância do rio. Reformaram o flutuante da AMORU (Associação de Moradores do Rio Unini) e o posicionaram estrategicamente na margem do rio descoberta pela vigilância do ICMBio. A vigilância foi iniciada em 2015, quando os grupos se reveza-

ram ao longo das semanas de seca em que a pressão pelos recursos do Unini aumenta. Com isso, houve diminuição substancial das invasões no Rio Unini.



“Além de ser um projeto de alternativa de geração de renda, ele fortaleceu a organização comunitária e ainda induziu a uma maior participação dos comunitários em outros espaços de decisão, nas assembleias e nas reuniões de conselho. Já tem pescador que é conselheiro e outros se interessaram por outros assuntos da unidade”.
(Ana Luiza Figueiredo, gestora Resex Unini).

Importante ressaltar a participação das mulheres no projeto de manejo do pirarucu. Mesmo não desempenhando papel de pescadoras, as mulheres foram essenciais em diversas etapas do trabalho: do preenchimento das planilhas de monitoramento à organização financeira e ajuda nas decisões do grupo, passando pela cozinha de apoio e representação dos manejadores em eventos. A atividade não teria alcançado tanto sucesso sem o envolvimento das mulheres.

Em relação ao acompanhamento e monitoramento, as atividades de pesca e contagem pela equipe gestora, foram realizados 16 dias de trabalho de campo para o acompanhamento em 2013, e 13 dias em 2015. A equipe esteve presente também em todas as reuniões de avaliação e planejamento.

Na divulgação da experiência, foram confeccionadas 100 camisetas e 100 bonés, entregues aos manejadores. Também foram confeccionados 5 banners de divulgação da experiência, entregues aos estabelecimentos que comercializaram o pirarucu manejado. Foi utilizado o facebook para divulgar as notícias sobre a experiência do pirarucu manejado na Resex Unini. Um banco de dados georreferenciado sobre o manejo do pirarucu está em elaboração, assim como as placas de sinalização das áreas de manejo.

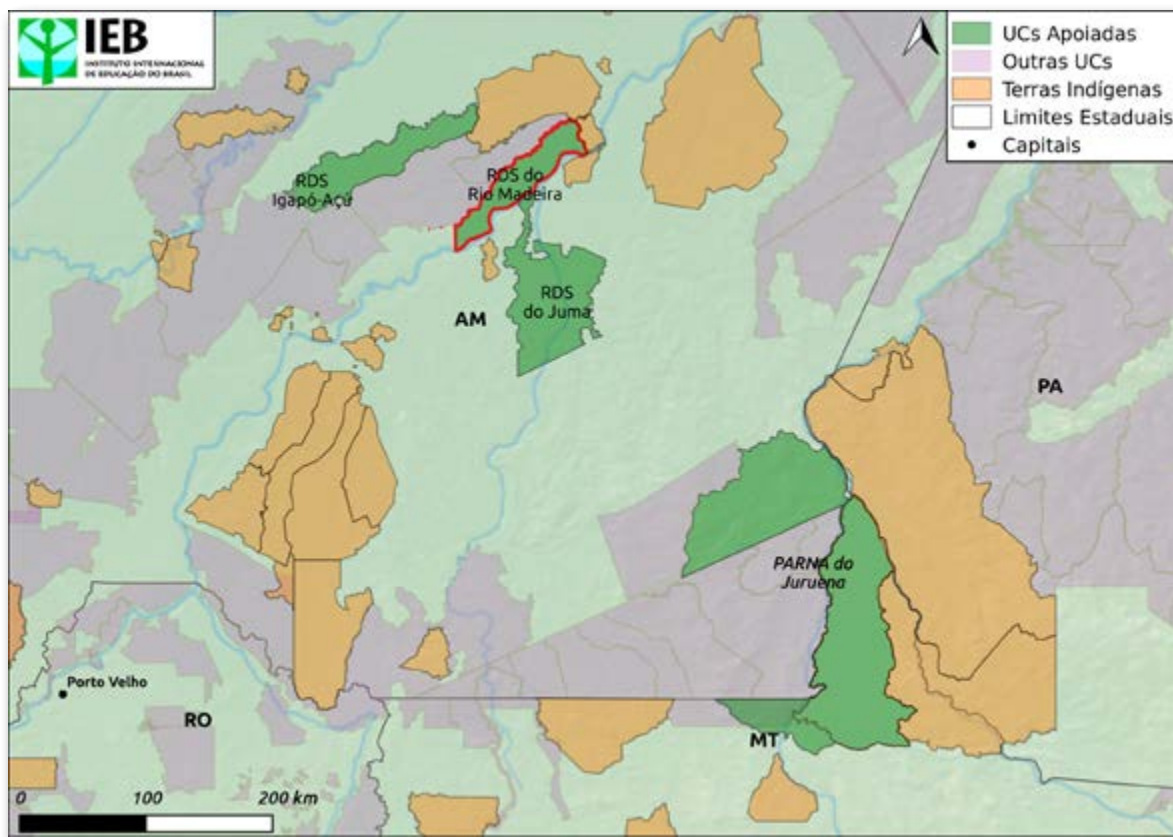
O projeto também propiciou o apoio à pesquisa “Aplicações de sequenciamento de nova geração para o desenvolvimento de marcadores moleculares sexo-específicos do pirarucu” realizado pela pesquisadora Julia Tovar, da UFAM. O Projeto de Manejo do Pirarucu foi eleito como prioritário na época de elaboração do Plano de Manejo da Resex, motivo pelo qual existiu tanto compromisso e interesse por parte dos pescadores. O Pro-

jeto, além de estimular a organização comunitária, proporciona maior envolvimento dos pescadores em espaços distintos de gestão da Unidade de Conservação e mobiliza os envolvidos para a proteção de seu território e dos recursos associados.

4.3 O MONITORAMENTO DE QUELÔNIO NARDS DO RIO MADEIRA, AM

A iniciativa de fomentar a conservação dos recursos naturais na RDS Rio Madeira veio em conjunto com o Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso dos Recursos Naturais em Unidade de Conservação do Estado do Amazonas (ProBUC). As comunidades, situadas no lago do Xiadá e entorno e os Agentes Ambientais Voluntários foram inseridos no monitoramento de quelônios e jacarés na RDS Rio Madeira. A implantação do programa consistiu na sensibilização, capacitação, monitoramento e avaliação e envolveu 51 famílias ou 234 pessoas. Embora inicialmente o projeto tenha previsto apoiar o monitoramento de jacarés, na sua implementação as atividades se concentram principalmente no monitoramento de quelônios.

Figura 12 - Localização do Plano de Ação “Implantação de Monitoramento Participativo de quelônios e jacarés através do PROBUC na RDS do rio Madeira”.



Fonte: IEB

O projeto iniciou com reuniões de sensibilização que contaram com o apoio e envolvimento dos Agentes Ambientais Voluntários da RDS Rio Madeira. Nesta etapa, 86 comunitários foram sensibilizados em 5 comunidades abrangidas pelo projeto (São Francisco, São Marajó, Bela Vista, Prainha, São Sebastião) e mais 9 comunidades do entorno não previstas inicialmente (Uruá, Brasão, Realeza I e II, São Pedro, Santa Maria, Livramento, São Carlos, Santa Rosa I e II). Das comunidades não previstas, 5 aderiram ao projeto e passaram a participar efetivamente da sua implementação.

Foram realizados 2 cursos de Capacitação de Monitores de Quelônios. O primeiro foi ministrado em 2015 por um comunitário da Resex Ituxi com muita experiência em manejo de quelônios, resultando na formação de 24 monitores de quelônios. O segundo foi realizado por uma consultora que capacitou 35 monitores. Nestes momentos foram escolhidos os monitores das praias, dadas orientações práticas para o manejo das espécies e foi também ministrado um módulo sobre conservação de recursos naturais.

Além da formação, o projeto contou com a construção de uma chocadeira de proteção para os ovos transplantados, placas de proteção nos tabuleiros de desova e de um berçário para abrigar os quelônios entre o nascimento e a soltura. Para a chocadeira foram transplantados um total de 730 ovos, que culminaram com o nascimento de 544 filhotes.

Para que estes ovos pudessem resistir à predação humana e animal, foram contabilizados 65 dias de monitoramento ininterruptos das praias contempladas pelo projeto. Desse total de 544 filhotes, 97 foram soltos na praia do Cruzeiro e 447 na Prainha.



“O projeto trouxe mais educação, mais respeito, conhecimento sobre a floresta e a preservação ao mesmo tempo. Envolvendo as comunidades e as pessoas o projeto trouxe uma qualidade de vida melhor, em termos de preservação e de cuidado naquilo que a natureza depende de nós”. (Walter Vales Lemos, morador e manejador de quelônio da RDS Rio Madeira).

Outro resultado importante foi o envolvimento dos comunitários, principalmente das crianças, jovens e mulheres em todas as etapas do projeto, gerando união das famílias em torno do tema da preservação e conscientização ambiental. As escolas e professores também foram envolvidos nas atividades.

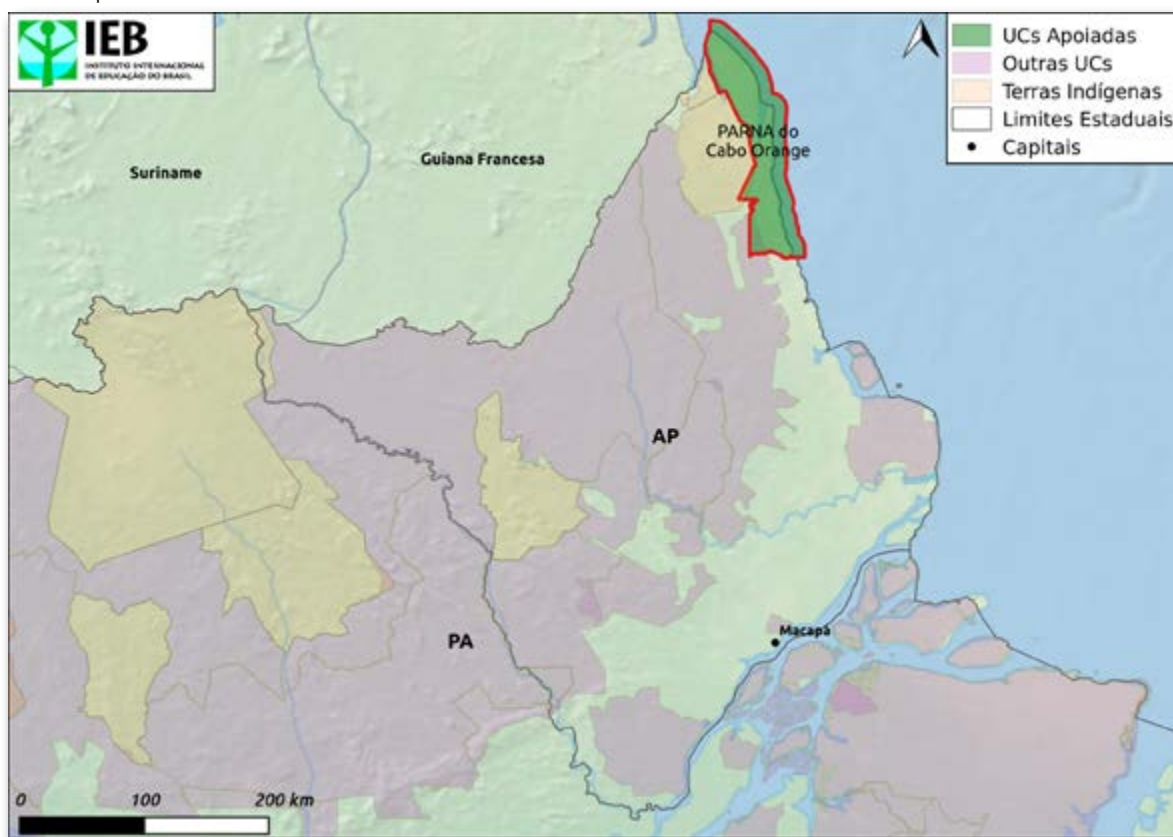
Exemplo disso, foi a realização da “Gincana Ecológica”, em 2016, que premiou quem se destacou nas atividades do projeto, cujo prêmio principal foi dado a uma mulher.

O tema da gestão do território ganhou força com a execução do projeto. Práticas em torno da proteção do Lago do Xiadá foram executadas, incluindo a descoberta de novas áreas de desova, proteção de tabuleiros e mobilização social, que por sua vez fortaleceram a gestão da RDS Rio Madeira, fazendo com que esta iniciativa motivasse outras comunidades a querer monitorar suas praias de desova de quelônios.

4.4 A PESQUISA DE RECURSOS PESQUEIROS NO NORTE DO AMAPÁ, AP

O Projeto “Ações para a gestão participativa da pesca no norte do Estado do Amapá” teve por objetivo gerar conhecimentos sobre a pesca pela organização de uma base de dados de conhecimentos tradicionais. Esta base será integrada aos estudos de biologia pesqueira que permitem subsidiar atividades de desenvolvimento econômico do setor pesqueiro aliado ao manejo, preservação e o uso sustentável dos recursos na zona costeira do Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO).

Figura 13 - Localização do Plano de Ação “Ações para a gestão participativa da pesca no norte do Estado do Amapá”.



Fonte: IEB

O plano apresentou como meta o desenvolvimento de ferramentas para a gestão da pesca a fim de subsidiar a construção e uma solução definitiva para o conflito entre o uso dos recursos pesqueiros protegidos pela Unidade de Conservação e a atividade pesqueira exercida pelos pescadores artesanais da Colônia Z-3 que residiam na região antes da criação da Unidade de Conservação.

O projeto desenvolveu-se em cinco linhas de trabalho:

- Pesquisa científica em relação à ecologia das espécies pesqueiras;
- Levantamento de subsídios para criação de uma Reserva Extrativista Marinha limítrofe ao Parque Nacional do Cabo Orange;
- Estabelecimento de parcerias entre institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil local;
- Caracterização socioeconômica das comunidades vizinhas ao Parque Nacional e resolução de conflitos socioambientais.

Os levantamentos biológicos (ictiofauna, carcinofauna, bioecologia do carangueijo e fauna planctônica) contemplaram um olhar científico inédito para a região e seus abundantes recursos naturais pesqueiros. Também foram empregadas metodologias participativas no intuito de envolver as comunidades vizinhas ao Parque, visando ampliar a compreensão sobre a ecologia e manejo de espécies pesqueiras (espécies alvo, sazonalidade da captura, etnoecologia e bioecologia).

A participação dos pescadores permitiu a delimitação de um território de uso tradicional a partir do histórico de ocupação, passando pelo surgimento de “invasores”, até a proposta de delimitação de uma Resex Marinha. Também facilitou uma melhor caracterização dos conflitos por recursos e relação com órgãos estatais, comunidades indígenas, atravessadores e pesca industrial vinda, principalmente, do Estado do Pará.

Uma das principais contribuições do projeto foi fornecer subsídios para o processo de criação de uma Resex Marinha como alternativa à restrição do uso dos recursos pesqueiros e consequente proteção do PN Cabo Orange, conforme previsto em seu Plano de Manejo.

Esta ação contribuirá para a resolução dos conflitos socioambientais que envolvem o Parque e as comunidades de pescadores artesanais. Atualmente, ambos estão em tratativa para implementação do 3º Termo de Compromisso que normatizará o uso sustentável dos recursos pesqueiros dentro da Unidade de Conservação de maneira temporária, até que se consiga uma solução definitiva.



“Uma das coisas mais importantes (na pesquisa) foi a descoberta de algumas espécies que nós não imaginávamos que existiam naquela área. Também descobrimos que através da pesquisa pode ser possível criar uma Reserva Extrativista Marinha para fazer um cinturão de proteção do Parque Nacional do Cabo Orange. O Parque está muito exposto, pois está em mar aberto e tem 10 Km de espelho d’água. Isso favorece invasões e a pesca ilegal dentro da unidade. A criação da Resex traria uma proteção maior para as espécies que habitam a região do Parque. Com essa pesquisa dizendo que é possível (a criação da Resex), nós temos como preservar (os recursos pesqueiros)”. (Júlio Teixeira Garcia, presidente da colônia de Pescadores Z-3 do município do Oiapoque/ PN Cabo Orange).

O projeto propiciou o fortalecimento de um grupo de pesquisa multidisciplinar em recursos pesqueiros no Amapá que representará um marco nas discussões em pesquisa e gestão de recursos pesqueiros para o Estado. No momento já existem outras propostas de pesquisa em cooperação entre este grupo de pesquisadores ligados ao PNCO e pesquisadores do país vizinho, a Guiana Francesa. O grupo de pesquisas pretende publicar um catálogo de peixes abrangendo todos os dados coletados durante a execução do projeto chamado “Peixes da Zona Costeira do Parque Nacional do Cabo Orange, Estuário Amazônico, Amapá, Brasil”.

Outro resultado importante foi o estabelecimento de parcerias entre o ICMBio, universidades e institutos de pesquisas, incluindo a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade do Estado do Amapá (UEAP), Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA) e os pescadores representados pela Colônia de Pescadores do Oiapoque. Essas parcerias têm proporcionado importantes debates na busca da resolução de conflitos socioambientais locais.

A participação dos pescadores e o comprometimento das instituições parceiras foi ressaltado como um resultado positivo na integração entre estes atores e contribuído de

forma significativa para os resultados alcançados pelo plano de ação. Como exemplo, a UEAP e IEPA estão contribuindo com a contrapartida de equipamentos e recursos financeiros nas atividades de pesquisa em curso na região e os próprios pescadores artesanais, contribuindo no planejamento e coletas de dados em campo.

A pesquisa teve um caráter amplo, acessando desde informações biológicas até aspectos socioeconômicos dos pescadores. Desde o início, essa era uma das demandas deste público: que se fizesse uma ponte entre o etnoconhecimento acumulado e as pesquisas científicas que pudessem problematizar esta sabedoria local. A pesquisa, em parceria com os pescadores, favoreceu o registro desses conhecimentos, além da possibilidade de perceber onde convergem e divergem conhecimento tradicional e conhecimento científico para o planejamento e gestão da Unidade de Conservação e proposta de criação de uma Resex Marinha.

4.5 LIÇÕES APRENDIDAS

Projetos devem ser articulados segundo os interesses dos comunitários

É importante que os gestores e gestoras trabalhem e priorizem projetos que são importantes para os comunitários. Quando o projeto vem de cima, gera um afastamento entre eles e a base social da Unidade de Conservação. A explicação dos benefícios do Projeto para a comunidade ajuda muitas vezes a trazer as pessoas para apoiar a ação.

“A lição mais importante que nós aprendemos é que se nós contribuirmos com a preservação vamos ter peixe para o presente e o futuro, para nossos netos e bisnetos. Nós não imaginávamos o potencial que o parque tem em termos de reprodução de pescado. Isso deixou como aprendizado que devemos procurar uma outra maneira de alavancar a nossa sobrevivência, não só explorando o que a natureza dá”. (Júlio Teixeira Garcia, presidente da colônia de Pescadores Z-3 do município do Oiapoque/ PN Cabo Orange).

Parceria entre gestores e comunidades

No início a comunidade via o gestor como repressor. É fundamental a existência de pessoas que possam fazer esse elo entre a gestão e a comunidade. Quando um projeto dá certo é considerável entender por que deu certo e passar essas informações para as outras comunidades. Algumas vezes, o que fez dar certo é o simples fato dos comunitários terem entendido a importância e objetivo do projeto, passando a acreditar e se envolver em sua execução.



“O que a gente consegue assimilar de mais importante na execução do projeto é que quando os gestores trabalham em conjunto com as comunidades o acerto vai ser muito maior. Quando os moradores se envolvem com a gestão da unidade você tem grande chance de cumprir as metas e as atividades vão ser executadas naquilo que foi planejado. Quando você trabalha a participação dos moradores as chances de acerto são muito maiores”. (Joedson Quintino, gestor da Resex do Ituxi).

Outras parcerias locais e externas

O envolvimento de parceiros locais, como ONGs e instituições de pesquisa, ajudam na concretização e efetivação dos objetivos previstos. Esse envolvimento melhora a execução e a continuidade dos projetos. Também ajuda na superação de alguns problemas operacionais, como acesso à internet, transporte de pessoas, insumos, entre outros. Na Resex do Rio Unini, por exemplo, a participação da ONG Fundação Vitória Amazônia (FVA) foi fundamental para o andamento do projeto.

Envolvimento das crianças

Professores ajudaram na sensibilização e envolvimento das crianças. Quando elas são conscientizadas, vão se tornar adultos conscientes. Na Resex do Ituxi, as crianças capacitadas no passado são, hoje, grandes lideranças comunitárias. Muitos projetos focam apenas nos adultos. Quando se trabalha com as crianças, se chega às famílias.

Participação das mulheres

Algumas atividades acabam sendo melhor executadas com o apoio das mulheres, que são mais cuidadosas e organizadas. Temos como exemplo o trabalho de elaboração de planilhas com os dados da pesca do pirarucu na Resex do Rio Unini.

“Foi muito importante a participação das mulheres no monitoramento da atividade porque este manejo (do pirarucu) requer que toda despesca e toda contagem seja registrada direitinho. As mulheres são mais organizadas nesse sentido e trabalharam no monitoramento, no apoio e na própria coordenação dos trabalhos”. (Ana Luiza Figueiredo, gestora da Resex Unini).

Valorização do conhecimento tradicional para o planejamento do projeto.

Se os comunitários estivessem mais presentes durante o planejamento das pesquisas no PN Cabo Orange, muitos outros temas teriam sido melhor trabalhados. O conhecimento tradicional, muitas vezes é mais profundo do que o do pesquisador que vem de fora e deve ser considerado no planejamento das ações. Temos como exemplo, o conhecimento sobre melhores lugares para coleta de peixes, tamanho da rede, época de desova e o comportamento das diferentes espécies.

O envolvimento dos comunitários na execução das atividades leva qualidade na sua execução. O planejamento do projeto não deve deixar de fora informações relevantes que a comunidade possui e que pode colocar em prática de forma concreta e compartilhada.

“A comunidade teve pouca participação no projeto. Essa participação poderia ser bem melhor se toda a comunidade pesqueira estivesse envolvida no projeto desde o começo. Na captura, por exemplo, as pesquisadoras foram com pouco material e colheram bons dados. Mas a gente achou que se os pescadores estivessem junto desde o início o resultado poderia ter sido melhor. A comunidade ficou um pouco ausente e apenas uma parte participou da pesquisa”. (Júlio Teixeira Garcia, presidente da colônia de Pescadores Z-3 do município do Oiapoque/ PN Cabo Orange).

“Um aprendizado importante foi que o saber mais técnico que está presente nas capacitações e na gestão pode se somar com o conhecimento empírico das comunidades (conhecimento tradicional) gerando um efeito tremendo, grandioso mesmo. E quem ganha com tudo isso são os moradores da Unidade de Conservação”. (Joedson Quintino, gestor Resex do Ituxi).

Ações e atividades do PAS repercutem em resultados não esperados

Ações de conservação e manejo com o envolvimento da comunidade reverbera na efetivação de outros resultados dentro da Unidade de Conservação. Na RDS do Rio Madeira, por exemplo, o manejo de quelônios influenciou na gestão territorial da unidade.

“Para o futuro acho que temos que dar continuidade naquilo que já começamos. Temos que melhorar ainda mais a qualidade do trabalho do grupo, organizando mais, fortalecendo mais e conquistando maior empoderamento dentro da organização”. (Dorilene Angélico Fragoso, moradora e manejadora de pirarucu na Resex Rio Unini).

Importância dos intercâmbios

As ações que mais proporcionam aprendizado para os comunitários são aquelas que envolvem intercâmbio de experiências, pois gera o diálogo direto de “comunitário para comunitário”.

“Nos intercâmbios a gente aprende muito e traz experiências novas. A gente precisa mesmo desses intercâmbios se não a gente não seria capaz de produzir os resultados e alcançar nossos objetivos”. (Dorilene Angélico Fragoso, moradora e manejadora de pirarucu na Resex Rio Unini).

Quadro 3 - Contatos dos Planos de Ação sobre conservação e manejo de recursos naturais.

PLANO DE AÇÃO SUSTENTÁVEL	NOME DA UC	ÓRGÃO GESTOR	CONTATOS	ÁREA (KM2)	UF	MUNICÍPIOS
Conservação comunitária de quelônios na Reserva Extrativista do Rio Ituxi.	Resex Ituxi	ICMBio	Av. Luiz Falcão, 2.595 Barra Limpa. - Lábrea/AM CEP: 68.930-000 joedson.quintino@icmbio.gov.br sandro.moraes@icmbio.gov.br Telefone: (97) 3331-1805	7.763,23	AM	Lábrea /AM
Manejo do pirarucu, alternativa de renda e estímulo à organização comunitária, gestão participativa e uso dos recursos no Rio Unini.	Resex do Rio Unini	ICMBio	Rua Antenor Carlos Frederico, 69 Nossa Senhora Auxiliadora Novo Airão/AM CEP: 69.730-000 ana.figueiredo@icmbio.gov.br Telefone: (92) 3365-1365	8.496,85	AM	Barcelos/AM Maraã/AM
Ações para a gestão participativa da pesca ao norte do Estado do Amapá.	PN Cabo Orange	ICMBio	Rua Getúlio Vargas, 235 Paraíso - Oiapoque/AP CEP: 68.980-000 ricardo.pires@icmbio.gov.br Telefone: (96) 3521-2197	6.573,2864	AP	Calçoene/AP Oiapoque/AP
Implantação de monitoramento participativo de quelônios e jacarés através do Probuc - Programa de Monitoramento da Biodiversidade e Uso dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas na RDS do Madeira.	RDS Rio Madeira	SEMA-AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.280 Parque Dez de Novembro Manaus/AM CEP: 69.050-030 demuc.sema@gmail.com Telefone: (92) 3236-0349 (92) 3236-3070 / (92) 3236-5503	2.796,32	AM	Borba/AM Manicoré/AM Novo Aripuanã/AM

Fonte: IEB

5 FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA⁴

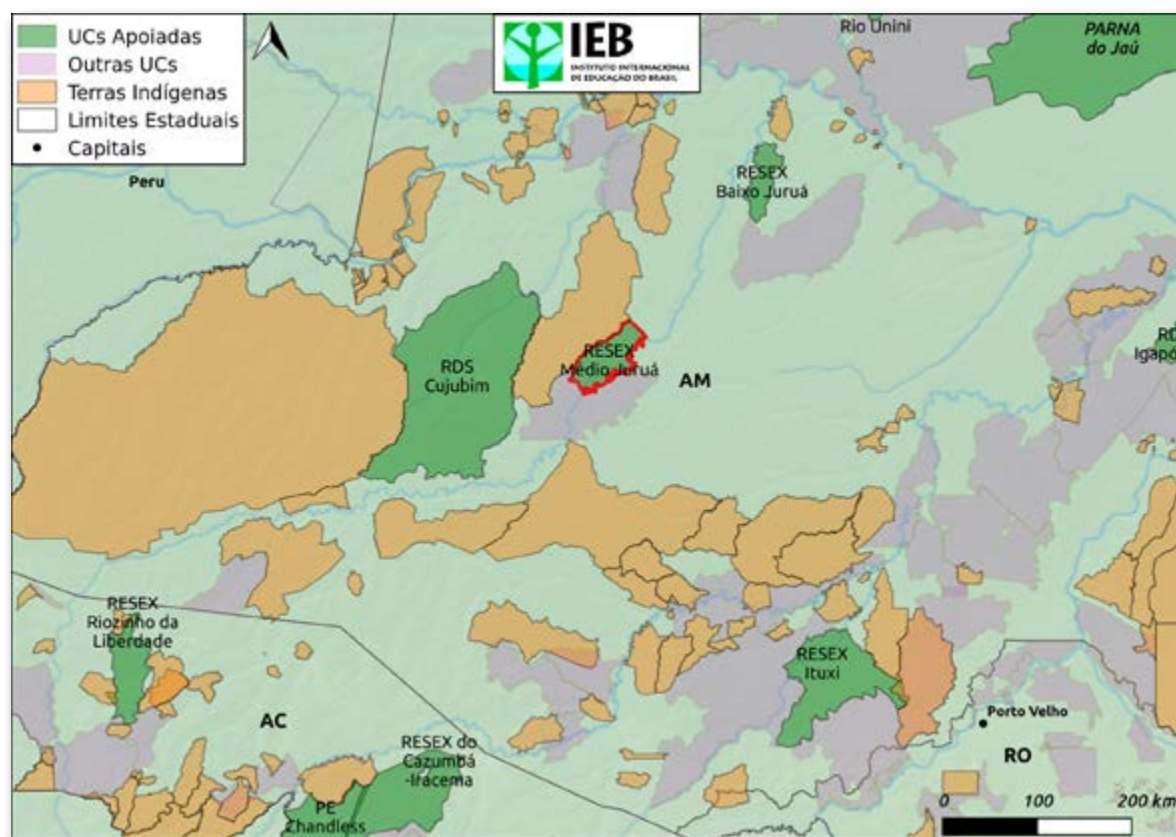
4 Grupo formado por Rosi Batista (Resex Médio Juruá), Shirlene Marinho (SEMA/RDS do Juma), Júlia Vilela (ICMBio/Resex Liberdade), Maria Renilda Santana (Resex Liberdade), Beatriz Ribeiro (ICMBio/Parna do Viruá), Pablo de Ávila Saldo (ICMBio/Resex Riozinho da Liberdade), Ivanildo Monteiro (Resex Maracanã), Josué Costa (Resex Médio Juruá), Antônio Lisboa (ICMBio/Parna do Viruá), José Josanias de Souza, Gerson Guaita (ICMBio/Resex Baixo Juruá), Daniel da Costa (Ideflor-Bio). Facilitação: Daltro Paiva (IEB).

O fortalecimento da organização social das comunidades é um dos fundamentos para a boa gestão das Unidades de Conservação, assim como a garantia da cidadania e a participação das pessoas nas instâncias de decisão. As estratégias de gestão devem, portanto, contribuir para melhorar o processo organizativo das famílias e sua participação ampla. A organização também fornece as bases para a melhoria das práticas de manejo sustentável dos recursos naturais e para a construção de parcerias na implementação dos instrumentos de gestão (planos de uso, planos de manejo) visando a sustentabilidade social e ambiental do território.

5.1 O FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO NA RESEX DO MÉDIO JURUÁ

O projeto “Plano de integração visando o fortalecimento das comunidades da região Médio Juruá”, teve por objetivo potencializar a gestão participativa da Unidade de Conservação, promovendo a capacitação técnica, a geração de renda e o fortalecimento das ações de integração na região do Médio Juruá.

Figura 14 - Localização do Plano de Ação “Plano de integração visando o fortalecimento das comunidades da região Médio Juruá”.



Fonte: IEB

Um dos resultados importantes do projeto foi a estruturação das atividades de vigilância comunitária, com redução das invasões dos lagos definidos para o manejo da pesca e das praias de tabuleiros de desova de quelônios. Outro resultado foi a resolução de conflitos por meio de reuniões setoriais com os comunitários da Resex Médio Juruá e RDS Uacari.

O aumento da participação das mulheres por meio de uma associação própria também é um resultado relevante do projeto. Foram capacitados 30 monitores responsáveis pelo manejo de lagos e praias de tabuleiro no tema da legislação pesqueira. Outro grupo de 30 mulheres da Associação de Mulheres Extrativistas da Região do Médio Juruá (ASMAMJ), foram capacitadas no curso de produção artesanal de sabonetes e velas aromáticas com a utilização da manteiga de murumuru e de óleo de andiroba.

A Associação das mulheres expandiu sua área de atuação para toda Resex e para a RDS Uacari, aumentando também o número de sócias. Melhorou ainda, a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão, ocupando os espaços de lideranças comunitárias e assento no Conselho Deliberativo da Resex.

Hoje, as comunidades já organizam as ações de vigilância comunitária e os comunitários permanecem com mais responsabilidade no cuidado com os tabuleiros (praias) de desova de quelônios e com os lagos selecionados para manejo da pesca, durante o período de 6 meses do ano, em que o rio está com o nível da água mais baixo.

A participação da juventude na liderança da organização de eventos comunitários e participação nas reuniões como animadores e apoiadores durante a realização é um ponto de destaque.

Outros resultados importantes:

- Integração das comunidades, órgãos gestores e parceiros: participação e integração das mulheres e jovens das Unidades de Conservação;
- Integração das lideranças comunitárias com os órgãos gestores;
- Ações de educação ambiental, proporcionando ampliação dos conhecimentos e difusão de conhecimentos através de intercâmbio;
- Melhoria da renda familiar: com os recursos advindos do manejo do pirarucu;
- Produção de artesanal de sabonete e artesanato com fibras;
- Maior participação e fortalecimento na proteção de lagos e praias;
- Conscientização no uso dos recursos naturais e preservação da floresta;

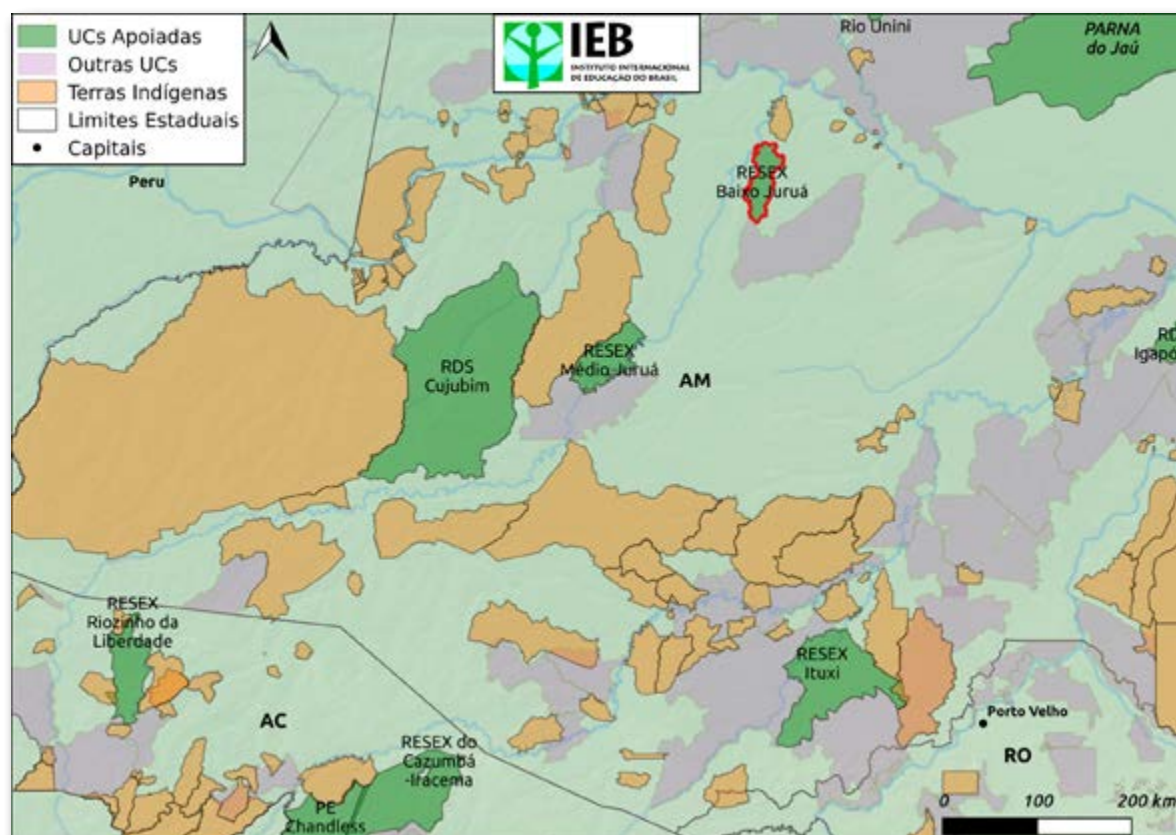
- Dispor de recursos naturais em seus hábitos alimentares: consumo de pirarucu e quelônios;
- A juventude começou a se reunir com mais frequência, favorecendo a integração interna deste grupo;
- A integração dos jovens ao mercado;
- As oficinas produtivas (sabão artesanal) e de direitos (sobre violência contra as mulheres) abriu “um mundo novo” para as mulheres e a juventude, estimulando a organização de forma associativa;
- A proteção dos lagos e o manejo adequado do pirarucu geraram resultados ligados à conservação - redução das invasões - e à geração de renda;
- O nível de segurança alimentar foi ampliado pelo consumo de quelônios e de pirarucu pelos comunitários;
- Intensificou-se a participação comunitária na gestão da Unidade de Conservação, com a efetiva atuação na defesa do território;
- Destacam como muito significativo que se “ultrapassou a fronteira da Unidade de Conservação”, porque se estabeleceu uma relação mais positiva com a RDS Uacari no desenvolvimento das atividades, ampliando-se a visão, saindo da lógica de “cada Unidade de Conservação por si”, para melhorar a gestão dos territórios;
- Foi fortalecida a autoidentificação, com o fortalecimento dos grupos de mulheres, jovens e idosos;
- Engajamento ou integração dos moradores, em especial dos jovens no mercado para a venda de produtos;
- Houve um resultado não esperado que foi a mudança positiva de comportamento dos comunitários da RDS Uacari em relação à Resex;
- Melhoria da relação intergeracional no cuidado das questões comunitárias;
- Demonstração da importância não só do comunitário usar os recursos da Resex, mas também cuidar da Unidade de Conservação.

5.2 A VIGILÂNCIA E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA RESEX DO BAIXO JURUÁ

O “Plano de Ação Sustentável para vigilância, apoio à organização comunitária e educação ambiental na Resex do Baixo Juruá” procura responder ao problema da invasão dos lagos da Resex para a pesca do pirarucu, invasão dos tabuleiros de quelônios (praias) e baixo envolvimento das mulheres e jovens nas atividades de vigilância e gestão dos recursos naturais da unidade. O objetivo geral do projeto foi fortalecer a organização comunitária, educação ambiental e proteção da Resex do Baixo Juruá.

Por meio do projeto foi possível implementar uma estratégia de vigilância permanente dos lagos com o uso de um flutuante. Também foram realizadas capacitações voltadas para o manejo do pirarucu, vigilância participativa e incremento das ações de fiscalização do ICMBio. Foi criado um registro sistemático (em planilhas) de dados que formam o “marco zero” do sistema de monitoramento que envolve cerca de 50 comunitários.

Figura 15 - Localização do “Plano de Ação Sustentável para vigilância, apoio à organização comunitária e educação ambiental na Resex Baixo Juruá”.



Fonte: IEB

No caso dos tabuleiros de quelônios, foi realizada a capacitação para o monitoramento em quatro comunidades. As atividades envolvem a vigilância das praias, monitoramento da desova e realocação dos ovos (cerca de 4 mil unidades). São cerca de 45 pessoas organizadas em duplas e trabalhando ao longo de dois meses em três comunidades. Também é feito o registro sistemático da desova, identificando o dia, localização e espécie.

Para promover o envolvimento da juventude foram realizados três encontros formativos abordando o ambientalismo local e global e também uma conferência livre de meio ambiente. O resgate das origens extrativistas dos jovens foi importante nesses fóruns, assim como a ampliação da participação juvenil nos espaços formais, como o conselho deliberativo da Unidade de Conservação e na Associação.

Os jovens também promoveram um ciclo de palestras nas escolas a fim de sensibilizar os estudantes urbanos para o valor da Resex. Cerca de 260 alunos/as participaram das palestras e 3 escolas receberam as atividades de sensibilização, passando a se interessar por conhecer melhor a Unidade de Conservação. Já em relação às mulheres foram realizadas oficinas de produção de sabonete artesanal com a participação de 30 pessoas.



“O trabalho dos jovens protagonistas mostra a importância da renovação de lideranças. Hoje, uma das grandes conquistas deste projeto foi a inserção de uma cadeira para os jovens no conselho deliberativo. Os jovens têm condições de se expressar neste conselho, tendo assumido também a secretaria e a tesouraria da associação que representa os moradores. Assim, se pode ter um aprendizado dos jovens com as lideranças mais experientes, pensando nas próximas gestões, onde os jovens podem assumir outros cargos, renovando o trabalho”.
(Gerson Guaita, gestor da Resex Baixo Juruá).



“Antes a gente não se interessava pelas raízes da gente. Não queria saber da história da comunidade, como é que ela é ou porque foi criada aquela unidade de conservação. Então depois desse processo a gente já tem uma visão diferente: que aquilo foi criado para garantir o futuro das presentes e futuras gerações. (...)”

(...) Como as pessoas dizem, “os jovens são o futuro do planeta”. Mas eu acho que não. Os jovens não são só o futuro. Eles já são o presente porque tem muito jovem fazendo o que não fazia antes. Na diretoria da associação, por exemplo, hoje temos dois jovens, eu como tesoureiro e meu colega como secretário. Nós temos um conselho deliberativo da Resex e nós como jovens conseguimos uma cadeira dentro desse conselho para reivindicar nossos direitos. Dentro do conselho temos oportunidade de buscar melhorias não só pra nós, mas pra comunidade como um todo. Eu acho que esse projeto também deu segurança pra gente, pra gente ter o conhecimento daquilo que a gente quer, e conhecimento para trabalhar dentro das unidades de conservação”. (Antonio Marques, comunitário da Resex Baixo Juruá).

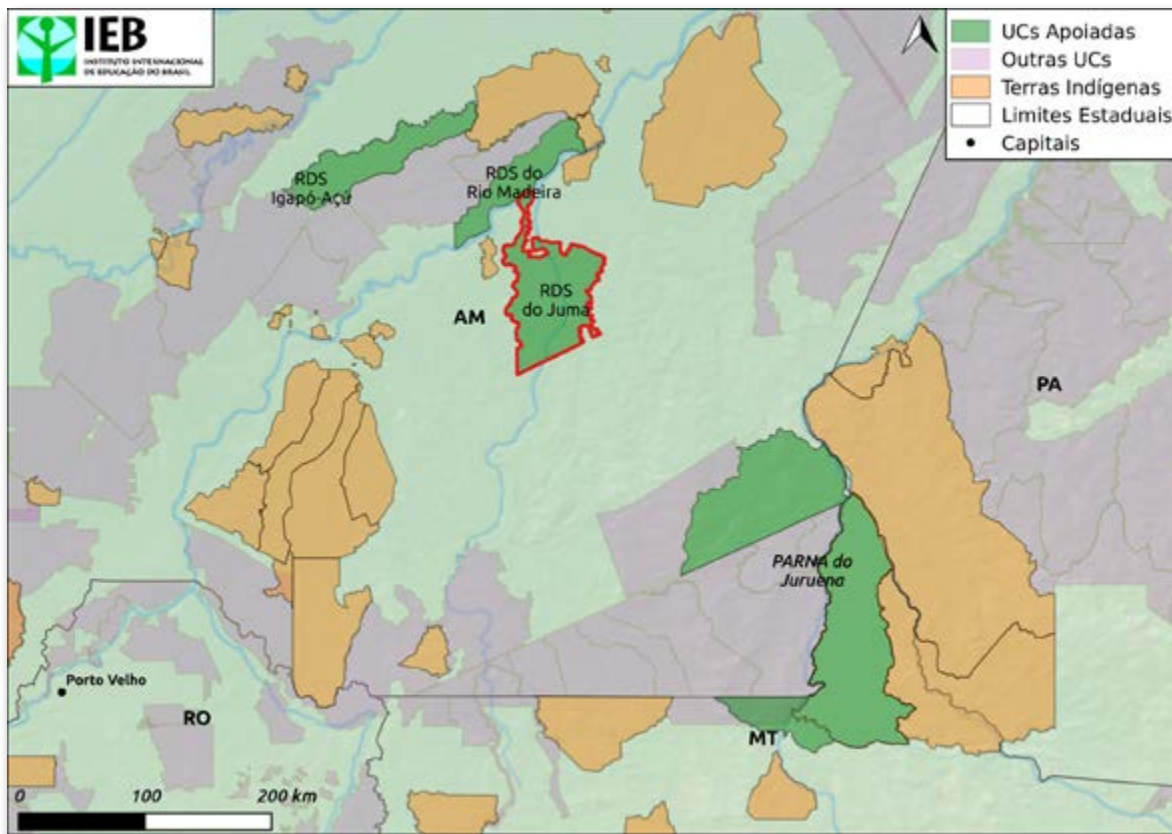
O resultado global mais significativo do projeto é o aumento da participação da comunidade nas ações de vigilância e como resultado não esperado a ampliação da presença institucional dos órgãos federais ICMBio e IBAMA.

5.3 O FORTALECIMENTO COMUNITÁRIO NA RDS DO JUMA, AM

O PAS “Fortalecimento Comunitário como ferramenta de apoio às atividades alternativas de geração de renda” foi idealizado para estimular as boas práticas de manejo de recursos naturais e desenvolver o espírito associativo, a participação de mulheres e jovens e o empoderamento das organizações. O objetivo do projeto é “Fortalecer a gestão comunitária nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Estado do Amazonas e estimular cadeias alternativas de geração de renda”.

Em relação aos aspectos da produção e geração de renda, o projeto favoreceu a realização de uma oficina sobre boas práticas de extração e manejo relacionados ao óleo de

Figura 16 - Localização do Plano de Ação "Fortalecimento Comunitário como ferramenta de apoio às atividades alternativas de geração de renda."



Fonte: IEB

copaíba e castanha. Também foi realizado intercâmbio com uma cooperativa e intermediação de negociação para comercialização da produção. As lideranças perceberam que a comercialização precisa contar com uma organização adequada para este fim (cooperativa). As primeiras ações resultaram na melhoria de 30% no preço de compra da produção. Essa melhoria na renda motivou maior participação na "vida" da Unidade de Conservação.

Em relação ao associativismo, pretende-se realizar oficinas socioeducativas voltadas para as associações com conteúdo sobre administração e gestão, em vista de fortalecer as competências e habilidades das pessoas envolvidas na associação e na própria gestão da Unidade de Conservação. Também são previstas oficinas para mulheres e jovens, voltadas à formação de lideranças e estímulo à participação.

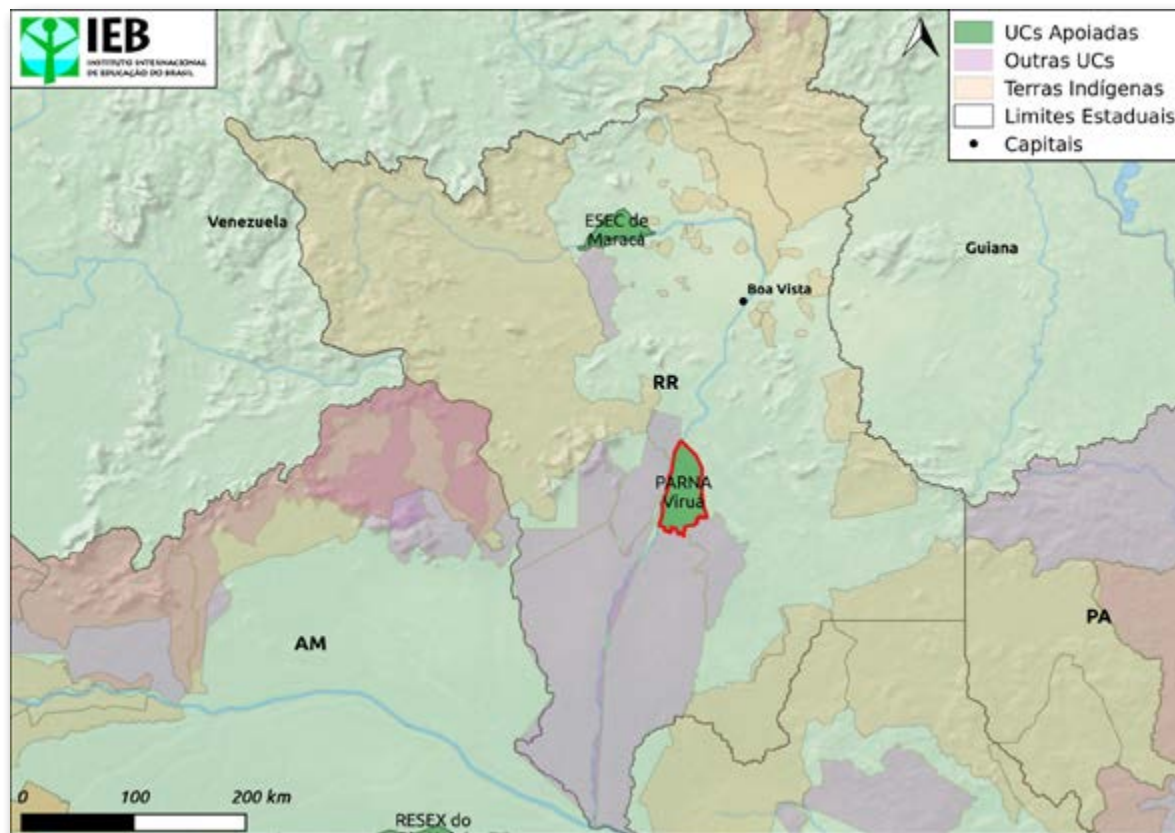
Foi realizada uma oficina para elaboração do acordo para pesca esportiva com a participação efetiva de 27 pessoas. Embora o projeto esteja com uma taxa de execução considerada baixa, espera-se alcançar o resultado global pretendido que é fortalecer as competências e habilidades das lideranças.

5.4 A CAPACITAÇÃO DE COMUNIDADES LOCAIS PARA A AMPLIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA VISITAÇÃO NO PARQUE NACIONAL DO VIRUÁ

O PAS “Capacitação de comunidades locais para a ampliação dos benefícios da visitação no Parque Nacional do Viruá e entorno” foi concebido para enfrentar o problema do baixo nível das instalações e infraestrutura de serviços para o ecoturismo na unidade de conservação. A sociedade local demanda que o parque promova a geração de renda e empregos e que gere conhecimentos e práticas voltadas para a sustentabilidade. O alto potencial turístico da região favorece a conciliação entre a conservação e a geração de renda.

O aspecto central do projeto é a construção de parcerias com órgãos ambientais de comando e controle para doação de madeira e equipamentos para o projeto e para a Unidade de Conservação. Essas parcerias favoreceram o acesso à matéria-prima, à equipamentos (motosserras) e cessão de veículos (caminhões) para a realização do projeto. A articulação entre os parceiros favoreceu a agilidade da doação de madeira apreendida. A ação elevou a credibilidade da gestão da Unidade de Conservação. O uso da madeira apreendida foi reconhecido como uma ação positiva até pelos madeireiros.

Figura 17 - Localização do Plano de Ação “Capacitação de comunidades locais para a ampliação dos benefícios da visitação no Parque Nacional do Viruá e entorno”.



Fonte: IEB

O projeto promoveu a formação de carpinteiros por meio de oficinas e intercâmbio de experiências e um curso de construção em madeira para o ecoturismo. O curso envolveu 5 comunidades do entorno e resultou em 28 comunitários capacitados e que adquiriram novos conhecimentos e habilidades em carpintaria. O conhecimento técnico de construção especializada (equipamentos para o ecoturismo em madeira) foi sistematizado.



“Seguimos o caminho de utilizar as madeiras apreendidas, que temos em grande quantidade na Amazônia e em Roraima. Fizemos um intercâmbio entre arquitetos especialistas em arquitetura de baixo impacto e os carpinteiros locais e conseguimos fazer a escolha correta sobre os materiais mais indicados. Quem sabia disso eram os carpinteiros, porque conheciam as características das madeiras. Os arquitetos entravam com ideias e técnicas para garantir, por exemplo, que não houvesse risco de derrapagem. Esse intercâmbio nos permitiu chegar a uma referência que pode ser usada em outros parques”.

(Beatriz Ribeiro, gestora do PARNA do Viruá).

O trabalho de capacitação resultou na implantação de uma infraestrutura apontada como necessária pelo plano de manejo da Unidade de Conservação para os serviços de visitação. Foram instalados 210 metros de passarela em madeira na Unidade de Conservação. Esta ação aumentou o sentimento de pertencimento ao parque com elevação da autoestima dos comunitários ao “verem” que melhoraram a estrutura do parque com seu próprio trabalho. Além disso, os participantes do projeto passam a “defender” o parque.

“O PAS foi uma oportunidade para alcançar alguns objetivos que já tínhamos planejado para o parque e para as comunidades do entorno. O PAS veio num momento superinteressante pra nós. Essa estratégia de usar difusão de conhecimento para geração de renda foi nossa estratégia para a conservação e mostrou resultados: um envolvimento maior das famílias com os objetivos do Parque, uma aproximação maior das comunidades com a gestora. Houve, sim, um fortalecimento tanto da relação do Parque com os comunitários, quanto da organização para começar a participar da cadeia do turismo”. (Beatriz Ribeiro, gestora do PARNA do Viruá).

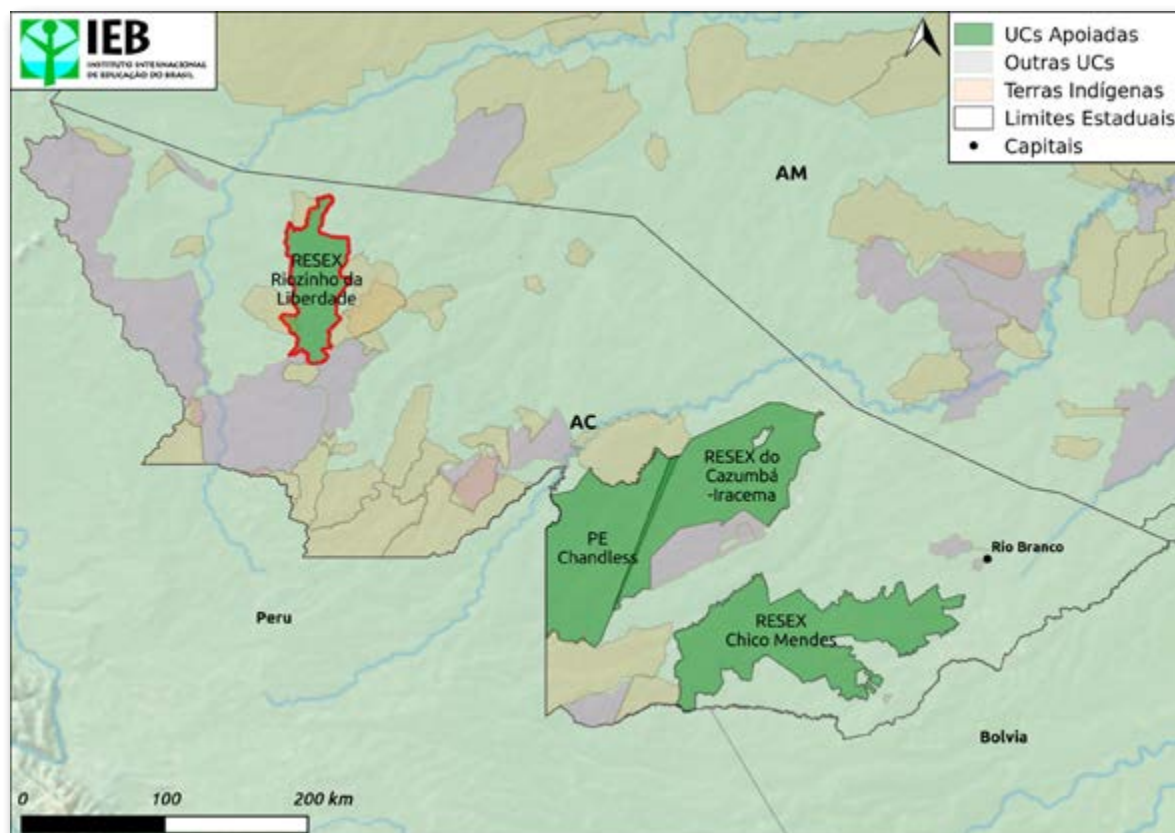
O trabalho envolveu o detalhamento dos projetos arquitetônicos dos equipamentos de infraestrutura a serem instalados, com o cuidado para as regras de acessibilidade e princípios de baixo impacto e sustentabilidade. A experiência acerca do desenvolvimento dos equipamentos de infraestrutura foi sistematizada, gerando um roteiro metodológico para aplicação a projetos similares em outros contextos.

Também foi promovida a capacitação dos moradores do entorno da Unidade de Conservação para atendimento ao turismo e serviços de apoio à visitação como forma alternativa de geração de renda.

5.5 A ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA NA RESEX RIOZINHO DA LIBERDADE, AC

O projeto “Núcleos de base comunitária para o fortalecimento da cogestão na Resex Riozinho da Liberdade/AC” teve por objetivo fortalecer a organização comunitária no interior da Resex Riozinho da Liberdade com vistas a um maior protagonismo da comunidade tradicional na cogestão da Unidade de Conservação.

Figura 18 - Localização do Plano de Ação “Núcleos de base comunitária para o fortalecimento da cogestão na Resex Riozinho da Liberdade/AC”.



Fonte: IEB

Foram implementados 17 núcleos de base dos 25 previstos (68% da meta). Um total de 45 lideranças foram indicadas pelas comunidades para compor os núcleos. Em janeiro de 2015, foi realizado um encontro geral de núcleos de base com a participação de 33 representantes. Foi elaborado ainda, um plano de ação, com 10 ações propostas e um conjunto de outras 41 sugestões de atividades com as quais a Associação da Resex (ASAREAL) deve se envolver ou acompanhar a execução. Foram definidas prioridades de capacitação para os representantes de núcleos de base.

Durante a realização do 1º encontro de núcleos de base, foram realizadas capacitações em condução de rodas de conversa, elaboração de atas, condução de reuniões e técnicas de teatro do oprimido para 33 dos representantes. O primeiro encontro foi bastante exitoso, dando o pontapé inicial para a reorganização comunitária.

Em 2016 foi realizado o segundo encontro dos núcleos de base, que consistiu em capacitações (elaboração de projeto e teatro do oprimido), avaliação e encerramento do projeto.

Também foi realizado um evento específico de mulheres em junho de 2015 e em outros encontros foram desenvolvidas atividades específicas com homens, mulheres e jovens, inclusive com a indicação de capacitações específicas para cada grupo.

Ainda em junho de 2015, foi realizado um encontro para capacitar os núcleos de base em ferramentas participativas, mapa falado e travessia, muito úteis para identificar a percepção local a respeito do território e diagnosticar situações problemáticas. Participaram deste evento 11 representantes de núcleo de base.

As capacitações foram consideradas muito produtivas. A partir delas, a ASAREAL, em conjunto com parceiros e a equipe gestora da Resex, participou de dois editais de financiamento, um para implantação de infraestruturas permaculturais e outro para a extração de óleos vegetais e produção de sabão. O primeiro foi aprovado pela Fundação Casa e o segundo está em processo de aprovação pela Cáritas Brasileira. No total, os projetos somam R\$ 40.000,00, e serão geridos e executados pela ASAREAL.

Até agora foram realizadas duas reuniões da diretoria da ASAREAL e, complementarmente, 2 encontros do conselho deliberativo da Associação.

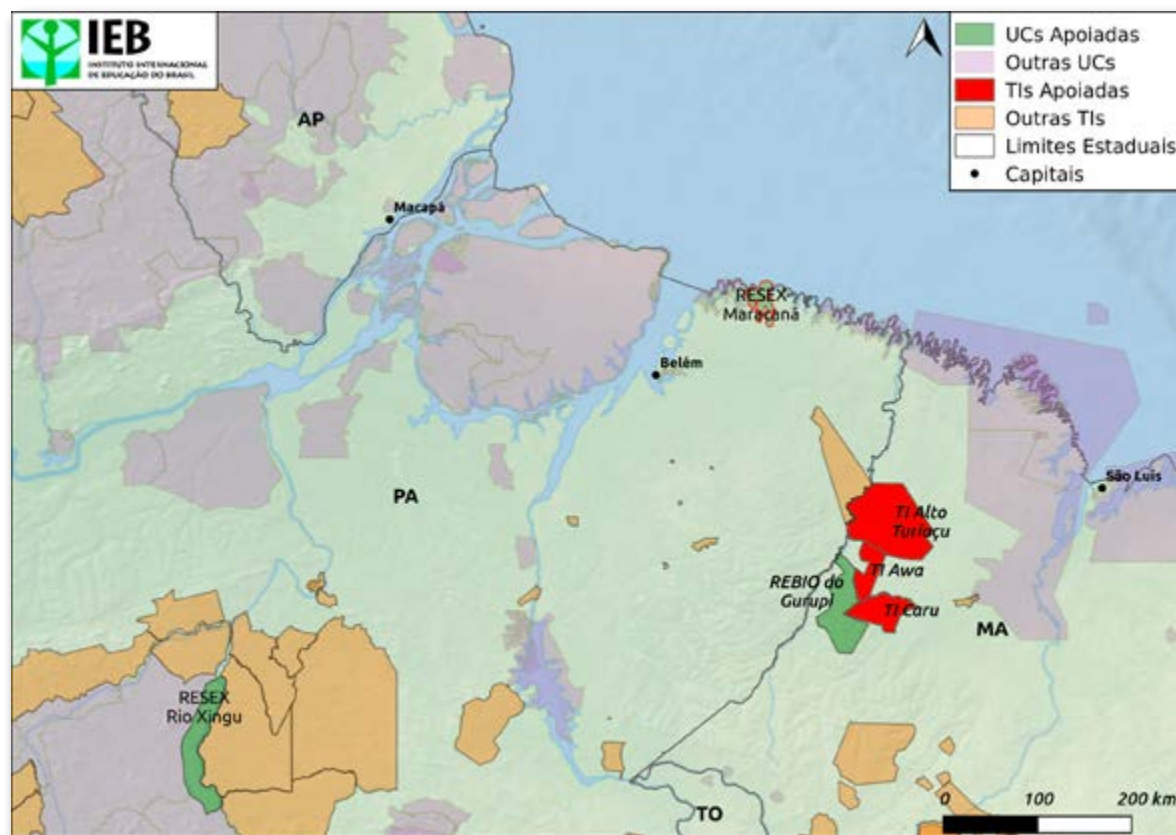
Resumo dos resultados:

- Aproximação entre os gestores e comunidades;
- União entre as comunidades;
- Facilidade para circular informações;
- Promoção de diálogo e de espaços para troca de informações;
- Apoio ao desenvolvimento local e geração de renda;
- Identificação de potenciais e necessidades de novas práticas, como a extração de óleos e produção de sabão;
- Resgate de conhecimentos locais;
- Implementação das bases de um modelo descentralizado de gestão da ASAREAL, com maior autonomia e independência para as comunidades;
- Busca da cogestão, de forma que as comunidades deem o rumo para a gestão e definição dos seus próprios rumos, ao invés do ICMBio ditar as regras;
- Reorganização da associação da Resex;
- Ampliação da participação das mulheres;
- A aproximação entre comunitários e gestores significou a melhoria da relação de confiança entre as partes, conseguindo ter uma participação maior dos comunitários em atividades concretas (logística e mobilização);
- A contratação de prestadores de serviços locais – comunitários da própria Unidade de Conservação – reforça as relações de confiança, pois os gestores deixam de se ocupar de questões que os locais podem operacionalizar nas atividades e ao mesmo tempo se instala na Unidade de Conservação capacidade de operação, pois se está conformando um conjunto de profissionais que podem prestar serviços para a gestão e para os parceiros;
- Incremento no conhecimento das demandas, chegam mais tarefas para o gestor, mas há um exercício maior de autonomia e auto-organização;
- União das comunidades, que significa: reuniões presenciais que demonstram um esforço em se encontrar, superação da dispersão física;
- Realização de cursos específicos para cada público, como a Permacultura para os homens, o Teatro de Máscaras e Peça para os jovens. Outro destaque foi o grupo de iniciação musical;
- Houve também dois resultados não esperados, a saber: a organização da comunidade para a elaboração do projeto junto a financiadores externos (CASA e Cáritas) e a participação das crianças, apresentando propostas e demandas específicas.

5.6 A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS NA RESEX MARACANÃ, PA

O Projeto “Capacitação em práticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais nas comunidades da Resex de Maracanã” teve como objetivo a capacitação dos extrativistas da Resex de Maracanã para a difusão de práticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais, compreensão do conceito de Reserva Extrativista e fortalecimento da organização comunitária por meio da criação de Comitês Comunitários e elaboração participativa do Acordo de Gestão da Unidade de Conservação.

Figura 19 - Localização do Plano de Ação “Capacitação em práticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais nas comunidades da Resex de Maracanã”.



Fonte: IEB

A situação inicial que motivou a elaboração do projeto tem a ver com a forte pressão de turismo sobre a Unidade de Conservação e o baixo nível de relacionamento entre as comunidades. Além disso, uma prática disseminada entre as comunidades é a pesca por meio de currais. Os pescadores que praticam essa atividade são chamados de “currelistas”, sendo essa uma das principais fontes de renda dos comunitários. Porém, havia conflitos entre os mesmos quanto às formas de uso, localização dos currais, chegando a gerar confrontos, danificação de apetrechos e currais, etc.

O passo a passo do projeto envolveu a realização de um “curso de formação e nivelamento da equipe executora” com o objetivo de sensibilizar a equipe para a gestão participativa e realizar o planejamento do projeto. Em seguida, foi realizada uma etapa de sensibilização e visitas às lideranças das 20 comunidades contempladas no projeto. As lideranças identificadas incluíram professores, presidentes de associações, líderes religiosos, agentes de saúde, coordenadores de grupos de jovens, líderes de times de futebol, entre outros.

O passo seguinte foi a realização de uma reunião territorial para definir a agenda das capacitações previstas para as 20 comunidades. A partir dessa agenda, foram realizados seis cursos e uma oficina com um total de 1.764 participantes.

Foi realizada também uma oficina específica sobre Acordos de Gestão onde se abordou o conteúdo da Instrução Normativa N° 29, que trata dos passos essenciais para a elaboração desses acordos, além da discussão sobre “acordos de pesca”.

A última etapa foi a realização de oficinas de capacitação sobre organização social das comunidades. As atividades foram realizadas em quatro comunidades (Ponta Alegre, Tracuateua, São Miguel do Itaquerê e Beira Mar) e contaram com a participação de 82 pessoas.

Como principais avanços destacam-se: o acesso dos comunitários às informações sobre direitos e deveres do cidadão; as oportunidades para exercer o papel de pessoas ativas na tomada de decisão; e a organização social e construção de propostas participativas para o uso dos recursos naturais.

Quadro 4 - Atividades realizadas pelo Plano de Ação da Resex Maracanã.

ATIVIDADES	RESULTADOS RELACIONADOS
CURSO DE CAPACITAÇÃO DE COOPERATIVISMO.	Não gerou ou constituiu uma cooperativa, mas despertou a percepção e o sentimento do trabalho de forma associativa e cooperada, a “vontade de trabalhar como cooperativa”.
SEMINÁRIO DA JUVENTUDE.	Levou à ampliação da participação da juventude, inclusive com a participação na direção da UC. Fez a juventude “colocar a cara pra fora”.
EVENTO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS, DAS PRÁTICAS PRODUTIVAS (COMO PESCAVAM), COMO ERAM AS FESTAS E AS BRINCADEIRAS DOS “ANTIGOS”.	Possibilitou estimular o processo de resgate cultural, por meio das conversas intergeracionais, valorizando o que já estava se “perdendo”.
CURSOS E OFICINAS.	Facilitaram a discussão do perfil do beneficiário.

Fonte: IEB

Entre os resultados globais do projeto podemos citar:

- A organização para a reivindicação de direitos básicos para o bem estar da comunidade, como por exemplo, a regularização da coleta de resíduos sólidos pela prefeitura;
- Organização em nível comunitário, por meio dos comitês. Sendo que alguns funcionaram (19) e outros não;
- A organização dos curralistas que, estimulados pelo treinamento em georreferenciamento dos currais, refizeram a pactuação em torno do acordo de gestão, georreferenciaram 135 currais, definindo coletivamente os locais, tamanhos, direitos e deveres e levou a redução dos conflitos entre os curralistas.

5.7 LIÇÕES APRENDIDAS

Organização comunitária: por outras relações de poder

A organização comunitária é um processo longo. No caso da Resex Liberdade, isso tem a ver com a desconstrução do histórico do patronato. O fortalecimento organizativo das comunidades deve estar relacionado com o processo de desconstrução das práticas de patronato e das relações de poder que lhe são próprias. Há muitas questões subjetivas no trabalho que se faz com as comunidades: confiança entre os atores, esperança nas formas de organização, relação de amor com as pessoas, a questão socioambiental e o senso de responsabilidade. Quem gerou o aprendizado foram os comunitários porque são eles que sentem o peso destas relações demarcadas pela história do patronato.

O comunitário, o gestor e os parceiros devem ter clareza do seu papel e do que se espera de cada um. A participação comunitária é algo necessário para conseguir avançar no processo de desconstrução das relações de patronato, contribui para a sua superação ao longo do tempo. Já se sentem as respostas para a construção de uma maior autonomia das comunidades, mas isso só é possível se a proposta ou projeto for uma ação coordenada.

Algo que os parceiros da Resex fariam novamente é a elaboração participativa da proposta do projeto. Os gestores podem ter sucesso ao assumir o papel de coordenação, mas sempre estando atentos à construção de consensos com os grupos.

Para iniciativas futuras se reconhece a necessidade de uma melhor prospecção dos saberes e habilidades locais, que podem colaborar diretamente no projeto. Trata-se de “beber mais de fontes inspiradoras” e levar em conta o “estado da arte” nesse tipo de trabalho.

Ampliando a participação

Uma lição aprendida sobre a organização das reuniões e atividades é que as mesmas não devem ser realizadas em um mesmo local. O melhor é fazer rodízio, o que favorece o envolvimento de mais pessoas e a participação. Nesse sentido, deve se evitar fazer as atividades na cidade já que isso provoca a dispersão dos participantes.

As lideranças aprenderam e reconhecem a importância de reunir as pessoas e construir os espaços de diálogo. Ter um facilitador para trabalhar com as crianças durante as atividades também é importante porque possibilita às mulheres participarem, assim como as crianças passaram a participar das discussões comunitárias (resultado não esperado).



“A lição mais importante dentro da unidade com esse PAS foi a integração de jovens, mulheres e órgão gestor, que mostrou a relevância da participação de forma organizada. Antes do projeto a participação dos jovens era muito dispersa. Hoje isso melhorou e já tem uma associação de mulheres. A gente entendeu que com a capacitação as coisas ficaram mais fáceis e que o benefício é pra comunidade. Sem o envolvimento direto da comunidade as coisas não andam. Quem sabe das necessidades é quem está morando lá dentro. Quando o órgão gestor tenta fazer as coisas sozinho a comunidade muitas vezes não aceita e em vez de ajudar acaba atrapalhando”. (Josué Costa da Silva, comunitário da Resex Médio Juruá).



“Uma experiência muito forte no Médio Juruá foi o projeto dos jovens, quando eles mesmos viram a necessidade de juntar os jovens da Resex com os jovens da RDS. Disseram para as instituições que eles não queriam saber dessa coisa de separação, que a única coisa que os separa é o rio, mas que o rio não é um impedimento. Eles juntos querem cuidar do rio e que o rio também é um componente da vida deles”. (Rosi Batista, gestora da Resex Médio Juruá).

No caso da Resex Maracanã se identifica como lição aprendida a importância de se organizar melhor como comunidade e como pescadores curralistas. A organização e o esforço coletivo trouxeram uma nova visão sobre a organização do trabalho produtivo em cada comunidade. Algo que deve ser evitado em projetos futuros é a centralização das responsabilidades, quando uma liderança puxa pra si a tarefa de conduzir os trabalhos, o que nem sempre consegue sem a participação dos demais. Essa é uma lição importante para as lideranças, jovens, pescadores e demais pessoas das comunidades.

Sistematizando e difundindo novos conhecimentos

A difusão de conhecimentos e práticas para o uso sustentável dos recursos é um excelente caminho para o alcance dos objetivos da Unidade de Conservação, com reflexo sobre a organização social, envolvimento das comunidades do entorno com a Unidade de Conservação. O valor das pessoas e o respeito nas relações humanas contam muito. As sistematizações realizadas permitiram estabelecer referências técnicas que podem ser utilizadas por outros.

Conectando geração de renda, conservação e sustentabilidade social

Os gestores tiveram como lição aprendida a importância da relação com os atores da cadeia produtiva da madeira para quebrar preconceitos e favorecer o diálogo e futuras parcerias. Conectar geração de renda com conservação representa um salto de qualidade para a gestão da Unidade de Conservação. Identificação de parceiros estratégicos e manter relação. O efeito (positivo) na renda é importante como um estímulo ao envolvimento das pessoas com os objetivos da Unidade de Conservação.

“Eu quero destacar que essa escolha por difundir a prática de uso dos recursos, de focar na geração de renda como uma forma de estar junto com as comunidades é um caminho extremamente interessante e importante para as unidades de conservação. Com isso, a gente pode tornar real uma coisa que é o direito das pessoas: elas se beneficiarem dos recursos que estão próximos delas, mesmo sendo um Parque Nacional, já que exige o uso indireto dos recursos. A gente tem o compromisso que o que tem ali, o patrimônio do Parque, se reverta em benefício para as pessoas”. (Beatriz Ribeiro, gestora do PARNA do Viruá).

Para a permanência dos comunitários na unidade é fundamental a diversificação da oferta de serviços que incluem educação e geração de renda. É preciso ser mais propositivo em relação a isso incluindo capacitação como parte do esforço para melhorar a renda das famílias. Nesse sentido, recomenda-se a continuidade das “oficinas produtivas”, sobre manejo de pirarucu e produção do sabonete artesanal, por exemplo. Também é importante enfatizar a diversificação das práticas produtivas a partir do local de vida e trabalho das pessoas. Uma outra lição aprendida em relação à geração de renda é não deixar de lado o componente da comercialização por que assim o caminho “fica pela metade”.

“A própria situação de ter outras opções de renda que acaba diminuindo diretamente a pressão sobre os recursos naturais. Então, essa é uma relação direta que hoje na unidade a gente compreende: quanto mais nós formos propositivos, no sentido de diversificar a geração de renda para os comunitários, menor será a pressão sobre os recursos naturais”. (Gerson Guaita, gestor da Resex Baixo Juruá).

Um dos ganhos do processo foi o compartilhamento das experiências. Seria bom ter tido mais espaço de compartilhamento com outras experiências similares. Um fazer diferente seria buscar mais experiências externas. Destaca-se que a geração de renda local é um “caminho” para integrar quem tem baixo ou nenhum senso de pertencimento à Unidade de Conservação. Isso favorece a permanência dos comunitários na Unidade de Conservação e a emancipação política, cumprindo um papel social dentro da Unidade.

Gestão do tempo nos projetos

Em relação ao cronograma de execução e planejamento operacional do projeto é preciso dimensionar as atividades de forma a compatibilizar as ações com a disponibilidade das pessoas e comunidades. No caso da Resex Maracanã, por exemplo, foram feitos 180 cursos num tempo muito curto, a equipe ficou cansada e a jornada pesada para a comunidade, pois havia disputa de público e agendas, esvaziando uma e outra. Para contornar esse problema é importante evitar que uma agenda muito intensa em atividades se sobreponha às outras agendas importantes e à própria vida dos comunitários.

As lideranças comunitárias aprenderam que é acertado e necessário fazer parceria com gestores e se organizar melhor. Essa parceria gera novos conhecimentos e reforça a sua importância. Isso é algo necessário para poder realizar um projeto, envolvendo não só as lideranças e direção da organização, mas cada pessoa da comunidade. Também traz muitos aprendizados sobre o potencial da relação entre órgãos gestores e comunidades.

“Como grande lição aprendida fica a importância de ter ações de gestão coordenadas com as comunidades, com a associação que representa os moradores da unidade, para realmente resgatar este vínculo de pertencimento, sentimento de apego ao território mesmo”. (Gerson Guaita, gestor da Resex Baixo Juruá).

Numa próxima oportunidade as lideranças fariam diferente o processo de mobilização e envolvimento das mulheres e os jovens. Compartilhariam mais as responsabilidades com as demais pessoas das comunidades e também envolveriam mais os Núcleos de Base Comunitária que não aderiram ou participaram do processo/projeto desde o início.

Buscando a legitimidade

É preciso ter legitimidade de base, fazer um processo participativo, que integre verdadeiramente os diversos interesses coletivos e comunitários. Para obter essa legitimidade, considera-se evitar realizar as oficinas com baixa representatividade ou elaborar projetos sem maior vínculo com a realidade.

Uma forma de ampliar a legitimidade é realizando as atividades diretamente nos locais de moradia das famílias em grupos menores ou por pólos ou comunidades, considerando as suas finalidades. Se observa que hoje os interesses pessoais são mais valorizados que os interesses coletivos. Por isso, as decisões coletivas devem ser definidas com o maior número possível de pessoas e em níveis locais, evitando-se o representativismo vazio (liderança representa a si mesmo, não tem base de fato).

Multiplicação

Utilizar a estratégia da multiplicação, porque ampliou os parceiros, mostrando que sozinhos não se conseguiria, envolvendo as pessoas da região, inclusive aqueles que atuam em outros ramos. Nesse sentido, foi muito importante fazer a articulação com a comunidade do entorno da Unidade de Conservação. Numa próxima oportunidade este tipo de estratégia deve ser reforçado.



“São várias lições importantes. Uma das principais foi a forma de adquirir matéria-prima pra confeccionar as estruturas de visitação do parque. Isso seria muito caro pra comprar. Mas, fazendo parceria com a Polícia Federal e o IBAMA, com a doação de madeira apreendida para o projeto, isso multiplicou a quantidade de matéria-prima. É o que eu chamo de estratégia de multiplicação. No sentido da multiplicação dos materiais que estavam previstos a se adquirir, se pensava uma quantidade “x” e se superou a expectativa. O que se conseguiu com pouco investimento foi bem maior do que se imaginava, temos madeira apreendida armazenada que ainda poderá ser usada para fazer mais 3 passarelas de 200 metros cada”. (José Josanias Alves de Sousa, comunitário do PARNA do Viruá).

Capacitação e benefícios financeiros

Algo que não dever ser feito novamente (lição aprendida negativa) é relacionar as capacitações com benefícios financeiros (bolsa de apoio ou gratificação por horas dedicadas às atividades formativas, por exemplo). Isso ajudaria a separar as pessoas que se mobilizam em função do interesse financeiro daquelas que realmente tem interesse na formação. Esta lição é válida para os moradores da Unidade de Conservação, gestores, pescadores, agricultores e organizações.

Compromissos compartilhados

Desde a discussão do projeto, o debate foi com as comunidades, houve um processo de escuta e de comprometimento com a comunidade. O compromisso de organizar as atividades é das comunidades e ao ICMBio cabe a metodologia. Isso leva à uma reflexão sobre o papel dos gestores: na fala, nas “coisas” que levam para as comunidades, no fazer-se entender, no compreender e no respeitar. Isso significa não querer mudar o jeito de ser da comunidade local para alcançar as expectativas dos gestores ou da sociedade urbana ou externa. Nesse processo de diálogo na Resex Médio Juruá, houve a necessidade de alteração no escopo do projeto e que isso foi garantido pela UCP, por meio de remanejamento, assim, esta flexibilidade do PAS é algo positivo.



“Uma coisa que eu achei de grande importância foi que aprendemos a montar uma parceria entre a associação, os órgãos gestores e a comunidade e também trabalhar com as mulheres e os jovens dentro da comunidade. Aprendemos a lidar com as pessoas e com os órgãos, sendo que cada um tem uma forma de trabalhar.” (Maria Renilda Santa da Costa (Branca), comunitária da Resex Riozinho da Liberdade).

“Não tem como trabalhar numa UC com grupos dispersos, a promoção do diálogo é necessária, muito mais do que usar a força policial, usar a força da lei. É necessário que o gestor perceba, que ele tenha a sutileza de perceber em que momento ele usa cada instrumento da gestão: que momento é o diálogo, que momento é a fiscalização, que momento é a rodada de conversas, que hora você enquadra essa ou aquela ferramenta”. (Rosi Batista, gestora da Resex Médio Juruá).

Outra lição é que os gestores não devem assumir toda a responsabilidade pela animação do processo porque isso gera sobrecarga de trabalho. O melhor é ter alguém específico para este tipo de ação. Trabalhar com uma equipe reduzida na execução do projeto é algo que deve ser evitado, pois gera um tempo de trabalho maior por pessoa. É preciso envolver mais gente na execução.

Relações interpessoais na gestão das Unidades de Conservação

A importância das relações pessoa a pessoa, porque com esse projeto se estreitaram os laços entre jovens, mulheres e gestores da Unidade de Conservação Federal e Estadual. As pessoas já se conheciam, mas não tinham o costume de atuar em conjunto, gerando conflitos entre os grupos das duas unidades. Após as atividades do projeto, algumas pessoas consideradas invasoras, se tornaram vigilantes de praia.

“Não havia um distanciamento, mas nunca tivemos a oportunidade de fazer as atividades que nós fizemos, que nós assumimos como instituição. Quando nós começamos a fazer estas atividades vimos que era importante trazer as outras instituições também, porque existem responsabilidades de vários entes que atuam naquele local. Então foi importante envolver os comunitários da RDS, do entorno, o gestor, as lideranças, juntar os conselhos deliberativos, juntar as organizações dos jovens, das mulheres. Os recursos do PAS nos proporcionaram fazer este tipo de ação”. (Rosi Batista, gestora da Resex do Médio Juruá).

As trocas de experiências e de conhecimentos entre os comunitários e gestores reforça o papel de liderança das pessoas na comunidade, especialmente dos jovens e das mulheres. A lição foi gerada nas relações entre todos e deve ser aproveitada por todos os envolvidos.

“Aprendemos também que criando núcleos de base nós conseguimos inserir homens, mulheres e jovens, formando um grupo em cada comunidade. Isso é importante para aproximar mais a associação, os órgãos e os comunitários, ajudando a trabalhar de forma mais unida”. (Maria Renilda Santa da Costa (Branca) comunitária da Resex Riozinho da Liberdade).

Integrando ações governamentais e não governamentais

Cada vez mais se reconhece a importância de trabalhar de modo integrado com as comunidades, as instituições governamentais e não governamentais. Se não houvesse essa integração, não se teria realizado o projeto. O diálogo e a integração promovem o comprometimento das pessoas e comunidades, porque envolve a organização das atividades. É necessário ter foco e o planejamento estratégico deve ser construído coletivamente. Pode-se ter um elenco pequeno de resultados, mas o importante é que atinjam os problemas reais.

“Eu considero, no geral, o mais importante, o processo de integração. Com as comunidades, no primeiro momento e depois com as instituições que trabalham na área, tanto governamentais, quanto empresas e as associações locais. Foi um aprendizado muito importante que nós devemos promover o diálogo de forma mais direta, de modo que as populações se sintam parte do projeto e, assim, assumam a parte de responsabilidade que cabe também a elas”. (Rosi Batista, gestora da Resex Médio Juruá).

Quadro 5 - Contatos dos Planos de Ação sobre fortalecimento da organização comunitária.

PLANO DE AÇÃO SUSTENTÁVEL	NOME DA UC	ÓRGÃO GESTOR	CONTATOS	ÁREA (KM2)	UF	MUNICÍPIOS
Capacitação de comunidades locais para a ampliação dos benefícios da visitação no Parque Nacional do Viruá e entorno.	PN Viruá	ICMBio	Rua Alfredo Cruz, 283 Centro - Boa Vista/RR CEP: 69.301-140 antonio.lisboa@icmbio.gov.br pnvirua@gmail.com Telefone: (95) 3532-1067 (95) 3623-3250	2.149,56	RR	Caracarái/RR Rorainópolis/RR
Plano de integração visando o fortalecimento das comunidades da Região Médio Juruá.	Resex do Médio Juruá	ICMBio	Rua Arcanjo Pessoa, 100 Centro - Carauari/AM CEP: 69.500-000 paula.pinheiro@icmbio.gov.br rosi.silva@icmbio.gov.br Telefone: (97) 3491-1633	2.869,55	AM	Carauari/AM
Plano de Ação Sustentável para vigilância, apoio à organização comunitária e educação ambiental na Resex do Baixo Juruá.	Resex do Baixo Juruá	ICMBio	Estrada do Aeroporto, 725 Centro - Centro - Tefé/AM CEP: 69.550-101 roberto.barbosa-filho@icmbio.gov.br gerson.guaita@icmbio.gov.br Telefone: (97) 3427-1247 (97) 3343-4724	1.780,39	AM	Juruá/AM Uarini/AM
Fortalecimento comunitário como ferramenta de apoio às atividades alternativas de geração de renda na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma.	RDS do Juma	SEMA-AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.280 Parque Dez de Novembro Manaus/AM CEP: 69.050-030 demuc.sema@gmail.com Telefone: (92) 3642-4607 (92) 3236-3070/(92) 3236-3940 (92) 3236-5503	5.807,84	AM	Manicoré/AM Novo Aripuanã/AM
Capacitação em práticas de conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais nas comunidades da RESEX Maracanã.	Resex Maracanã	ICMBio	Av. Conselheiro Furtado, 1.303 Batista Campos - Belém/PA CEP: 66.035-350 marcilio.monteiro@ibama.gov.br Telefone: (61) 3241-2621 (91) 3224-5899	301,7933	PA	Igarapé-Açu/PA Magalhães Barata/PA Maracanã/PA Salinópolis/PA Santarém Novo/PA São João de Pirabas/PA
Núcleos de base comunitária para o fortalecimento da cogestão na RESEX Riozinho da Liberdade/AC.	Resex Riozinho da Liberdade	ICMBio	Rua Jaminauas, 1.556 Cruzeirão - Cruzeiro do Sul/AC CEP: 69.980-000 julia.vilela@icmbio.gov.br Telefone: (68) 3322-1203	3.249,03	AC	Cruzeiro do Sul/AC Marechal Thaumaturgo/AC Porto Walter/AC Taruacá/AC

Fonte: IEB

6 PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA⁵

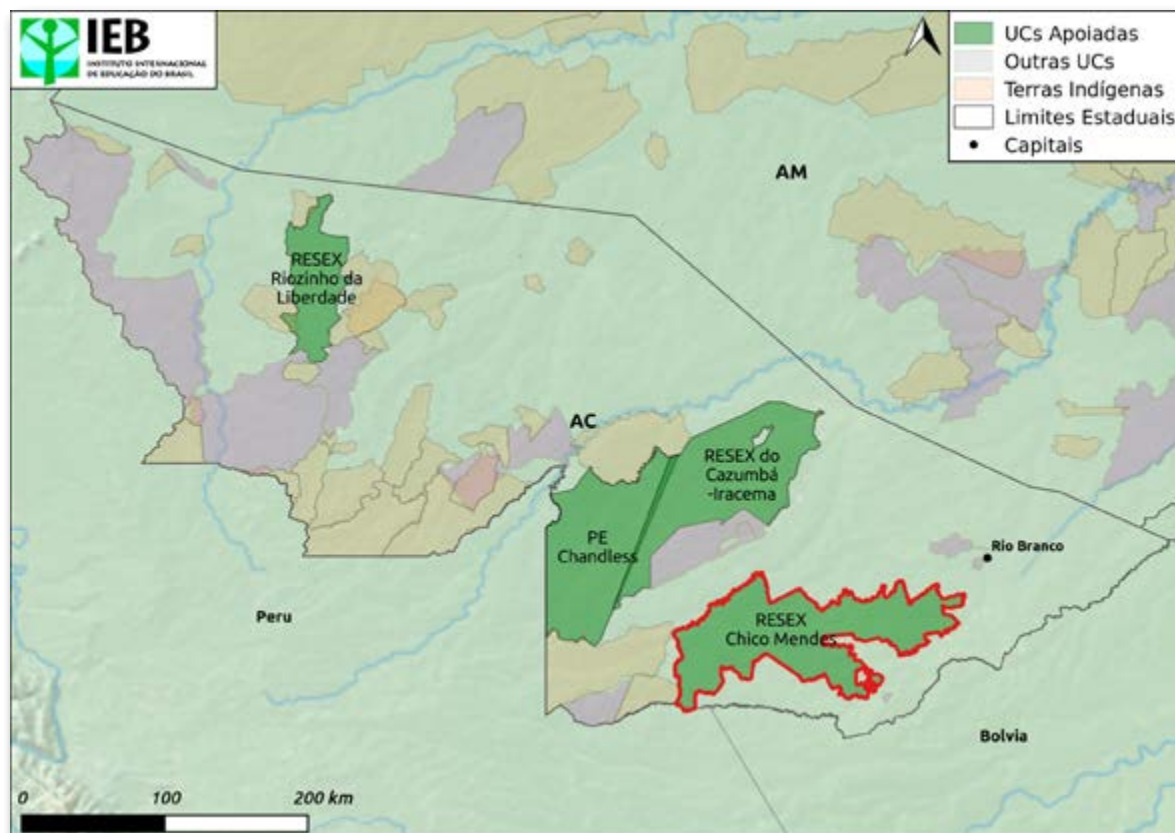
5 Grupo formado por Flávio Mascarenhas (ICMBio/Resex Chico Mendes), Antônio Fernandes (Resex Chico Mendes), Luiz Carlos Mendes (Parna Juruena), Juliana Carvalho Arantes (ICMBio), Cristiano Gonçalves (SEMA/AM) e Francisca Dioneia Ferreira (SEMA/AM/RDS Igapó-Açú), Gilmar Souza (SEMA/AM), Lourdes Iarema (ICMBio/Parna Juruena) e Jair Marques (RDS Uatumã). Facilitação: Franciara Silva (IEB).

O desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis nas Unidades de Conservação é essencial para a reprodução econômica das famílias. O apoio a estas atividades não passa apenas pelos aspectos financeiros da produção local, mas pressupõe um conjunto de serviços e atividades complementares de organização e envolvimento comunitário. Trata-se de construir uma economia da sustentabilidade, o que exige o aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação no tocante à produção e geração de renda. A construção de parcerias, mobilização de redes de assistência técnica, comunicação e envolvimento comunitário são recursos que devem ser mobilizados para apoiar a produção agroecológica nas Unidades de Conservação.

6.1 A CADEIA PRODUTIVA DO CACAU NATIVO NA RESEX CHICO MENDES, AC

O projeto “Fortalecimento da cadeia produtiva do cacau nativo na Reserva Extrativista Chico Mendes” teve por objetivo a melhoria das condições de vida das famílias extrativistas da Resex, por meio da extensão tecnológica inovadora para o manejo florestal de uso múltiplo e do cacauero nativo da Amazônia.

Figura 20 - Localização do Plano de Ação “Fortalecimento da cadeia produtiva do cacau nativo na Reserva Extrativista Chico Mendes”.



Fonte: IEB

A proposta nasceu de uma visita de intercâmbio de extrativistas da Resex ao Sul do Amazonas para conhecer a experiência de uma cooperativa que trabalhava com o açaí. Na ocasião, puderam conhecer o trabalho de manejo, produção e comercialização do cacau nativo realizado por extrativistas daquela região, no Médio Purus.

Os principais resultados do projeto são:

- Realização de inventário do cacau nativo na Resex e identificação da sua ocorrência com viabilidade econômica em 04 dos 07 municípios (Sena Madureira, Rio Branco, Capixaba, Xapuri);
- Identificação do número de indivíduos de cacau nativo por família e média de produção por pés, possibilitando conhecer o volume produtivo e a logística necessária para o beneficiamento e escoamento da produção;
- Identificação da cadeia produtiva do cacau nativo contemplando áreas prioritárias;
- Mais de 100 extrativistas empoderados para levantamento de campo, aplicação de metodologia para inventariar, uso de GPS e empreender sobre Associativismo e Cooperativismo;
- 140 produtores e extrativistas capacitados para o manejo do cacau nativo;
- 15 produtores das 05 macroregiões da Resex conhecendo o manejo do cacau nativo na Resex Arapixi;
- A iniciativa da Resex com cacau chamou a atenção dos moradores da Floresta Nacional Macauã e iniciaram diálogo para a troca de experiências.
- Parceria com a Cooperfloresta - atualmente só trabalha com produtos madeireiros, entretanto, com a iniciativa na Resex agora está aberta para produtos não madeireiros.



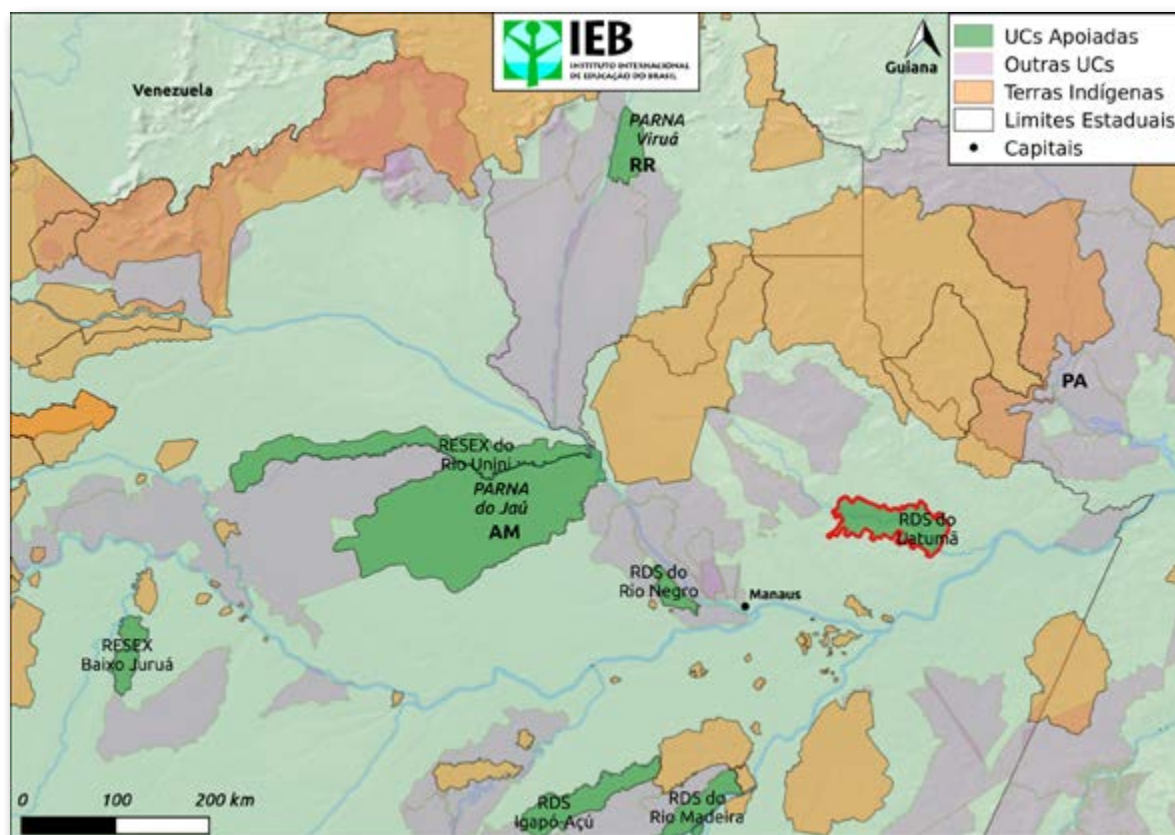
“No começo ia ser só o inventário, mas quando surgiu o edital do subcomponente do ARPA a gente fez um projeto pequeno. De início pensamos em fazer o levantamento em toda a Unidade de Conservação. Fomos atrás da Associação Andiroba para fazer o inventário do cacau e também depois envolvendo os comunitários. Feito o inventário concluímos que apenas quatro municípios da reserva é que tinham cacau com viabilidade que eram: Sena Madureira, Brasileia, Xapuri e Rio Branco”. (Flávio Mascarenhas, gestor da Resex Chico Mendes).

“No começo os moradores não acreditavam muito no projeto. Eu fui de casa em casa, conversando e falando pra gente tentar. Agora o pessoal já está ciente que vai ser muito bom. Meu sonho é que a produção aumente e também a área de plantio. Tem gente que vai plantar o cacau nativo e eu acho que isso é para pais, filhos, netos”. (Antônio Fernandes de Oliveira, liderança comunitária da Resex Chico Mendes).

6.2 MELHORIA DA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA NA RDS UATUMÃ, AM

O projeto consistiu no apoio à conservação da produção rural da Comunidade Nova Jerusalém e demais comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, com a inserção de uma Fonte Alternativa de Energia, trata-se de um sistema composto por Painéis Solar Fotovoltaicos.

Figura 21 - Localização do Plano de Ação “Fortalecimento da cadeia produtiva da Comunidade Nova Jerusalém (Amaro), com a introdução de energia elétrica fotovoltaica.”



Fonte: IEB

A implementação do projeto veio para tentar sanar a dificuldade que os moradores tinham com a conservação de produtos perecíveis, como frutas, pescado e hortaliças, com isso, melhorar a produção e, conseqüentemente, incrementar a renda dos moradores.

Os resultados alcançados até o momento foram:

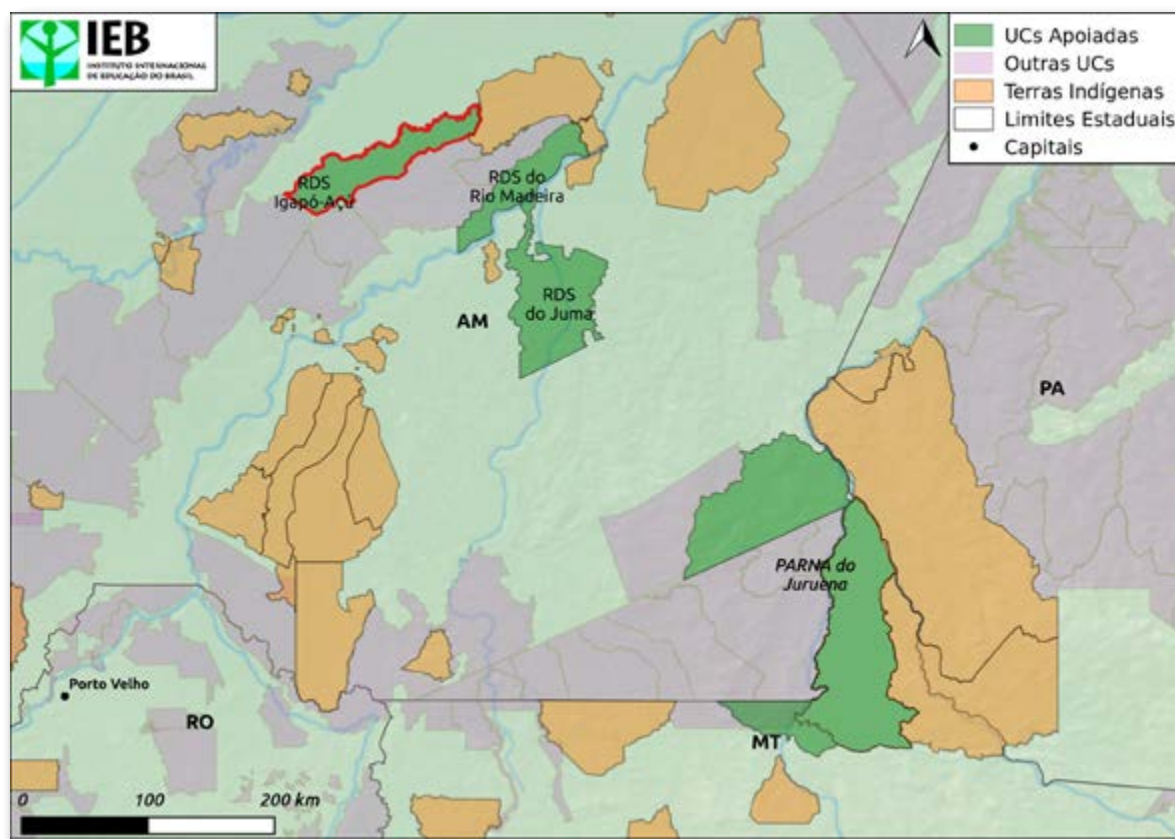
- Envolvimento dos comunitários em todas as fases de implantação do projeto, realização de mutirões para construção de um galpão para armazenamento dos freezers que não estava previsto na proposta;
- Instalação do sistema e funcionamento em fase experimental com produção de energia suficiente para a manutenção de 02 freezers.

6.3 AGROECOLOGIA NA RDS IGAPÓ-AÇU, AM

O Projeto “Prevenção de impactos socioambientais” teve por objetivo promover a recuperação das áreas degradadas no interior e entorno da RDS Igapó-Açu, ao longo da rodovia BR-319, por meio da implementação de alternativas agroecológicas de baixo impacto, mitigando a pressão antrópica ocasionada pelas atividades agrícolas insustentáveis, bem como recuperando a cobertura florestal nestas áreas.

Os resultados alcançados até o momento foram:

Figura 22 - Localização do Plano de Ação “Prevenção de impactos socioambientais”.



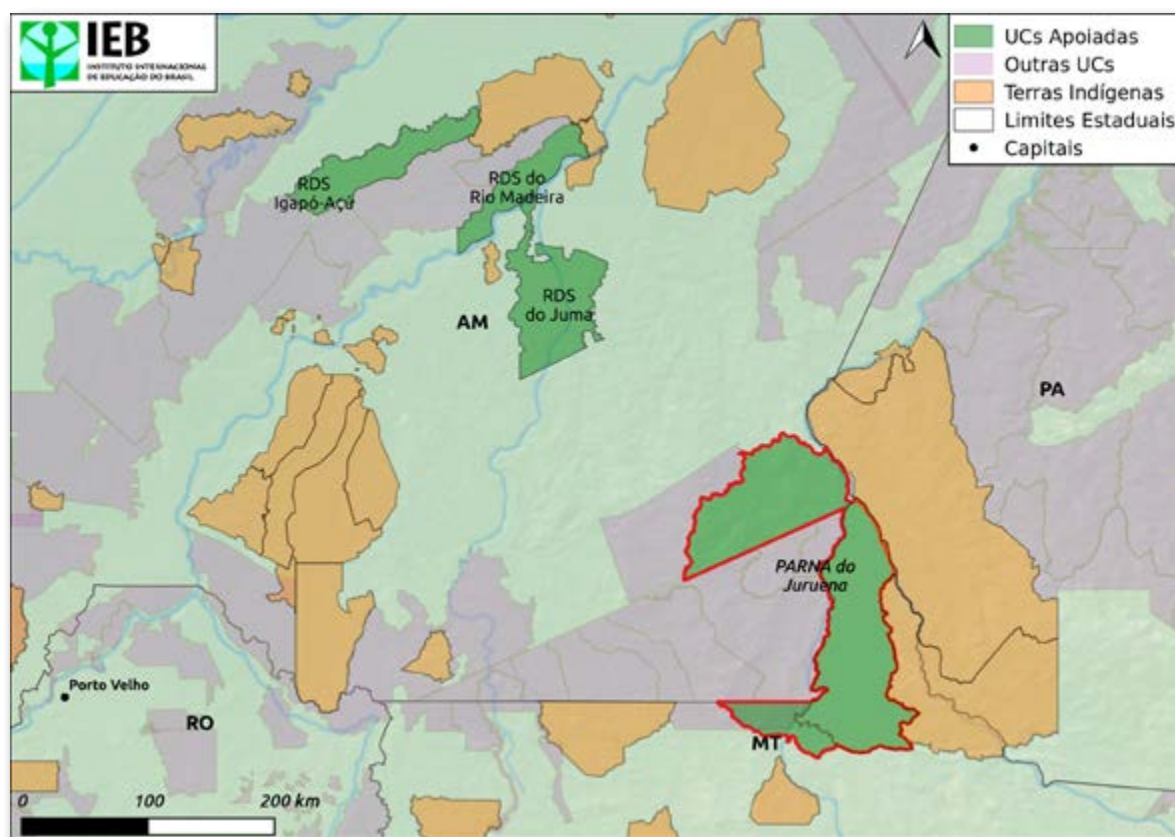
Fonte: IEB

- O projeto possibilitou a ampliação do diálogo com a população do entorno no eixo da rodovia BR-319 e conseqüentemente ampliou o apoio dos comunitários à manutenção da integridade das Unidades de Conservação;
- Além disso, por meio do PAS, os agricultores tiveram acesso a assessoramento técnico para o desenvolvimento da agricultura sustentável, o que, em médio prazo, contribuirá para o aumento da renda dos participantes;
- Implantação de 01 viveiro de mudas e 10 unidades de sistemas agroflorestais;
- Durante a execução do PAS surgiu a demanda dos jovens para serem inseridos nas ações. Foram realizadas 08 oficinas para discussão das necessidades de apoio aos jovens, de acordo com o interesse de atuação dos mesmos. A metodologia foi totalmente dialógica, no sentido de potencializar as capacidades, conhecimentos e saberes dos jovens, evitando a postura de transmissão de conteúdo. Por meio das ações do PAS, os jovens se consolidaram como lideranças comunitárias, envolvendo-se de forma direta na busca por melhores condições de vida nas comunidades, busca por melhorias na escola, serviço de internet na comunidade, entre outros benefícios;
- Outro grupo que não estava inserido inicialmente no público do projeto era as mulheres. Com elas foram desenvolvidas atividades de aprimoramento da produção de artesanato como mecanismo para que os temas necessários ao empoderamento das mulheres fossem abordados. O aprimoramento da produção de artesanato possibilitou o incremento da renda familiar, e, ao mesmo, tempo transformou as mulheres das comunidades de Santa Izabel do Rio Tupanã e São Sebastião do Igapó-Açu em importantes lideranças e protagonistas no processo de conservação da região dos Rios Tupanã e Igapó-Açu.

6.4 DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS COM COMUNITÁRIOS E RIBEIRINHOS DO PARQUE NACIONAL DO JURUENA

O projeto teve por objetivo a promoção da articulação, fortalecimento e melhorias das atividades de subsistência desenvolvidas pelos comunitários da Barra do São Manoel e ribeirinhos dos rios Juruena e Teles Pires, visando a sustentabilidade dos usos e da conservação do Parque Nacional do Juruena e o seu entorno.

Figura 23 - Localização do Plano de Ação "Articulação de desenvolvimento de atividades sustentáveis com comunitários e ribeirinhos do Parna do Juruena".



Fonte: IEB

O PAS teve três linhas de ações principais, que visam a melhoria da qualidade de vida dos comunitários e ribeirinhos da região e podem ser resumidas da seguinte forma: sustentabilidade do modo de produção agrícola; educação ambiental com viés voltado para o resgate cultural; cuidados com a saúde e o ambiente; e fortalecimento do associativismo, para maior autonomia da Comunidade.

Os resultados por linha são descritos abaixo:

- Como parte da primeira linha de ação, foi implementada uma unidade demonstrativa de plantio de roça sem uso do fogo, revitalização de quintais de diversos moradores e da roça coletiva da comunidade, conforme a demanda e o perfil de cada um;
- Na segunda linha de ação, foram realizadas visitas e atendimentos por um profissional de enfermagem (técnica de enfermagem), realização de oficinas de educação ambiental voltada para o reconhecimento e valorização do território e dos recursos naturais, oficina de artesanato e aprendizado da autogestão do grupo;
- Já no fortalecimento do associativismo, foram apresentadas as oportunidades que podem ser buscadas pela associação local. A associação apresentou projeto ao Fundo Socioambiental CASA, com o apoio de um professor da UNEMAT, para implementação de melhorias no sistema de captação e distribuição de água para consumo da Comunidade da Barra de São Manoel. O projeto foi aprovado e vem sendo executado por membros da associação, com o apoio da equipe gestora do PNJu;
- O PAS trouxe aos moradores alternativas para geração de renda e obtenção de recursos, proporcionando maior autonomia tanto para os comunitários, como para a associação local;
- Motivou também o resgate cultural, pela valorização do território e dos produtos artesanais, culinária e alimentos típicos encontrados na região, principalmente durante as oficinas realizadas. Ressalta-se ainda a melhoria das casas de farinha, que incentivaram a produção local nos moldes tradicionais e a construção de um local para comercialização de produtos artesanais, ambos realizados com apoio dos comunitários;
- Proporcionou também maior soberania alimentar e sustentabilidade aos comunitários da Barra de São Manoel e ribeirinhos dos rios Juruena e Teles Pires, através da orientação sobre técnicas de plantio e manejo do solo, além da introdução de cultivos complementares, trazidos pelo consultor Eduardo Darwin;
- A execução do PAS acarretou em maior aproximação entre os moradores da região e os servidores do ICMBio. Não apenas fomentou a melhor relação entre os envolvidos, como contribuiu para que os moradores valorizassem a importância da conservação do PNJu;
- A execução do PAS também contribuiu para que os moradores não enxerguem o PNJu apenas como um bloqueio a eventuais fontes de renda e recursos, mas como uma alternativa para melhoria da qualidade de vida na região;
- O PAS trouxe como resultados positivos não esperados a maior união entre os comunitários, através dos mutirões e formação de um grupo de artesanato. Foram introduzidas ainda, algumas práticas de permacultura como o círculo de bananeiras, técnicas de bioconstrução, reciclagem de materiais para produção de artesanato e informação para melhorias viáveis do saneamento básico.

“Por meio desse projeto a gente já conseguiu outro do Fundo Casa que trabalha com a questão da água da comunidade. Tem um trabalho de acompanhamento dos peixes, a casa de farinha que estamos concluindo. Tem a ‘roça sem fogo’ que eu vejo como um avanço, é uma coisa diferente, sem usar o fogo a roça produz bem e aquele mato que você limpa lá vai servir de adubo para a terra”. (Luiz Carlos Mendes, guia turístico e morador do entorno do Parna Juruena).

6.5 LIÇÕES APRENDIDAS

Planejamento e gestão

Os gestores aprenderam a importância de se limitar o escopo da proposta de acordo com a sua abrangência e a capacidade real de execução. Proposta de projeto abrangente e com muitas linhas dificulta sua execução e monitoramento.



“Tivemos que remodelar o projeto já no início de sua implementação, pois ele foi pensando com um conjunto de parceiros, mas que depois não vieram conforme tinham se comprometido na elaboração. Passamos a operar o projeto a partir da contratação de consultorias que não estavam previstas. Tivemos de fazer remanejamento de recursos”. (Juliana Carvalho Arantes, gestora do Parna Juruena).

Também houve um importante aprendizado sobre a necessidade de compartilhamento do planejamento e execução do plano entre o órgão gestor e as organizações comunitárias. Hoje se reconhece que é preciso contemplar todos os segmentos sociais envolvidos desde a elaboração da proposta, sobretudo jovens, mulheres e idosos. Também é necessário manter a responsabilidade e o comprometimento das instituições envolvidas durante todo o planejamento e execução do plano.

Uma lição aprendida no PARNA Juruena é evitar a personalização do projeto, devendo institucionalizá-lo. Os gestores, hoje, reconhecem que a responsabilidade com a comunidade não pode ser individual, mas da instituição. Quando o gestor assume toda a responsabilidade na execução, isso compromete o envolvimento das comunidades em todo o processo. É preciso garantir a gestão participativa. Personalizar o projeto fragiliza

a sensação de pertencimento pela comunidade e a continuidade das ações.

Na RDS do Igapó-Açu a equipe da SEMA-AM aprendeu que não deve delegar a articulação do projeto aos parceiros e consultores. A Gestão da Unidade de Conservação deve acompanhar todo o processo facilitando a articulação de modo a reduzir ruídos e aumentar a adesão da comunidade.

Envolvimento comunitário

É fundamental para que haja efetividade no processo o envolvimento, mobilização e participação dos comunitários nas atividades. O não envolvimento da comunidade em todo o processo prejudica na apropriação pela mesma, ela não se sente responsável pelo projeto e não apresenta a contrapartida (ex.: o trabalho no viveiro).

“O projeto é um incentivo muito grande e vai tirar muita gente da necessidade. Achamos um meio de vida, de trabalharmos na Unidade de Conservação sem fazer exploração [exploração aqui empregada como sinônimo no sentido de desmatamento]. Eu acredito que é um aprendizado para nós todos. Em parceria com o ICMBio, estamos trabalhando na Unidade sem destruir”. (Antônio Fernandes de Oliveira, gestor da Resex Chico Mendes).

É preciso incentivar a autonomia das organizações comunitárias para a sua autogestão. Isso passa pelo fortalecimento das associações. Apoiar as associações contribuiu para que elas exercessem sua autonomia ao longo do projeto, o que contribui para continuidade das ações após o final do projeto.



“O maior aprendizado é que a gente precisa formar as comunidades, fazer ações de base para que elas possam assumir esses projetos”. (Cristiano Gonçalves, gestor da RDS do Uatumã).

A gestão do território deve olhar além dos limites da Unidade de Conservação. Nesse sentido é fundamental se trabalhar no entorno das Unidades de Conservação. As comunidades do entorno são a porta de entrada para a Unidade de Conservação. A SEMA aprendeu a importância de trabalhar com o entorno e isso representa uma mudança de

visão e de estratégia. Ainda há uma vertente dentro da instituição que defende que a gestão deve se limitar ao polígono da unidade.

Os mutirões de limpeza tem sido um importante instrumento para ampliar o envolvimento comunitário na melhoria da percepção da área e envolvimento de jovens. Nessas reuniões, as comunidades aprendem muito coletivamente.

No desenho do projeto é necessário incluir todos os grupos em todas as etapas. Na RDS do Igapó-Açu, por exemplo, as mulheres e os jovens não foram totalmente envolvidos no projeto, mas acabaram sendo decisivos para o alcance dos resultados.

“A lição é refletir e analisar mais o contexto, porque quando elaboramos o PAS no afã de resolver o problema da paisagem, a gente acabou não olhando para os seguimentos de mulheres e jovens. É preciso analisar todos os pontos antes de elaborar a proposta”. (Francisca Dioneia Ferreira, gestora da RDS do Igapó-Açu).



“Dentro do projeto temos um avanço já, principalmente no trabalho de artesanato com as mulheres e isso deixa a gente muito feliz porque lá atrás elas não participavam de trabalhos assim”. (Luiz Carlos Mendes, guia turístico morador do entorno do Parana Juruena)

Outro instrumento importante foi o intercâmbio com pessoas e comunidades de outras Unidades de Conservação. Na Resex Chico Mendes o intercâmbio sobre a produção de cacau explorou as oportunidades, desafios e fraquezas, o que fortaleceu o projeto. O envolvimento comunitário fortalece a realização de outras atividades pelo conjunto dos comunitários que estavam desarticulados.

“O que tiramos de aprendizado principal é que a gente não conhece a nossa floresta, eles mesmos não sabiam que tinham tanto cacau nativo, eu defino assim: ‘é ver a floresta que existe além das árvores’ porque às vezes a gente só enxerga árvores”. (Flávio Mascarenhas, gestor da Resex Chico Mendes).

No caso da RDS do Igapó-Açu a construção do viveiro de mudas com o objetivo de promover a recomposição florestal das áreas degradadas ao longo da BR-319 também mostrou que a metodologia de envolvimento das comunidades com essa ação precisa ser revista. O método utilizado se mostrou muito duro e pouco eficiente.

Parcerias

Construção e formalização das parcerias institucionais é algo estratégico como forma a garantir o seu comprometimento nos processos. Parcerias institucionais frágeis resultam em problemas na articulação institucional.

O PAS é uma ferramenta de aproximação e formação de parcerias entre a gestão da Unidade de Conservação e as comunidades e organizações envolvidas. A gestão da Unidade de Conservação, para ser efetiva, deve visualizar e atuar em conjunto com a comunidade do entorno na gestão do território.

Uma lição aprendida na RDS do Uatumã é que não se deve deixar de fazer parceria com a prefeitura do município. A ausência de parceria formalizada dificultou a execução do projeto, exemplo: transporte de materiais.



“Ao longo do projeto, percebemos que os agricultores familiares não eram o público ideal, pois eles funcionam no recorte familiar. Tudo que era na propriedade deles eles faziam, mas nas atividades de cunho coletivo eles não tinham interesse. Paralelo a isso, os jovens dos rios Tupana e Igapó-Açu tinham o interesse de fazer um trabalho social e pediram que nós apoiássemos o retorno deles para a comunidade para que eles não perdessem o vínculo com as comunidades [jovens estão fora das comunidades para fazer o ensino médio]. Eles fizeram um encontro e nos convidaram e criaram o grupo Tipigá. Estamos trabalhando com esse grupo num viés de renda, mas levando em consideração a conservação. Envovemos o grupo na compra de mudas que eles produziram no viveiro instalado pelo projeto. Outra linha de trabalho tem sido com as mulheres: empoderamento feminino por meio do artesanato”. (Francisca Dioneia Ferreira, gestora da RDS do Igapó-Açu).

“Apesar dos problemas, faríamos tudo de novo. Mas fica como aprendizado, na minha opinião, a necessidade de se buscar parcerias mais sólidas e também a necessidade de pensar melhor o envolvimento comunitário, tanto antes quanto durante a execução”. (Juliana Carvalho Arantes, gestora do Parna Juruena).

Comunicação

Uma lição aprendida na RDS do Uatumã foi que as atividades do projeto devem reunir as comunidades de todos os polos e não apenas as lideranças de cada polo. A comunicação com as lideranças não resultou na transferência das informações para as comunidades, o que afetou o envolvimento das pessoas. Alguns comunitários não acreditaram no projeto e por isso não participaram dos eventos. Faltou comprometimento por parte dos comunitários e isso foi identificado como resultado de outras iniciativas com resultado negativo ou com ausência de continuidade.

No Parque Nacional do Juruena a equipe gestora aprendeu a importância de fortalecer a comunicação e articulação com parceiros. Realizar a comunicação com parceiros para que eles entendam o projeto (desde o planejamento) é fundamental para o sucesso do mesmo.

Assessoria Técnica

A implementação dos PAS chamou a atenção sobre a necessidade de identificar estratégias e profissionais qualificados para a execução técnica. Articulação deve ser realizada previamente e no início do projeto. A interlocução com os comunitários deve ser realizada pela equipe gestora e não deve ser delegada a terceiros.

Capacitação

O intercâmbio entre comunitários de outras Unidades de Conservação e entorno foi uma ferramenta importante para a troca de conhecimentos, experiências e empoderamento.

Comunidades e órgãos gestores aprenderam que as oficinas devem ser pensadas num contexto maior (exemplo, abordar educação ambiental em oficina de artesanato), com metodologias adequadas e parceiros chave mobilizados. A capacitação por meio dessas oficinas locais contribui para execução e sucesso do projeto e amplia a participação de maneira mais efetiva com foco na sociobiodiversidade, geração de renda e qualificação técnica.

A efetivação do plano de gestão também demanda capacitações em processos e não apenas a realização de eventos pontuais.

Quadro 6 - Contatos dos Planos de Ação sobre produção agroecológica.

PLANO DE AÇÃO SUSTENTÁVEL	NOME DA UC	ÓRGÃO GESTOR	CONTATOS	ÁREA (KM2)	UF	MUNICÍPIOS
Promover o conhecimento técnico e científico no fortalecimento da cadeia produtiva do cacau nativo, na Reserva Extrativista Chico Mendes.	Resex Chico Mendes	ICMBio	Rua Copacabana, 423 - Q16, C10 Village Wilde Maciel Rio Branco/AC CEP: 69.918-500 silvana.souza@icmbio.gov.br Telefone: (68) 3224-3749	9.314,59	AC	Assis Brasil - AC Brasiléia - AC Capixaba - AC Epitaciolândia - AC Rio Branco - AC Sena Madureira - AC Xapuri - AC
Fortalecimento da cadeia produtiva da Comunidade Nova Jerusalém (Amaro), localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, com a introdução de energia elétrica fotovoltaica para conservação de produtos perecíveis advindos da produção rural.	RDS do Uatumã	SEMA-AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.280 Parque Dez de Novembro Manaus/AM CEP: 69.050-030 demuc.sema@gmail.com Telefone: (92) 3642-4607 (92) 3236-5503	4.234,59	AM	Itapiranga/AM Presidente Figueiredo/ AM São Sebastião do Uatumã/ AM
Prevenção de Impactos Socioambientais.	RDS Igapó-Açu	SEMA-AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.280 Parque Dez de Novembro Manaus/AM CEP: 69.050-030 demuc.sema@gmail.com Telefone: (92) 3642-4607 (92) 3236-5503	3.946,19	AM	Beruri/AM Borba/AM Manicoré/AM
Articulação e desenvolvimento de atividades sustentáveis com comunitários e ribeirinhos do Parque Nacional do Juruena (PNJu).	PN Juruena	ICMBio	Av. Ludovico da Riva Neto, 2.364 Centro - Alta Floresta/MT CEP: 78.580-000 pn.juruena@icmbio.gov.br Telefone: (66) 3521-7342	19.573,23	MT	Apiacás/MT Apuí/AM Colniza/MT Cotriguaçu/MT Maués/AM Nova Bandeirantes/MT

Fonte: IEB

7 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS⁶

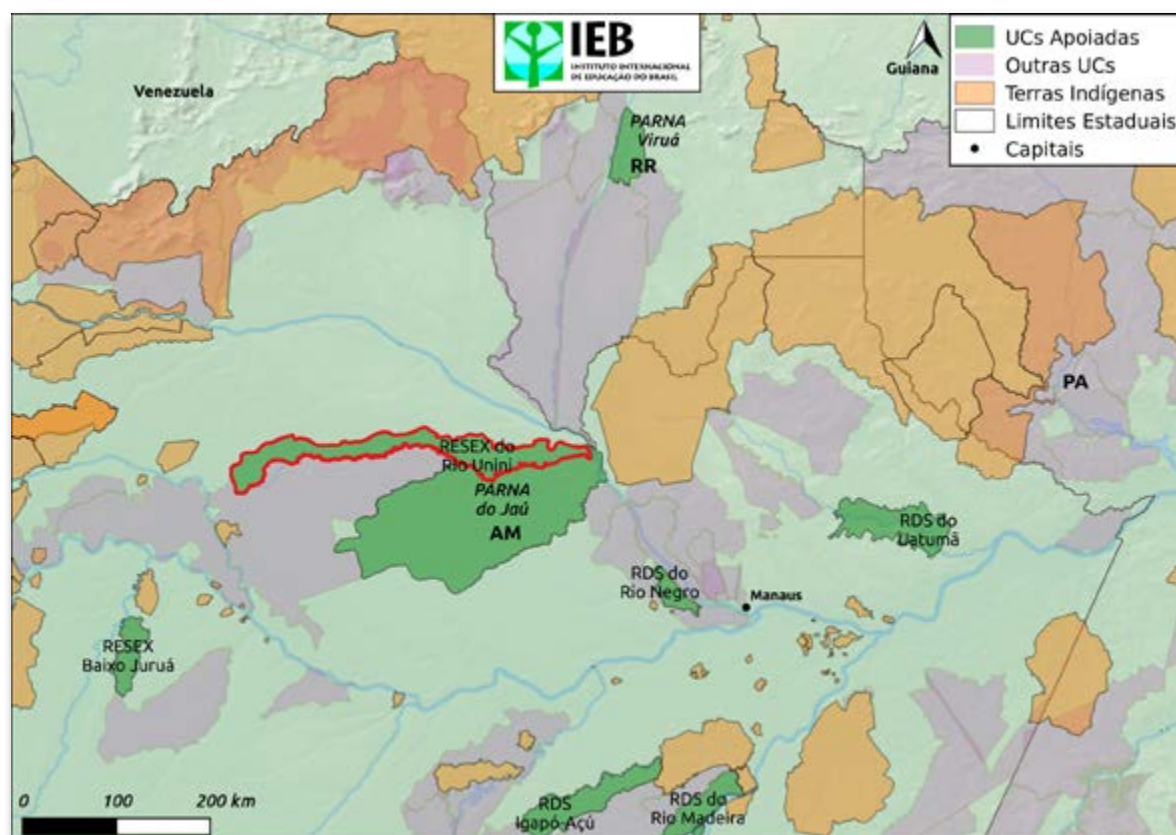
⁶ Grupo de trabalho formado por Mariana M. Leitão, Tiago Juruá, Aldeci Maia (Nenzinho), Viceli Siqueira da Costa, Adevane da Silva Araújo, Pablo Pacheco, Cristiane Figueiredo, Mirian de Oliveira. Facilitação: Ailton Dias (IEB).

Na gestão das Unidades de Conservação, em atividades junto com as comunidades - organização comunitária, geração de renda, elaboração de acordos, manejo, educação ambiental - nos deparamos com a questão da importância da base educacional. Por isso, qualquer tipo de capacitação pressupõe o início de um processo de formação continuada. Consideramos que não é possível dissociar conservação da educação de base.

7.1 JOVENS PROTAGONISTAS DO RIO UNINI, AM

O “Projeto Jovens Protagonistas do Rio Unini” teve por objetivo oferecer aos jovens moradores da Resex do Rio Unini e do Parna do Jaú a oportunidade de participar de um processo formativo sobre a legislação das áreas protegidas federais e suas ferramentas de gestão. Outro objetivo foi fortalecer as comunidades ao possibilitar o surgimento de novas lideranças nas duas unidades.

Figura 24 - Localização do Plano de Ação “Jovens Protagonistas do Rio Unini”.



Fonte: IEB

A previsão inicial era de fazer a capacitação de 100 jovens, mas ao final do projeto um total de 481 jovens haviam participado das atividades de capacitação. Os participantes puderam ser divididos em três grupos: núcleo duro (cerca de 20 jovens); grupo de apoio

(30 a 40 jovens); e participantes esporádicos. O projeto contou com ampla participação e adesão dos professores e de lideranças do Rio Unini, e ainda com 18 voluntários, 17 palestrantes externos e 11 oficinairos.

O projeto contribuiu para o empoderamento e fortalecimento do público jovem da Resex Unini, que atualmente tem potencial para assumir um papel protagonista na gestão participativa da Unidade de Conservação. A formação ajudou a fortalecer a identidade territorial do grupo.

O grupo de jovens apresentou o Programa “Jovem Protagonistas do Unini” em três escolas do município de Barcelos ampliando a visibilidade do trabalho.

O processo de capacitação propiciou o diálogo entre gerações (jovens e idosos) e o fortalecimento da identidade do público jovem por meio do conhecimento da história do rio Unini e dos seus ancestrais.

O projeto apoiou um intercâmbio e a troca de experiências entre os jovens das duas Unidades de Conservação (PARNA Jaú e Resex Unini). Houve também a participação esporádica deles nos municípios de Novo Airão e Barcelos e o intercâmbio com jovens de outras Unidades de Conservação.

O Projeto Jovens Protagonistas do Rio Unini tornou-se exemplo para o Mosaico do Baixo Rio Negro e tem trazido resultados concretos na melhoria do interesse deste público nas atividades do PARNA do Jaú e da Resex do Unini, incluindo a sua participação de forma voluntária nas reuniões do conselho gestor, no acompanhamento das reuniões do ICMBio em suas comunidades, além de maior pró atividade na organização dos módulos.

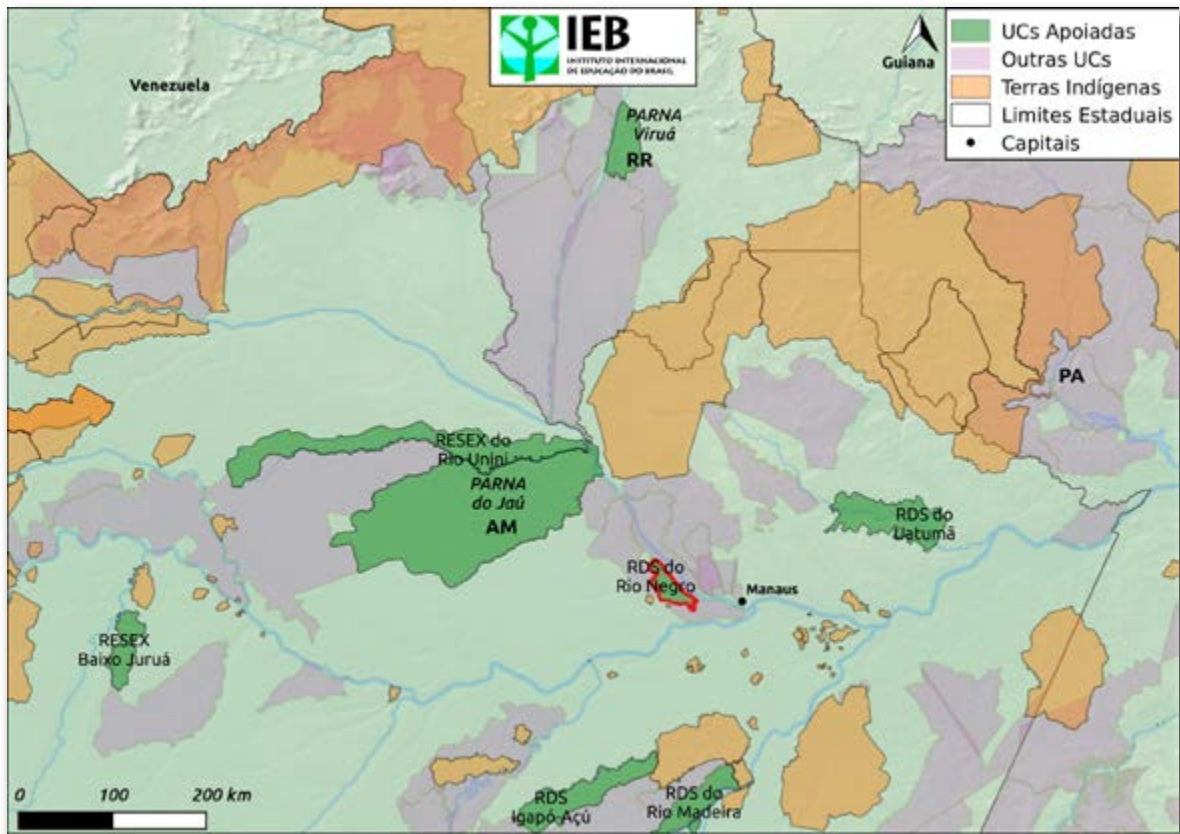


“Os jovens ainda não estão no ponto de assumir todo o processo de gestão da unidade, mas já estamos transformando os espaços de gestão em espaços dos jovens. Temos, por exemplo, a figura do “jovem aprendiz de conselheiro” e o número de jovens participando das reuniões do conselho passou de 3 para 30. No monitoramento da biodiversidade também há um grande envolvimento dos jovens. No entanto, ainda é necessário que os adultos continuem puxando os jovens para essa maior participação”.
(Mariana Leitão, gestora do Parna Jaú).

7.2 JOVENS PROTAGONISTAS NA RDS DO RIO NEGRO, AM

O “Programa de capacitação de jovens lideranças multiplicadoras em Unidades de Conservação estaduais: Jovens Protagonistas na RDS Rio Negro - Verde Perto Educação” teve por objetivo promover o fortalecimento comunitário, com a intenção de multiplicar conhecimentos de biodiversidade, monitoramento e educação ambiental, visando fortalecer a gestão participativa. A RDS tem localização periurbana e está muito próxima de cidades como Manaus, Uranduba, Manacapuru e Barcelos.

Figura 25 - Localização do Plano de Ação “Jovens Protagonistas na RDS Rio Negro - Verde Perto Educação.”



Fonte: IEB

O projeto realizou 07 (sete) encontros que contaram com a participação de cerca de 231 jovens. Foram identificadas 15 pessoas de 10 comunidades que podem ser consideradas jovens lideranças com potencial e protagonismo suficientes para levarem adiante o trabalho relacionado aos objetivos e metas do projeto jovens protagonistas em suas comunidades. Cerca de 40 jovens participaram de mais de 50% dos encontros formativos.

O núcleo de jovens líderes já tem demonstrado que quer trabalhar: o gestor repassa, aos poucos, as demandas para os jovens treinados quando, por exemplo, não consegue ir em determinada reunião da comunidade. A capacitação visa o presente e o futuro da Reserva.

Entre os resultados do projeto está a aproximação que o plano de ação promoveu entre a equipe gestora e os pais dos jovens protagonistas. Estes pais passaram a confiar mais na palavra do gestor, além do respeito que já existia. O envolvimento dos adolescentes e jovens adultos no projeto proporcionou o estabelecimento de uma relação de irmandade com as comunidades, pois, no início, as conversas eram mais fechadas e havia certa resistência com a equipe responsável por todos os aspectos de gestão da RDS. E este quadro mudou.

O projeto fortaleceu a liberdade de expressão e de comunicação com o público, ajudando-os a vencer a timidez e elevando a autoestima. O processo de formação caminha para o seu 10º encontro. A partir do 7º encontro, os próprios jovens assumiram a facilitação e até mesmo a organização das oficinas.

O ARPA entrou com combustível e alimentação para a realização dos eventos. Os jovens estão fazendo a articulação para buscar recursos junto à secretaria e Fundação Amazônia Sustentável (FAS).

Quase 30% do recurso foi usado para custear os intercâmbios com outras comunidades e unidades de conservação.

Quadro 7 - Locais dos intercâmbios realizados por jovens da RDS Rio Negro.

RDS Puranga Conquista - AM	RESEX do Cazumbá-Iracema - AC
Resex Rio Unini - AM	Parque Estadual da Serra do Mar - SP
Parque Nacional do Jaú- AM	Flona Tapajós - PA
Resex Terra Grande Pracuuba - PA	Núcleo São Sebastião (NSS) - SP
Flona Tefé - AM	Surf Transform - Projeto Social - SP
RDS Piagaçu Purus - AM	Núcleo Picinguaba (NPIC) - SP
RDS Igapó-Açu - AM	Quilombo da Fazenda - SP
RDS Rio Madeira - AM	ESEC Tupinanbá - SP
TI Ribeirão Silveira - SP	RDS do Itapanhapima - SP
Parque Estadual da Ilha do Cardoso - SP	Resex Madira - SP
Resex Taquari - SP	Resex da Ilha do Tumbá - SP

Fonte: IEB

Um desafio nestes processos é convencer os jovens a trocar as poucas atividades de lazer que existem na Reserva, a exemplo do futebol, por reuniões onde se discute a organização comunitária.

Outro desafio foi ganhar a confiança dos pais, uma vez que o gestor precisa da liberação dos pais, para que os jovens possam viajar para os intercâmbios e atividades formativas. Os jovens também estão ocupando o espaço de arrecadação das mensalidades para a associação. Um grupo de cinco jovens faz a arrecadação junto às famílias para o pagamento da “associação mãe” da Reserva. Um total de 624 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Floresta. Este trabalho tem fortalecido a identidade dos jovens em relação ao território e ao trabalho coletivo.



“Temos três vagas para jovens no Conselho da Reserva (três titulares e três suplentes) e a participação deles na última reunião do conselho foi muito boa. Duas pessoas decidiram fazer faculdade e já estão morando na cidade para viabilizar isso”. Outros três jovens fazem parte da Diretoria da Associação. (Pablo Pacheco, gestor da RDS do Rio Negro).

Seis jovens são agentes ambientais voluntários, oito são monitores dos protocolos mínimos da biodiversidade e quatro são guias credenciados pelo SEBRAE em “bird watching” (observação de pássaros).

O PAS também estimulou uma visão diferente sobre o lixo nas comunidades. Duas delas já fazem localmente a compostagem do lixo.

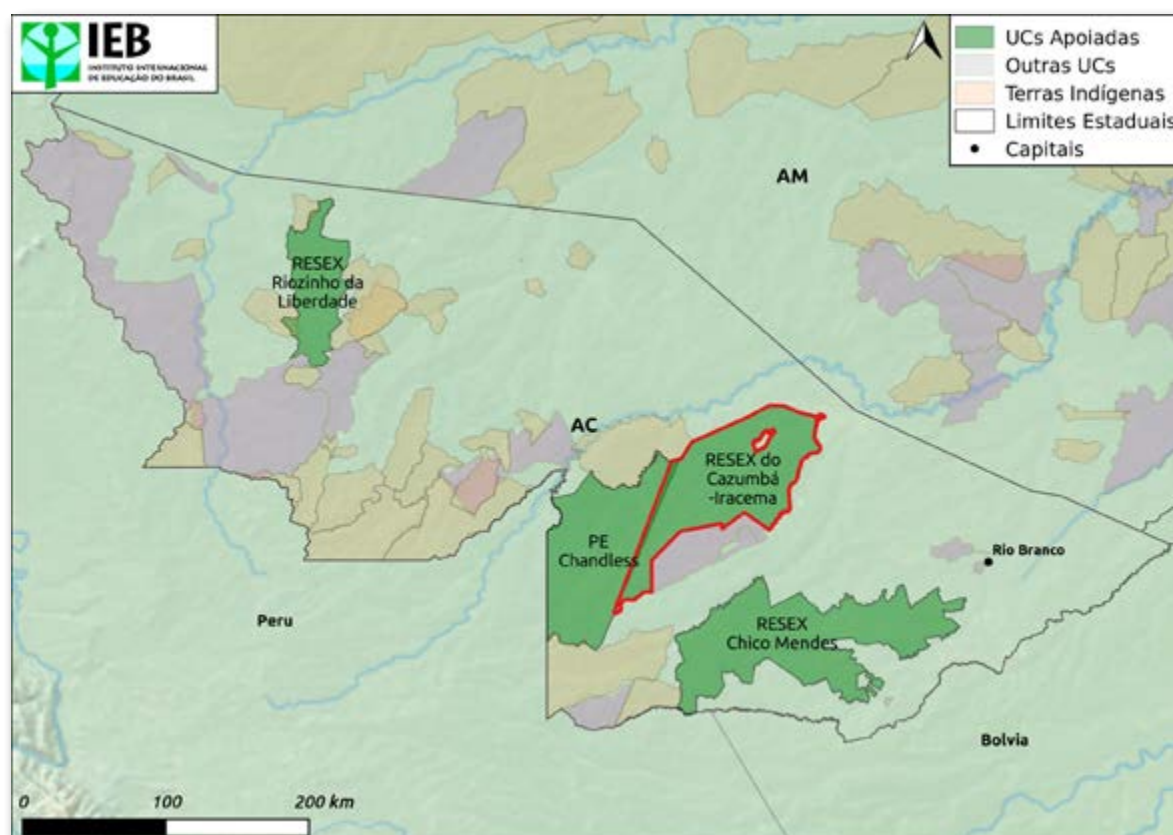
O Gestor é muitas vezes convidado para dar palestras e hoje já envia os jovens para fazer isso. Também já são demandados para moderar e secretariar reuniões e demonstram ter capacidades para isso.

“Antes do projeto eu atuava como uma “equipe” e tinha que dar conta de todas as tarefas da gestão da unidade de maneira solitária. Hoje eu tenho pelo menos 10 parceiros trabalhando comigo, desde os jovens até as suas famílias. Essa turma assumiu muitas tarefas que acabavam sobrecarregando o gestor. Então estamos numa situação em que as lideranças assumem a própria gestão do território”. (Pablo Pacheco, gestor da RDS do Rio Negro).

7.3 FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS NA RESEX DO CAZUMBÁ-IRACEMA, AC

O Projeto “FormAÇÃO: Formação de novas lideranças, representantes, comunitários e Conselheiros da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema para o fortalecimento da gestão comunitária e participativa através de ações práticas em suas comunidades” teve por objetivo promover a formação de 30 novas lideranças comunitárias, com foco nos jovens e mulheres ao processo de gestão participativa e comunitária das 05 macrorregiões da Reserva (Alto Caeté, Médio Caeté, Cazumbá, Jacareúba-Redenção e Riozinho-Cachoeira).

Figura 26 - Localização do Plano de Ação “Projeto Formação”



Fonte: IEB

O projeto foi conduzido por uma equipe mínima formada pelos gestores Tiago Juruá e Al-deci Maia (Nenzinho), este último, com uma trajetória de liderança no território, tendo participado do processo de mobilização e organização comunitária para criação da própria Resex.

As lideranças tradicionais têm sido as mesmas há mais de vinte anos e já sentem a necessidade de “passar o bastão”. Em 2014, no aniversário da Resex, foi realizado um encontro de três dias com jovens das Resex do Acre e um dos encaminhamentos foi a formação de novas lideranças.

Em uma de suas atividades, o Projeto FormAÇÃO promoveu a reflexão sobre: que tipo de educação nós queremos na Resex? Esta questão passou então a embasar a gestão da Unidade de Conservação na busca de soluções junto às secretarias municipal e estadual de educação. Alguns jovens da Resex já pensam em cursar o nível superior para depois voltar para suas comunidades. O projeto veio para dialogar com outras ações que já aconteciam na Resex.

O projeto é voltado para a formação de lideranças e isso inclui os jovens, os idosos e as mulheres. Os módulos possuem um viés de formação política e explora a percepção crítica das pessoas sobre o funcionamento da sociedade e de onde estão inseridas, o sistema capitalista, o histórico da distribuição de terras no Brasil, da ocupação da Amazônia e da divisão do orçamento público, assim como, da valorização da história, do território e das riquezas naturais da Reserva. O enfoque é inspirado no educador Paulo Freire e são as pessoas que trazem as questões que serão discutidas no processo formativo.

O projeto favoreceu que pessoas de várias áreas da Resex pudessem se conhecer melhor, animando um processo de apropriação e gestão do território por parte das próprias lideranças. O quadro abaixo mostra o total de participantes em cada módulo incluindo mulheres e jovens.

Quadro 8 - Participantes em cada módulo incluindo mulheres e jovens, no Projeto Formação.

MÓDULO	PARTICIPANTES	MULHERES	JOVENS
MÓDULO I - TURMA A	23	8	10
MÓDULO I - TURMA B	24	9	12
MÓDULO II	41	15	2
MÓDULO III (*)	21	7	14

Fonte: IEB

(*) Esta turma foi criada para atender a demanda dos participantes que perderam o primeiro módulo por causa da seca no período.

O projeto também promoveu um intercâmbio de experiências em dois sentidos: do grupo com ele mesmo e dele com uma iniciativa externa de referência. No primeiro evento formativo as pessoas não se conheciam. Passaram a se conhecer ao longo dos eventos e reuniões. Mais tarde houve um intercâmbio no projeto RECA, em Rondônia, com o objetivo de troca de experiências com outras comunidades ou projetos. Essa foi uma importante ferramenta de aprendizado e valorização da realidade local. Participaram do evento 20 pessoas das 5 macrorregiões da Reserva, sendo 10 mulheres e 15 jovens.

Um diferencial do projeto é a atuação do consultor contratado pelo projeto. Ele cativou a simpatia de todo o grupo ao mesmo tempo em que estimulou uma rica discussão. Hoje já se está trabalhando a ideia de uma escola do futuro, uma proposta de educação técnica e superior em regime de alternância.

Um dos resultados mais ricos do PAS é o que se chama de apropriação do território por parte das novas lideranças. Entende-se por apropriação o processo pelo qual as novas lideranças se identificam com o território e se preparam para assumir as ações de cuidar da Unidade de Conservação e do ambiente das comunidades.

Na dinâmica de apropriação, os jovens observaram que muitas cláusulas do Acordo de Gestão não eram cumpridas. Solicitaram então, o aval do presidente da Associação para dar início a essa discussão. Alguns já participam das atividades da associação e hoje fazem reuniões para mobilizar os jovens a participar da diretoria.



“A apropriação do território parte do conhecimento histórico. No momento em que você conhece os valores da tua história, que você entende que todo o histórico de criação da unidade e os seus direitos e os seus deveres você também se sente parte desse processo. Você passa a entender todo o potencial que existe na área e essa apropriação se dá naturalmente. O grande objetivo da apropriação é que as pessoas passem a cuidar da unidade. Isso acontece quando elas se sentem donas do território. O ponto chave é essa apropriação e isso

só vai se dar quando a pessoa tiver toda essa clareza. Esse processo de aprendizado tem esse viés: contribuir para que os comunitários entendam essa necessidade de apropriação e se empoderem para trabalhar por essa causa”. (Nenzinho, liderança da RESEX do Cazumbá-Iracema).

Outra ação focou na escassez da merenda escolar para uma unidade educacional de 150 alunos. As discussões estimularam a comunidade na busca de soluções próprias para garantir a oferta de merenda na escola. A partir dessas discussões se pensou em montar um projeto para a merenda escolar local evitando a dependência por produtos de fora, que muitas vezes não são saudáveis para as crianças.

O processo de envolvimento das mulheres nas atividades da reserva foi sentido como um desafio quando a gestão buscou incentivar a criação de grupos de mulheres. O fato da equipe de gestores ser formada somente por homens gerou certa dificuldade na hora de se trabalhar com os grupos de mulheres. A questão de gênero pesou e este é um tema que deve ser melhor trabalhado na continuidade das ações.

Um outro desafio surgiu com a grande demora na contratação do consultor por conta da tramitação burocrática junto ao Funbio. Isso exigiu um esforço adicional por parte da equipe a fim de reprogramar as atividades e contornar o atraso na realização do projeto.

O projeto foi concluído em janeiro de 2017, com um Módulo Especial sobre Educação após a realização de 5 módulos de formação.

Também foram realizados dois intercâmbios e uma rodada de visitas a todas as comunidades para o acompanhamento do plano de trabalho.

7.4 LIÇÕES APRENDIDAS

A educação e a gestão das unidades:

- Educação é um processo que deve ser priorizado na gestão das Unidades de Conservação. Isso representa uma mudança de paradigma para gestores e para o órgão gestor;
- O processo formativo deve ter como meta a apropriação do território e a autovalorização das pessoas e comunidades. Essa apropriação deve ser respeitada, pois tem a ver com o conhecimento tradicional sobre o território;
- A gestão de unidades de uso sustentável deve ser exercida pelos próprios residentes (apropriação do território). Isso também requer uma mudança de paradigma;
- Valorizar a importância do lugar para os comunitários e dos comunitários para o lugar: pertencimento ao território.



“Aprendemos a importância de se levar conhecimento sobre o local para os jovens, já que muitos deles conhecem muito pouco o lugar onde vivem. O conhecimento amplia a importância do território para as pessoas. Hoje temos território abundante, mas “terra não cresce”.” (Viceli, liderança da RDS do Rio Negro).

“Nós aprendemos que valor é uma coisa muito importante e a política pública não trabalha assim. Os agentes do Estado não sabem fazer isso”. (Aldeci Maia (Nenzinho) liderança da Resex do Cazumbá-Iracema).

- A formação e a capacitação devem abarcar a luta pela organização comunitária. Para isso é preciso continuar investindo no envolvimento das pessoas nas atividades das comunidades.

“Havia uma equipe relativamente grande tocando o projeto. A Associação não esteve envolvida desde o início das atividades. Hoje pensamos que esse envolvimento deve ser desde o início”. (Mariana Leitão, gestora do Parna Jaú).

“O projeto jovens protagonistas tem ajudado bastante na luta da organização. Ele tem contribuído pra fortalecer o que já foi formado pelos mais velhos e para capacitar os novos e futuros líderes. Não tenho dúvidas de que desse projeto é que vai sair um novo presidente da associação, mãe da RDS. Hoje nós temos um presidente que acredita nesse trabalho e acredita nos jovens. Ele está cedendo dois espaços para que os jovens conheçam a parte burocrática também. A associação vem fazendo um trabalho para a regularização do estatuto e os jovens também estão ajudando nisso. É importante para os jovens conhecerem como está o andamento da organização. Nós temos ganhado muita experiência nesse assunto”. (Viceli, Liderança da RDS do Rio Negro).

Diálogo:

" (...)

- **Viceli:** "a nossa Associação ainda é muito ligada aos políticos.

- **Nenzinho:** "Então a Associação não é de vocês!!

(...)"

- Uma lição aprendida é de não contar muito com pessoas que fazem muitas promessas e não cumprem. Não esperar por soluções que venham de fora e investir mais na própria comunidade. Compartilhar os aprendizados também é importante já que todos que se interessam pela organização comunitária podem se beneficiar.
- Importância da ação coletiva "da cabeça ao músculo": todos podem participar de alguma forma, seja em tarefas mais práticas sejam nos processos mais políticos. Para isso é importante fazer reuniões prévias de sensibilização e planejamento com os jovens para que eles entendam a importância de trocar atividades de lazer, como o futebol, para participar de uma atividade formativa. Isso não acontece espontaneamente.
- Outra lição aprendida é não buscar a quantidade em detrimento da qualidade. Quando se busca mais quantidade também ocorre mais dispersão das pessoas e muitos jovens acabam não aproveitando bem a formação. A experiência tem mostrado que cerca de 50 jovens realmente participam do processo. Acima desse número, ocorre dispersão e, além disso, há o problema do custo de envolver mais pessoas no processo.

"Eu tinha expectativas altas em relação ao número de jovens envolvidos no processo formativo e nas ações. O resultado numérico foi muito menor porque as ações ocorreram de maneira processual e continuada. Isso mostrou que é melhor investir na qualidade da formação do que na quantidade de participantes. Em determinado momento, os parceiros tiveram que discutir essa questão e optou-se por priorizar a qualidade do público e dos eventos de formação. Essa priorização também envolveu uma otimização do uso dos recursos". (Pablo Pacheco, gestor da RDS do Rio Negro).

“Também aprendemos que não devemos gastar energia com aquelas comunidades que não querem participar. Não perder a cabeça com esses jovens que não querem aquela formação e priorizar aqueles que querem”. (Viceli, liderança da RDS do Rio Negro).

Formação de lideranças:

Tanto no PARNA do Jaú quanto na RDS do Rio Negro os PAS voltados para a formação e jovens resultaram em:

- Maior envolvimento contínuo dos jovens e adultos com os temas ligados à ética, coletividade, cidadania, meio ambiente e organização social;
- Melhoria da capacidade de comunicação e expressão oral dos jovens em reuniões e eventos públicos. O projeto contribuiu para ampliar as vozes de pessoas que não tinham o hábito e a desenvoltura para falar em público;
- Aumento da participação dos jovens nas reuniões dos comitês gestores, associações comunitárias locais, entre outros. Os projetos têm sido considerados como inovadores pelo fortalecimento da participação de jovens nos conselhos de Unidades de Conservação.

Ser liderança é ser diferente. Cada um lidera para um público específico. A capacitação deve ajudar a desenvolver o foco e a vontade de fazer, mas respeitando as diferenças de cada um.

“Hoje, com esse projeto, nós estamos tendo a oportunidade de ter essa capacitação. Nossos pais e as pessoas mais velhas que estão presidindo as associações comunitárias estão nos vendo com outros olhos. Estão dando mais prestígio para nós. Estão dando mais oportunidade nas reuniões e nos convidam pra participar das reuniões de forma direta, pra fazer um relatório, uma Ata ou mesmo a moderação da reunião”. (Viceli, liderança da RDS do Rio Negro).

É necessário incorporar na capacitação o fortalecimento dos valores, a observação dos outros e a valorização do ser. Aprendemos a importância de investir nos novos valores, nos jovens, sem deixar de valorizar os mais antigos. Devemos evitar olhar para as pessoas mais velhas como sendo as lideranças da comunidade, quando os jovens é que estão planejando o mundo novo. Isso ainda não é percebido por muitas lideranças, pois ainda existe o medo de entregar (o poder). Esse aprendizado é válido para todos e pode ajudar os mais velhos a entender os valores e o potencial dos jovens.

O processo de formação política não precisa ser monótono e chato. É importante valorizar a metodologia do processo formativo.

É importante ter uma pessoa externa conduzindo/facilitando o processo formativo, especialmente no seu início. Isso é válido mesmo que a unidade tenha uma equipe numerosa e capaz. Também é importante evitar a dependência em relação às contratações de consultores via Funbio. Isso tem sido muito complicado e demorado.

Educação em processos:

Educação é processo e não se pode esperar resultados quantitativos no curto prazo. Não é uma “fábrica de salsichas”. É preciso investir muito em intercâmbios de experiências, que é uma ferramenta pedagógica poderosíssima.

“Talvez eu não acreditasse que fosse tão importante e fizesse tanta diferença trabalhar a capacitação como um processo educacional. Esse jeito de trabalhar em que você vai trazendo os conteúdos, explicando o que é cidadania, direitos e deveres de uma maneira lúdica. Ao mesmo tempo essa discussão mais lúdica pode tratar da geração de renda, artesanato, teatro, agroecologia. Essa qualificação foi um “tiro certo” do projeto. Eu só percebi isso quando vi as coisas acontecerem. Nunca tinha tido acesso para entender o poder que esse tipo de iniciativa tem. É como uma escola continuada não tradicional. Essa forma de educação é muito rica e abre fronteiras. Ampliou a minha visão e maneira de pensar”. (Pablo Pacheco, gestor da RDS do Rio Negro).

Os arranjos institucionais precisam garantir os compromissos e responsabilidades dos parceiros. Para fazer os processos de capacitação avançarem é necessário um grande esforço de articulação com parceiros, secretários municipais de meio ambiente e outros gestores. Muitas vezes esse esforço de articulação não dá o resultado esperado, acarretando em perda de tempo e energia que poderia ser melhor aproveitado no projeto.

A continuidade das ações depende dos próprios comunitários e a gestão precisa criar as condições para isso e ter a segurança de poder apoiar as ações de maneira indireta. As ações são cada vez mais realizadas pelos próprios comunitários.

“Educação não é um instrumento que vem do governo”. (Aldeci Maia (Nenzinho), liderança da Resex do Cazumbá-Iracema).

Importância de um processo de consulta às comunidades antes de definir os temas e as prioridades da formação. Para isso é preciso ir de comunidade em comunidade e ouvir as pessoas antes de definir os temas das capacitações.

As ferramentas e dinâmicas participativas como “Linha do Tempo”, Matriz FOFA e mapa falado são instrumentos importantes, mas o seu uso requer que as pessoas tenham domínio sobre os temas que serão discutidos. Caso contrário, isso pode gerar desinformação para o público que está participando do processo. Portanto, é preciso ter muita cautela na utilização dessas metodologias.

Capacitação é educação. O envolvimento dos gestores com este tema é uma escolha a ser feita e um caminho que não tem volta. São processos longos e que não devem ser interrompidos. Também é importante envolver os jovens e lideranças de associações desde o início dos trabalhos.

Os intercâmbios são um importante instrumento no processo educativo e ampliam a percepção de mundo das pessoas. Favorece a comparação entre o local e outras realidades.

O resgate à valorização da história do local é fundamental no processo formativo. Isso valoriza a identidade das pessoas com o local. É especialmente

importante para processos e formação de jovens que não participaram do processo de luta pela criação das unidades.

“Na formação dos jovens da RDS Rio Negro nós discutimos a história do Brasil e a história do Amazonas, mas não a história do Rio Negro. No projeto do Jaú eles já trabalharam a história do próprio Rio Unini, o que é muito interessante. (Pablo Pacheco, gestor da RDS do Rio Negro)”.

“Pra mim o mais interessante foi estudar a história do Rio Unini e saber que antigamente as famílias moravam nos igarapés. Como não tinha escola nas comunidades eles remavam de lá (região do Rio Inini) até Manaus para levar os filhos pra estudar”. (Mirian Oliveira, jovem protagonista do Rio Inini).



“Conhecer a sua história é conhecer a si mesmo”.
(Tiago Juruá, gestor da RESEX do Cazumbá-Iracema).

Quadro 9 - Contatos dos Planos de Ação sobre formação e capacitação de lideranças.

PLANO DE AÇÃO SUSTENTÁVEL	NOME DA UC	ÓRGÃO GESTOR	CONTATOS	ÁREA (KM2)	UF	MUNICÍPIOS
Programa de capacitação de jovens lideranças multiplicadoras em Unidades de Conservação federais: Jovens Protagonistas no Rio Unini - Verde Perto Educação.	PN Jaú	ICMBio	Rua Antenor Carlos Frederico, 69 Nossa Senhora Auxiliadora Novo Airão/AM CEP: 69.730-000 mariana.leitao@icmbio.gov.br Telefone: (92) 3365-1345	23.673,40	AM	Barcelos/AM Codajás/AM Novo Airão/AM Rorainópolis/RR
Fortalecimento da gestão participativa na RDS Cujubim.	RDS Cujubim	SEMA-AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3280 Parque Dez de Novembro Manaus/AM CEP: 69.050-030 demuc.sema@gmail.com Telefone: (92) 3236-5503	24.219,2571	AM	Eirunepé/AM Itamarati/AM Jutaí/AM São Paulo de Olivença/AM
Programa de capacitação de jovens lideranças multiplicadoras em Unidades de Conservação Federais: Jovens Protagonistas na RDS Rio Negro - Verde Perto Educação.	RDS Rio Negro	SEMA-AM	Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3280 Parque Dez de Novembro Manaus/AM CEP: 69.050-030 rdsrionegro.ceuc@gmail.com demuc.sema@gmail.com Telefone: (92) 3642-4607 (92) 3236-5503	1.029,78	AM	Iranduba/AM Manacapuru/AM Manaus/AM Novo Airão/AM
Formação de novas lideranças, representantes comunitários e Conselheiros da Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema, para o fortalecimento da gestão comunitária e participativa através de ações práticas em suas comunidades.	Resex do Cazumbá-Iracema	ICMBio	Av. Avelino Chaves, 1935 Bosque Sena - Madureira/AC CEP: 69.940-000 tiago.ranzi@icmbio.gov.br Telefone: (68) 3612-3204	7.549,75	AC	Manoel Urbano/AC Sena Madureira/AC

Fonte: IEB

A dark, moody photograph of a pond. The water is dark, reflecting the surrounding trees and foliage. In the foreground, there are several lily pads floating on the water. The overall tone is somber and atmospheric.

8 RECOMENDAÇÕES

Os projetos apoiados pelo ARPA em parceria com as comunidades foram apenas um começo. Para o êxito das iniciativas é necessário o prolongamento das ações via novos editais que contemplem a participação e o envolvimento dos comunitários.

A primeira recomendação geral dos participantes na oficina de sistematização é no sentido de incluir o Subcomponente 2.3 do ARPA como um dos marcos referenciais do Programa ARPA, tendo em vista a realidade das Unidades de Conservação na Amazônia e sua relação com as comunidades locais.

O trabalho de conservação de áreas protegidas na Amazônia deve levar em consideração a importância da dimensão social para este bioma. A priorização da educação como parte da gestão é uma recomendação geral para órgãos gestores, parceiros e lideranças das organizações comunitárias.

Os projetos que apoiam iniciativas de formação, capacitação e organização comunitária vêm contribuindo de maneira significativa para a melhoria das práticas de manejo de recursos naturais e da própria gestão das Unidades de Conservação.

A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PAS E PPIS OS PARTICIPANTES ELECARAM UM CONJUNTO DE SUGESTÕES E RECOMENDAÇÕES MAIS ESPECÍFICAS:

- Projetos de geração de alternativas de renda devem ser incluídos entre os marcos referenciais do Programa ARPA. No atual marco referencial do Programa ARPA as iniciativas de geração de renda só são passíveis de apoio como “projetos paralelos” dentro dos PAS e PPI e aplicáveis somente para algumas Unidades de Conservação. Não são considerados uma ação exequível em todas as Unidades de Conservação, nem nos Planos Operacionais Anuais (POAs).
- O ARPA poderia prever este tipo de projeto em seu arcabouço de financiamento. A lição aprendida é que o apoio direto às atividades produtivas é um fator essencial para a integração das comunidades com a gestão da Unidade de Conservação.
- Abertura dos editais à participação de outras instituições.

- Num primeiro momento, os editais do ARPA permitiam que instituições não governamentais se candidatassem e executassem os projetos, a exemplo das associações de moradores, cooperativas e ONGs. Quando as candidaturas foram limitadas aos órgãos gestores, gerou uma sobrecarga de trabalho sobre os gestores e gestoras, impedindo a execução de mais de um projeto nas regiões.
- Essa possibilidade de contratação de instituições não governamentais deve constar nos marcos referenciais para a fase III do ARPA. Deve-se ter cuidado ao selecionar instituições que tenham capacidade de execução comprovada. É necessária uma preparação prévia com as associações e a realização de capacitações para que as organizações não se tornem inadimplentes por não conseguirem executar o PAS. Os editais devem ser abertos às associações comunitárias e estas devem estar aptas e habilitadas a participar do ARPA.

MEMÓRIA INSTITUCIONAL:

Registro e sistematização das atividades

A necessidade de elaboração de relatórios para os PASs e PPIs fez com que os gestores percebessem a importância de registrar o que é feito, e que muitas vezes é ignorado, seja pela rotina atribulada de atividades que envolvem a gestão de uma Unidade de Conservação, seja pela falta de protocolos sistemáticos de registros. Quando não há o registro, muito aprendizado se perde ou fica apenas com uma pessoa.

A sistematização das atividades pode ajudar ações futuras. Informações sistematizadas já podem ser utilizadas em outras demandas que venham a surgir, evitando a redução de erros e necessidade de retrabalho.

Divulgação Impressa e Audiovisual dos PAs e PPI

É importante reservar um tempo ou recurso financeiro para registrar e gerar ferramentas que possam divulgar os resultados dos projetos, tais como: vídeos curtos, panfletos, cartazes e fotos. Isso também ajuda na troca de experiências, socialização de informações para outras comunidades vizinhas e estímulo para que outros comunitários possam participar e reproduzir as iniciativas.

SUGESTÕES PARA A UCP/ARPA E FUNBIO

No tocante à gestão por parte da UCP e Funbio, algumas recomendações foram feitas:

1. O monitoramento do Projeto pela UCP é um fator positivo

O exercício de monitoramento dos projetos por parte da UCP do ARPA representa uma visão externa sobre os desafios de cada projeto. O acompanhamento pode trazer ideias e sugestões de alternativas para resolver os gargalos que surgem durante a implementação, facilitando a execução dos projetos de maneira mais criativa.

2. Internet é um gargalo para a gestão e execução do projeto

Em muitas situações, os gestores e gestoras relatam dificuldades na gestão por deficiências na infraestrutura de comunicação disponível no local. Um dos maiores desafios, nesse sentido, é manejar o Sistema Cérebro, a plataforma on-line de gestão financeira de projetos utilizada pelo Funbio. Uma alternativa sugerida é o desenvolvimento de um aplicativo que possa operar como uma versão off-line do Cérebro.

3. As limitações de equipe afetam a execução dos projetos

Há momentos em que ações e atividades estruturantes da Unidade de Conservação, a exemplo do Manejo Florestal Comunitário na Resex do Ituxi, são sobrepostos às ações do PAS. A sobreposição e agendas acaba prejudicando o andamento dos projetos. Neste sentido, a presença de mais técnicos contratados pelos próprios projetos do ARPA são fundamentais.

4. Desvinculação das contas bancárias para PAS/PPI e POA

Uma sugestão para facilitar a gestão dos projetos é estabelecer duas contas vinculadas, sendo uma para o PAS/ PPI e outra para o POA. O limite de gastos faz com que as ações do ARPA e do POA não possam ser executadas concomitantemente. Nota-se também a importância da priorização da prestação de contas da conta vinculada para Unidades de Conservação que tem PAS e PPI, sobrepostos às contas da Unidade de Conservação. O atraso nessa análise financeira e realimentação da conta atrasa os dois processos (POA e PAS/PPI).

5. Importância de desburocratizar a contratação de consultor/serviço Pessoa Física

Quando as ações ficam sob a responsabilidade de um único (a) gestor (a), essa pessoa, muitas vezes, precisa priorizar o que vai fazer e não consegue integrar duas atividades que deveriam ser executadas em paralelo. Portanto, é importante a participação de mais pessoas na execução das atividades previstas no PAS.

Como a contratação de consultoria é um processo muito demorado, é importante pensar em alternativas para viabilizar, de forma mais rápida, a participação de consultores para que o Projeto não “trave” na dependência deste serviço. Uma solução possível é a contratação de serviço pessoa física, muito embora esse tipo de contratação selecionado pelo menor preço possa não atender aos requisitos pretendidos pelo projeto. Também é importante que o Termo de Referência (TR) para este tipo de contratação seja bem elaborado para que o resultado atenda às demandas e agilizado com celeridade.

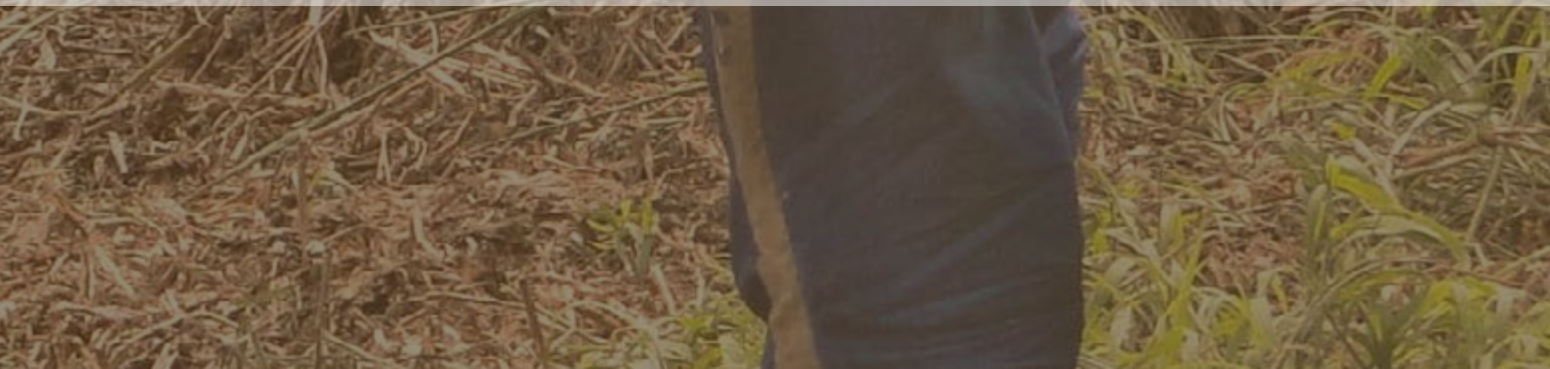
6. Descompasso entre a aquisição de equipamentos e infraestrutura e a realização das atividades

A morosidade e o atraso em adquirir equipamentos e infraestrutura via Funbio fez com que algumas atividades atrasassem ou até mesmo não fossem executadas. Certas atividades não podem esperar e precisam que os insumos sejam adquiridos no prazo previsto no PAS. Muitas vezes o sucesso do projeto depende dessa sintonia entre as aquisições e a realização das atividades. A UCP e o Funbio precisam encontrar os mecanismos e procedimentos que tornem mais célere as aquisições necessárias aos projetos.



ANEXO A

MANIFESTO PELA AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES ELEGÍVEIS NO MARCO
REFERENCIAL GESTÃO PARTICIPATIVA DO ARPA



MANIFESTO PELA AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES ELEGÍVEIS NO MARCO REFERENCIAL GESTÃO PARTICIPATIVA DO ARPA

Considerando os resultados positivos obtidos pelos projetos desenvolvidos no âmbito dos planos de ação para extrativistas, comunitários e indígenas (Plano de Ação Sustentável- PAS/Plano de Ação dos Povos Indígenas- PPI), que demonstram a eficácia do envolvimento das populações locais como estratégia de conservação da biodiversidade;

Considerando a importância de ações de conservação que ultrapassem os limites das Unidades de Conservação, contemplando o território do entorno como espaço de atuação para diminuir pressões e ameaças, identificando oportunidades e desenvolvendo atividades sustentáveis que revertam na efetiva conservação socioambiental;

Considerando que todo e qualquer processo voltado para a conservação da biodiversidade na Amazônia deve incluir a participação das populações locais, por meio do diálogo não só no planejamento, mas principalmente na execução de ações e projetos voltados para a potencialização desses atores como principais parceiros e muitas vezes protagonistas na implementação, gestão e consolidação das Unidades de Conservação;

Considerando que a inclusão das ações de fortalecimento comunitário e apoio para geração de trabalho e renda de forma sustentável têm reflexos diretos na gestão e na redução da pressão sobre os recursos naturais, conferindo às populações locais o sentimento de sensibilização, pertencimento e empoderamento em relação as áreas protegidas da Amazônia;

Considerando os resultados do encontro de gestores do Programa ARPA, que indicaram claramente que o marco referencial Gestão Participativa tal qual é executado atualmente não promove a participação comunitária para além das atividades dos conselhos gestores;

Considerando o final da fase II do ARPA, e conseqüente fim do subcomponente 2.3, **RECOMENDAMOS** a ampliação do escopo do marco referencial Gestão Participativa abrangendo a participação e inclusão efetiva das populações locais, como estratégia para conservação da biodiversidade. Que esse marco referencial contemple e estimule continuamente o fortalecimento comunitário e o apoio para geração de renda a partir do uso sustentável dos recursos naturais como estratégias para a promoção do desenvolvimento local, tendo como inspiração os temas e ações dos projetos do subcomponente 2.3.



Resex Riozinho da Liberdade



Resex Rio Unini



KFW



Governos Estaduais da Amazônia Brasileira: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

